

BALANÇO ANUAL 2020

 **sabesp**



SBSP
B3 LISTED NM

SBS
LISTED
NYSE



| Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

O ano de 2020 foi marcado por desafios e superações. Apesar do forte impacto social e econômico por causa da pandemia, conseguimos manter elevado patamar de investimento para o fortalecimento da infraestrutura de abastecimento e expansão da coleta e tratamento de esgotos. Foram R\$ 4,4 bilhões aportados no conjunto de 375 municípios atendidos (que concentram 64% da população paulista), mantendo a Sabesp na liderança dentre as companhias que mais investem no país.

Somos responsáveis por mais de 30% de todo o recurso destinado ao saneamento básico em todo o Brasil. São números que reafirmam nosso relevante papel no desenvolvimento econômico e social paulista e reforçam a posição de destaque que o tema ocupa na agenda de prioridades do Governo do Estado de São Paulo.

Com R\$ 2,3 bilhões destinados à coleta e tratamento de esgotos e R\$ 2,1 bilhões à infraestrutura de abastecimento de água potável, mantivemos-nos firmes na expansão da infraestrutura sanitária na área operada. A retomada rumo à universalização do atendimento em tratamento de esgoto já vem acontecendo há alguns anos. Hoje podemos investir mais nesse setor graças aos vultosos e acertados investimentos em infraestrutura hídrica executados para o enfrentamento da crise de 2014 - 2015.

A maior segurança do sistema de abastecimento foi um legado fundamental para o enfrentamento de novas crises hídricas. Particularmente em 2020, mostrou-se ainda mais essencial pela necessidade de todos terem água permanentemente nas torneiras como uma das principais medidas para enfrentamento da pandemia. Em um ano difícil para todos, tivemos que fazer muito mais. E assim fizemos por meio de inúmeras ações norteadas pela solidariedade e cuidado com as pessoas que demonstram a forma de atuar de uma Companhia consciente de seu papel social.

No âmbito interno, mesmo diante de um ano atípico que demandou muitas readaptações na forma de trabalhar, conseguimos manter o foco nas metas colocadas para 2020. Foram executadas 259 mil novas conexões de esgoto, 8% a mais que o proposto para o período, e 220 mil novas ligações de água, superando em 14% a meta estabelecida. O alcance e superação dessas metas são viabilizados pelo estabelecimento de programas robustos e estruturados para levar mais acesso, sobretudo, às áreas urbanas de maior complexidade, a exemplo do Projeto Tietê, programa Novo Rio Pinheiros e do Programa Metropolitano de Água, na Grande São Paulo, e do Onda Limpa e Água no Litoral, na costa paulista. As ações para a universalização do atendimento no interior compõem nossa lista de iniciativas estruturantes cujos avanços estão detalhados neste Relatório.

Ainda em relação às metas, a redução de 22 litros por ligação/dia nas perdas de água é outro destaque de 2020 que reflete a permanente busca pela eficiência operacional. Reduzir perdas significa mais resultados para a Companhia, mais efetividade no abastecimento e mais sustentabilidade aos recursos hídricos. Somente em 2020, destinamos R\$ 1 bilhão para o combate às perdas.

A gestão dos contratos em execução no Programa Novo Rio Pinheiros, que está ampliando a coleta e o tratamento dos esgotos da bacia, é outra prática inovadora de ganho de eficiência que vem demonstrando excelentes resultados. A remuneração é feita pela quantidade de novos imóveis conectados ao sistema de tratamento de esgotos e melhoria da qualidade das águas dos córregos que chegam ao Pinheiros. Ou seja: o pagamento é feito por resultados, e não simplesmente pela conclusão de obras.

A gestão por performance deve servir de modelo para a evolução de nossos programas para os quais temos um plano de investimentos que prevê o aporte de R\$ 21 bilhões nos próximos cinco anos (2021 - 2025). Serão mais R\$ 8,2 bilhões em água e R\$ 12,8 bilhões para coleta e tratamento de esgoto. Em relação aos nossos índices, o abastecimento está universalizado nos municípios operados, 92% dos clientes têm disponibilizada a estrutura de coleta de esgoto e 76% dos imóveis estão conectados à essas redes e seus esgotos são levados para tratamento. É importante mencionar que a queda deste último indicador, que registrava 78% em 2019, é decorrente da entrada de Guarulhos e Santo André. Para esses dois municípios já temos pacotes de obras estruturados que irão promover um salto no tratamento dos esgotos com o mesmo êxito registrado nas ações que, em 2019, puseram fim aos rodízios no abastecimento que castigavam a população.

Cientes da necessidade de avançar em um ambiente cada vez mais competitivo com a aprovação do Novo Marco do Saneamento, assumimos, em 2020, as operações de água de Mauá, os serviços de Tejuipá e Tapiritiba, além de termos participado de concorrência para prestação de serviço na região metropolitana de Macaé no estado de Alagoas. Com a renovação com 15 municípios ao longo do ano, atingimos a regularização de 98% de nossos contratos. No âmbito da governança, continuamos na evolução dos mecanismos de integridade e conformidade para mitigar riscos e prevenir fraudes e corrupção. Em relação à satisfação de nossos clientes e retorno aos acionistas, seguimos atentos na busca pela melhoria tecnológica de processos e serviços. Nas operações, ganhos de eficiência são provenientes de mais automação, diversificação da fonte energética, a valorização da economia circular, dentre outras ações que podem ser conhecidas neste Relatório.

As dificuldades de 2020 foram superadas, mas 2021 já demonstra ser um ano igualmente desafiador. Embora seja um dos períodos mais tristes de nossa história, é uma situação que vem valorizar ainda mais a importância de nossa nobre missão de atuar pela saúde e mais qualidade de vida das pessoas e respeito ao meio ambiente.

Benedito Braga

O NOSSO NEGÓCIO

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp ("Companhia" ou "Sabesp") é uma sociedade anônima de economia mista e capital aberto, com ações listadas no Novo Mercado da B3 e na Bolsa de Valores de Nova York. Seu valor de mercado ao final de 2020 era de aproximadamente R\$ 30,4 bilhões.

Atuamos na prestação de serviços de saneamento ambiental em 375 municípios do Estado de São Paulo. Para outros dois municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), São Caetano do Sul e Mogi das Cruzes, fornecemos água tratada e serviços de tratamento de esgoto por atacado, ficando tais municípios responsáveis pelos serviços de distribuição da água à população e pela coleta dos esgotos gerados. Os serviços da Companhia são regulados e fiscalizados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP).

Somos a terceira maior empresa de saneamento do mundo em termos de receita, segundo levantamento da *Global Water Intelligence* em 2019, e respondemos por cerca de 30% do investimento em saneamento básico feito no Brasil (média SNIS 2011-2019). Também estamos entre as maiores companhias do mundo em número de clientes atendidos. Com a contribuição de nossos 12.806 empregados, levamos água diariamente a 28,5 milhões de pessoas.

Na condição de sócia minoritária em outras empresas, nossa atuação se estende à prestação de serviços de saneamento em quatro municípios do Estado de São Paulo, produção de água de reuso, tratamento de esgotos não-domésticos e geração de energia elétrica. Esta última, a Paulista Geradora de Energia S.A, foi criada em 2015 e encontra-se em fase pré-operacional. Mais informações sobre estas empresas estão disponíveis na Nota Explicativa 12 das Demonstrações Financeiras.

Além da prestação de serviços de água, esgoto e energia, estamos habilitados para exercer atividades nos mercados de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Nesse sentido, em 2020 assumimos a primeira concessão dos serviços de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos de Diadema. Ainda, a prestação destes serviços está condicionada a realização de uma parceria entre a Sabesp e um parceiro privado, a qual ocorrerá por meio de chamamento público.

PAINEIS DE INDICADORES

Indicadores	Unidade	2020	2019	2018	2017	2016
ATENDIMENTO						
Índice de atendimento em água	%	Tende à universalização ^(1, 2)				
Índice de cobertura em água	%	Tende à universalização ^(1, 2)				
Índice de atendimento em coleta de esgoto ⁽²⁾	%	85	84	83	83	82
Índice de cobertura em coleta de esgoto ⁽²⁾	%	92	91	90	90	89
Índice de Economias Conectadas ao Tratamento de Esgoto ⁽³⁾	%	76	78	76	75	74
População residente atendida com abastecimento de água ⁽⁴⁾	milhões de habitantes	27,5	27,1	25,1	24,9	24,7
População residente atendida com coleta de esgoto ⁽⁴⁾	milhões de habitantes	24,3	23,8	21,8	21,6	21,3
Percepção positiva de satisfação do cliente ⁽⁵⁾	%	86	86	81	85	82

OPERACIONAIS						
Ligações de água ⁽⁶⁾	milhares	10.088	9.933	9.053	8.863	8.654
Ligações de esgoto ⁽⁶⁾	milhares	8.518	8.326	7.495	7.302	7.091
Extensão de rede de água ⁽⁷⁾	km	87.568	81.324	75.519	74.396	73.015
Extensão de rede de esgoto ⁽⁷⁾	km	59.660	55.983	51.788	50.991	50.097
ETA - Estações de tratamento de água	un	251	253	244	240	237
Poços	un	1.169	1.144	1.114	1.110	1.093
ETE - Estações de tratamento de esgoto	un	572	569	565	557	548
Perdas de água - faturamento ⁽⁸⁾	%	16,9	18,6	19,5	20,1	20,8
Perdas de água - relativas à micromedicação ⁽⁹⁾	%	27,0	29	30,1	30,7	31,8
Perdas de água por ligação ⁽¹⁰⁾	litros por ligação por dia	263	285	293	302	308
Volume produzido de água	milhões de m³	2.907	2.873	2.800	2.783	2.696
Volume micromedido de água no varejo	milhões de m³	1.758	1.593	1.545	1.524	1.465
Volume faturado de água no atacado ⁽¹¹⁾	milhões de m³	50	83	263	257	227
Volume faturado de água no varejo ⁽¹²⁾	milhões de m³	2.034	1.963	1.845	1.819	1.763
Volume faturado de esgoto	milhões de m³	1.840	1.767	1.641	1.617	1.552
Número de empregados ⁽¹³⁾	un	12.806	13.945	14.449	13.672	14.137
Produtividade operacional	ligações/empregado	1.453	1.309	1.145	1.182	1.114

FINANCEIROS						
Receita bruta	R\$ milhões	18.874,4	19.080,6	17.056,3	15.374,6	14.855,1
Receita líquida	R\$ milhões	17.797,5	17.983,7	16.085,1	14.608,2	14.098,2
EBITDA Ajustado ⁽¹⁴⁾	R\$ milhões	6.421,8	7.510,5	6.540,6	5.269,3	4.571,5
Margem do EBITDA Ajustada	% da receita líquida	36,1	41,8	40,7	36,1	32,4
Margem do EBITDA Ajustada sem receita e custo de construção	% da receita líquida	45,0	49,5	48,8	45,4	43,3
Resultado operacional ⁽¹⁵⁾	R\$ milhões	4.492,4	5.711,6	5.176,7	3.961,7	3.429,6
Margem operacional ⁽¹⁵⁾	% da receita líquida	25,2	31,8	32,1	27,1	24,3
Resultado (lucro/prejuízo líquido)	R\$ milhões	973,3	3.367,5	2.835,1	2.519,3	2.947,1
Margem líquida	% da receita líquida	5,5	18,7	17,6	17,2	20,9
Dívida líquida por EBITDA Ajustado ⁽¹⁶⁾	Múltiplo	2,09	1,46	1,55	1,86	2,20
Dívida líquida sobre patrimônio líquido ⁽¹⁶⁾	%	59,0	50,8	51,8	56,1	65,4
Investimento ⁽¹⁷⁾	R\$ milhões	4.380,0	5.068,0	4.177,4	3.387,9	3.877,7

(1) Cobertura 98% ou mais. Atendimento 95% ou mais.

(2) Por razões metodológicas, contempla uma margem de variação de mais ou menos 2 pontos percentuais.

(3) Economia é o termo utilizado para o prédio ou subdivisão de um prédio, com ocupações comprovadamente independentes entre si, que utilizam coletivamente uma única ligação de abastecimento de água e/ou coleta de esgotos.

(4) Os dados de população deste Painel de Indicadores consideram a "Projeção da População e dos Domicílios para os Municípios do Estado de São Paulo: 2010-2050", elaborada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Não considera a população atendida de Mauá.

(5) Pesquisa realizada no ano de 2020, pelo instituto GMR Inteligência de Mercado, com 14.133 entrevistas em toda base de municípios operados, com margem de erro de 1% e intervalo de confiança de 95%.

(6) Ligações e Economias ativas e inativas. Não considera o município de Mauá.

(7) Inclui adutoras, coletores-tronco, interceptores e emissários.

(8) Inclui perdas reais (ou físicas) e aparentes (ou não físicas). O percentual de perda de água representa o quociente resultante entre o (i) Volume Perdido Faturado e o (ii) Volume Produzido de água. O Volume Perdido Faturado corresponde a: Volume Produzido de água MENOS Volume Faturado MENOS Volume de Usos. O Volume de Usos corresponde a: água utilizada para manutenção periódica de adutoras e reservatórios de água; água fornecida para uso dos municípios, como por exemplo, para combate a incêndios; e água fornecida em áreas de ocupação irregular. Em jan/21 o município de Guarulhos passou a compor o cálculo do índice. O município de Santo André passará a compor o cálculo do índice a partir de jan/22.

(9) Inclui perdas reais (ou físicas) e aparentes (ou não físicas). O percentual de perda de água representa o quociente resultante entre o (i) Volume Perdido Micromedido e o (ii) Volume Produzido de água. O Volume Perdido Micromedido corresponde a: Volume Produzido de água MENOS Volume Micromedido MENOS Volume de Usos. O Volume de Usos corresponde a: água utilizada para manutenção periódica de adutoras e reservatórios de água; água fornecida para uso dos municípios, como por exemplo, para combate a incêndios; e água fornecida em áreas de ocupação irregular. Em jan/21 o município de Guarulhos passou a compor o cálculo do índice. O município de Santo André passará a compor o cálculo do índice a partir de jan/22.

(10) Calculada pela divisão do Volume Perdido Micromedido no ano pela quantidade média no ano de ligações ativas de água, dividida pelo número de dias do ano. Em jan/21 o município de Guarulhos passou a compor o cálculo do índice. O município de Santo André passará a compor o cálculo do índice a partir de jan/22.

(11) Não inclui os valores faturados ao município de Santo André a partir de 2019 (67,1 milhões m³ e 53,9 milhões m³ em 2019 e 2020, respectivamente), uma vez que o município passou a ser faturado no varejo em meados de 2019. Não inclui os valores faturados ao município de Mauá em 2020 (29,5 milhões m³), uma vez que o município passou a ser faturado no varejo em meados de 2020. Mais informações no capítulo "Desempenho Econômico-Financeiro" deste relatório.

(12) Inclui os valores faturados ao município de Santo André a partir de 2020 (53,9 milhões m³). Não inclui os valores faturados ao município de Mauá em 2020 (29,5 milhões m³), o qual passou a ser faturado no varejo em meados de 2020. Mais informações no capítulo "Desempenho Econômico-Financeiro" deste relatório.

(13) Número de empregados próprios. Não inclui os cedidos a outros órgãos e aposentados por invalidez.

(14) O EBITDA Ajustado corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); (iii) do resultado financeiro e (iv) outras despesas operacionais líquidas.

(15) Não inclui receitas e despesas financeiras.

(16) Dívida líquida compreende a dívida, deduzindo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(17) Não inclui compromissos financeiros assumidos nos contratos de programa (R\$ 6 milhões, R\$ 121 milhões, R\$ 207 milhões, R\$ 331 milhões e R\$ 58,3, em 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, respectivamente)

ESTRATÉGIA E VISÃO DE FUTURO

A inovação, a ética e a transparência nas relações com nossos públicos de interesse são princípios que norteiam a nossa atuação e se refletem na promoção da qualidade de vida, inclusão social e valorização da cidadania.

Como signatários do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2007 temos progredido na promoção do respeito aos direitos humanos, melhores condições trabalho, proteção do meio ambiente e o combate à corrupção, além de contribuir para o alcance de metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Enquanto busca a universalização dos serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a Sabesp pauta sua atuação na visão de ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, e com foco no cliente.

Para isso, a Companhia é conduzida para garantir a disponibilidade hídrica na área operada, avançar na implantação de estruturas de coleta e tratamento de esgoto, inovar com foco na criação de valor, buscar novos negócios, a manutenção e a ampliação da base operada, além de perseguir o crescimento com equilíbrio econômico-financeiro de forma ambientalmente correta e socialmente justa.

O ano de 2020 foi marcado pela aprovação pelo presidente da República da Lei Federal nº 14.026/2020, conhecida como Novo Marco Legal para o Saneamento Básico. Ao extinguir a figura do contrato de programa, o Novo Marco Legal muda o cenário para atuação no setor, ampliando a concorrência, trazendo também, várias mudanças que afetam diretamente as operações da Companhia.

Adicionalmente, o Novo Marco Legal impõe metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, que incentiva as operadoras a atuarem com maior eficiência, bem como atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (antiga Agência Nacional de Águas) a autoridade para editar normas de referência para regular o saneamento, com o objetivo de minimizar as incertezas regulatórias, criando, desta forma, um ambiente mais estável e atrativo para investimentos no setor.

Neste contexto, a Companhia entende ter entre suas vantagens competitivas, i) contratos que já contemplam metas que atendem àquelas estabelecidas pelo Novo Marco Legal; ii) acesso a capitais públicos e grande exposição e acesso ao mercado de capitais privado, favorecendo a manutenção e/ou ampliação de sua base operada; iii) elevado nível de governança; e (iv) contratos de programa assegurados que representam 95% da receita.

Com relação ao aprimoramento do tratamento de água, a Sabesp segue com a implantação de sistema automatizado de operação da ETAs no interior e na RMSP. Com a automação, busca-se melhor controle sobre os processos, redução do consumo energético e de produtos químicos, diminuição de perdas internas de água, além do estímulo aos empregados, que são remanejados de funções operacionais repetitivas e passam a colaborar em outras atividades.

No âmbito da gestão, seguimos com (i) o projeto de implantação de um novo sistema comercial, com previsão de entrada em operação ainda em 2021; (ii) o Programa de Desenvolvimento de Líderes, visando desenvolver uma liderança mais transformadora, inovadora e com foco em competitividade; (iii) o projeto de mentoria do Modelo de Gestão Sabesp, referenciada no MEG[®] (Modelo de Excelência na Gestão) da Fundação Nacional da Qualidade. Destacam-se nesse projeto, a revisão da Cadeia de Valor da Companhia e o estudo da estrutura organizacional.

Balanco de metas

Apesar das adversidades trazidas pela pandemia da Covid-19, a Sabesp cumpriu as metas estabelecidas para o ano de 2020. As novas ligações de água e de esgoto superaram a expectativa em 14% e 8%, respectivamente.

O índice de economias conectadas ao tratamento de esgotos alcançou 76%, acima dos 74% previstos para o ano, enquanto os índices de atendimento e de cobertura dos serviços também foram atendidos.

Em 2020, a Sabesp atingiu o índice de 263 L/lig.dia, reduzindo em 22 L/lig.dia o índice de perdas apresentado em 2019 (285 L/lig.dia), permitindo superar a meta estabelecida para o ano. Cabe observar, no entanto, que a partir de 2021 as perdas do município de Guarulhos passarão a ser contabilizadas no indicador, causando uma elevação de cerca de 10 litros por ligação por dia no índice de perdas. Com isso, a meta para 2021 é alcançar um índice de 268 litros por ligação por dia, incluindo o município de Guarulhos.

Realizações 2020 e Metas 2021-2025

	Realizado	Metas					
	2020	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Atendimento com Abastecimento de Água	Tende à universalização ^{(1) e (2)}	Tende à Universalização ^{(1) e (2)}					
Atendimento com Coleta de Esgoto (%) ⁽²⁾	85	85	85	86	87	88	89
Cobertura com Abastecimento de Água ⁽²⁾	Tende à universalização ^{(1) e (2)}	Tende à Universalização ^{(1) e (2)}					
Cobertura com Coleta de Esgoto (%) ⁽²⁾	92	92	92	93	94	95	95
Índice de Economias Conectadas ao Tratamento de Esgotos (%) ⁽³⁾	76	74	77	85	86	87	88
Novas Ligações de Água (mil)	220,4	194	192	192	200	200	200
Novas Ligações de Esgoto (mil)	259,0	240	246	247	240	240	240
IPD ^t (litros/ligação/dia) ⁽⁴⁾	263	273	268	266	255	249	249

(1) Cobertura 98% ou mais. Atendimento 95% ou mais.

(2) Por razões metodológicas, contempla uma margem de variação de mais ou menos 2 pontos percentuais.

(3) Economia é o termo utilizado para o prédio ou subdivisão de um prédio, com ocupações comprovadamente independentes entre si, que utilizam coletivamente uma única ligação de abastecimento de água e/ou coleta de esgotos.

(4) Em janeiro de 2021 o município de Guarulhos passou a compor o cálculo do índice. O município de Santo André passará a compor o cálculo do índice a partir de janeiro de 2022.

ENFRENTANDO A COVID-19

A gravidade vivenciada pela chegada de um vírus até então desconhecido por todos e a grande velocidade no avanço do contágio exigiram rápida mobilização de toda a Companhia. Diante disso, pudemos reafirmar nosso compromisso de levar mais condições de higiene, saúde e conforto à população atendida, priorizando, neste cenário de contingência, os indivíduos em situação de maior vulnerabilidade social.

Poucos dias após declarada a pandemia global, demos início, em parceria com outras empresas, entidades e órgãos públicos, à implementação das medidas de enfrentamento à Covid-19 nas cidades operadas, inclusive para mitigação do impacto econômico sofrido por famílias de baixa renda em decorrência do isolamento social. Dentre as ações colocadas em marcha, destacamos: a proteção dos nossos colaboradores, a garantia dos insumos necessários para a prestação dos serviços, além da distribuição de cestas básicas, kit higiene e caixas-d'água para a população mais vulnerável, instalação de lavatórios públicos, higienização do entorno de hospitais e postos de saúde, suspensão de cortes de fornecimento e isenção de tarifas para as categorias de clientes "Residencial Social" e "Residencial Favela".

Para afastar o risco de falta de insumos estratégicos e a continuidade dos nossos serviços, que são essenciais para o enfrentamento da pandemia, identificamos os fornecedores mais expostos ao risco de desabastecimento, sobretudo em função de interrupção do transporte aéreo entre países, antecipamos as compras essenciais e buscamos alternativas para evitar eventuais paralisações no atendimento.

Para proteger nossos clientes e empregados, fechamos todas as nossas agências de atendimento ao público e concentramos o atendimento em nossos canais digitais, como a agência virtual e o aplicativo Sabesp Mobile, além de telefone e chat.

Logo que foi declarada a situação de pandemia, 5.900 colaboradores com funções administrativas passaram a atuar remotamente, cumprindo as atividades à distância, com suporte integral de nossa área de tecnologia e sem afetar o bom andamento dos processos. Os grupos de maior risco (mais de 60 anos ou com doenças pré-existent) que atuam nas operações dos serviços essenciais de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos foram remanejados para home-office.

Em relação aos demais empregados que tiveram que continuar atuando na linha de frente para manutenção das operações, seja presencialmente ou de modo intercalado (presencial e home-office), redobramos os cuidados com a distribuição de equipamentos de proteção, medição de temperatura e adequação de instalações. Estabelecemos o Protocolo Sanitário Sabesp para toda a Companhia, com regras de redução de circulação para trabalho seguro, distanciamento social, higiene pessoal e sanitização das instalações, além de ações de comunicação e monitoramento.



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Complementarmente, antecipamos a campanha de vacinação contra a gripe e pneumonia com a imunização de 81% dos empregados e reforçamos nossa comunicação interna com a disponibilização diária em nossos canais de informações sobre cuidados com a saúde e dicas práticas de adaptação ao trabalho remoto.

Nesse ano desafiador, destacamos também o grande comprometimento da nossa força de trabalho com as rotinas corporativas e operacionais, em especial a dedicação dos empregados pertencentes à categoria de serviços essenciais, que continuaram nas ruas com suas atividades normais para a manutenção da saúde pública, e da nossa equipe de voluntariado.

Instituto há onze anos, o Programa Voluntariado Empresarial da Sabesp busca gerar valor social positivo ao promover transformações em grupos e comunidades carentes com o desenvolvimento de ações próprias ou em parceria com organizações da sociedade civil. Vacionados para causas sociais e mobilizados pela vontade de contribuir, o time é formado por 430 profissionais de diversas áreas da Companhia.

Em 2020, as ações de voluntariado ganharam grande dimensão humanitária em virtude da pandemia, que agravou as condições de miséria das pessoas em situação de rua. Foram arrecadados, por exemplo, 103 mil cobertores novos e 89 mil agasalhos, totalizando 192 mil peças doadas a moradores de rua, de asilos e comunidades carentes. Para mais informações sobre o trabalho da nossa equipe de voluntários, veja o Relatório de Sustentabilidade disponível em nosso website.

Para auxiliar os empregados a lidar com a pressão emocional decorrente do longo período de distanciamento social e com os impactos da pandemia, disponibilizamos o Programa de Suporte Emocional - Covid-19, um serviço de atendimento telefônico com orientações de caráter psicológico. Paralelamente, realizamos pesquisas regulares com o apoio de uma consultoria externa de psicólogos, para sondar o estado de saúde emocional dos empregados, e acompanhá-los durante o regime de isolamento.

Também com foco em oferecer alternativas para a manutenção do equilíbrio emocional dos empregados, implantamos o projeto Home-Office do Bem. A plataforma reúne iniciativas como *quizzes*, *lives*, *webinars*, comunidades virtuais e vídeos diários de autocuidado, estimulando os empregados a terem um olhar diferente sobre si e o seu cotidiano, além de descobrir novos caminhos para a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar mental.

A SATISFAÇÃO DOS CLIENTES NO CENTRO DA NOSSA ESTRATÉGIA

A qualidade dos produtos e serviços e o atendimento eficiente são norteadores estratégicos da nossa atuação. Em 2020, a necessidade de adaptação à nova realidade trazida pela Covid-19 e o consequente fechamento de todas as nossas agências demandou imediata migração do relacionamento com os clientes para os meios digitais, acelerando um processo que já vinha ocorrendo gradativamente em anos recentes. Esses canais podem ser utilizados para solicitação de serviços, esclarecimento de dúvidas ou registro de reclamações.

Para responder ao desafio de manter o atendimento nesse cenário, foi necessário um rápido reposicionamento da Companhia, incluindo a adequação de contratos com os nossos fornecedores de serviços, a realocação de equipes para atendimento à distância e a ampliação das opções de serviços oferecidos pela nossa Central de Atendimento telefônico 24 horas e canais eletrônicos, como o aplicativo Sabesp Mobile.

Inovamos ao lançar o *hotsite* Sabesp Fácil, que permite ao cliente informar a leitura de seu hidrômetro, e assim evitar eventuais leituras pela média de consumo, anexar documentos para envio à Sabesp, poupando o cliente do deslocamento até uma agência, entre outros serviços, tal como a solicitação de inclusão na tarifa social.

Em 2020, também criamos a possibilidade de o cliente simular seu consumo mensal a partir da observação dos seus hábitos, permitindo a adoção de práticas de redução de consumo, sobretudo em um período em que todos estão isolados em casa.

Para atendimento aos empreendimentos imobiliários, a Sabesp implementou o sistema de atendimento exclusivo aos empreendedores, o EIMob, responsável por simplificar os processos de abertura de novas solicitações, análise por parte da equipe Sabesp e entrega dos serviços solicitados, possibilitando a tramitação totalmente digitalizada diante do cenário de indisponibilidade do atendimento presencial. Além de registrar as solicitações de forma ágil e simples, o cliente também pode acompanhar o andamento de todos os seus pedidos na linha do tempo disponível no EIMob. Além disso, o cliente é informado por e-mail sempre que houver atualização no processo.

Além da expansão dos canais e serviços de atendimento, a Sabesp fechou parcerias com as carteiras digitais Ita e PicPay, colocando à disposição dos clientes mais uma facilidade para o pagamento de suas contas. Disponibilizou promoções como a *Blue Friday*, realizada exclusivamente pelos canais digitais, a fim de facilitar a negociação de dívidas com vantagens ampliadas, tal como o parcelamento dos débitos em até 15 vezes. Durante o período de promoção, foram feitos mais de 17 mil acordos, o que representa um aumento de 35% em relação à promoção realizada em 2019, e de 128% em relação a 2018.

Desta forma, sem a necessidade de sair de casa, nossos clientes puderam acessar soluções para consultas, informação, solicitação de serviços e renegociação de contas, com comodidade, segurança e praticidade. Ao final do ano, registramos índice de 83% de atendimento nos canais digitais, colaborando para conter o avanço do novo coronavírus e aprimorando a experiência digital dos nossos clientes.

A Companhia mantém disponíveis permanentemente os serviços de atendimento adaptados para os clientes com necessidades especiais, tais como comunicação em Libras (Língua Brasileira de Sinais), canais telefônicos adaptados para pessoas com deficiência auditiva e de fala e, emissão de contas em braille para pessoas com deficiência visual.

Desde 2019, a Pesquisa de Satisfação do Cliente é realizada mensalmente. Em 2020, foram realizadas mais de 14 mil entrevistas distribuídas em todos os municípios operados, o que permitiu aferir resultados com uma margem de erro inferior a 1%, e nível de confiança de 95%.

Ainda que tenha sido um período cheio de incertezas e mudanças abruptas nas formas de relacionamento por imposição da situação de contingência trazida pela Covid-19, o indicador de satisfação geral se manteve alto com 86% dos clientes manifestando sua satisfação. O resultado reflete a condução bem-sucedida e eficaz na adequação dos processos, ferramentas e capacitação da força de trabalho na ágil migração para o atendimento digital.

Também disponibilizamos aos clientes nossa Ouvidoria, um canal de 2ª instância responsável por acatar, avaliar e solucionar insatisfações e dificuldades em suas relações com a Companhia. Durante o ano, recebemos mais de 172 mil manifestações pelo canal, sendo que aproximadamente 90% dessas manifestações foram resolvidas.

Para assegurar a proteção dos dados dos clientes da Companhia, além de medidas técnicas aptas para garantir a segurança e a privacidade no tratamento de dados pessoais, em 2020, foram implantados procedimentos e regras para o atendimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), entre elas a Política Institucional de Privacidade de Dados Pessoais, a nomeação de um Delegado de Proteção de Dados e a criação de um canal exclusivo para atendimento ao cliente (lgpd@sabesp.com.br), entre outras.

Integração com a Comunidade

A efetividade dos serviços prestados pela Sabesp depende fortemente do compromisso das pessoas com o bem-estar coletivo. Para isso, mantemos um programa de educação ambiental que visa informar nossas partes interessadas sobre o uso responsável dos recursos hídricos, a importância do saneamento básico e o do uso correto de sua estrutura.

Além dos **Encontros com as Comunidades**, eventos realizados de forma sistemática para ouvir moradores e expor ações da Companhia, há também o **Programa Corporativo de Educação Ambiental (PEA Sabesp)** para fortalecer o engajamento local.

O Programa contribui para a sensibilização e a mobilização dos nossos públicos internos e externos, por meio da realização de visitas monitoradas às estações de tratamento, cursos e palestras em escolas, atividades artísticas e educacionais, plantios mudas, concursos, mutirões de limpeza de praias e rios, soltura de alevins e eventos em datas comemorativas ambientais, entre outros. Parte dessas ações são desenvolvidas em parceria com órgãos públicos locais ou ONGs.

Essa atuação acontece de forma diversa, a depender do tipo de programa executado e da realidade da região atendida. Em 2020, destacamos as ações de comunicação socioambientais promovidas no âmbito do Projeto Novo Rio Pinheiros, voltadas para o engajamento na correta destinação do lixo e na conexão de imóveis às redes coletoras. Essas ações são imprescindíveis para o sucesso do Projeto, que visa levar melhores condições sanitárias às regiões mais carentes e, consequentemente, devolver um dos principais rios metropolitanos ao convívio de seus moradores.

Com o agravamento da pandemia, muitas ações foram direcionadas para o ambiente virtual. Além do Projeto Novo Rio Pinheiros, as ações de engajamento ocorrem também em programas como Córrego Limpo, Se Liga na Rede e Água Legal.

Para mais informações sobre nossas ações de educação ambiental, veja o nosso relatório de Sustentabilidade.

Boas práticas urbanas

Nos bairros paulistanos Butantã, Cangaíba e Mooca, a Sabesp concilia a operação de abastecimento com o lazer da comunidade por meio de três parques urbanos instalados em suas unidades e abertos ao público. Os espaços contam com playground, equipamentos de ginástica, quadras esportivas, pergolados e passarelas projetadas de acordo com as normas de acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida. Placas instaladas nos percursos mostram a importância do ciclo da água.

Nesta linha de valorização de áreas verdes em áreas urbanas, apoiamos o **Programa São Paulo + Bonito**, do Governo do Estado, com a recuperação de mais de 70 áreas na cidade de São Paulo que inclui: canteiros, rotatórias e praças públicas. O objetivo é estimular o cuidado e utilização dos espaços urbanos.

No interior e no litoral, também promovemos a revitalização de praças em um movimento de aproximação das comunidades locais e levando a mensagem de valorização dos espaços públicos.

Apoios e patrocínios

Os apoios e patrocínios desempenham um papel importante na nossa estratégia de responsabilidade social, como forma de promover o desenvolvimento dos cidadãos, com a oferta de cultura, educação, saúde, esportes e promoção da cidadania. Em 2020, foram destinados R\$ 25,7 milhões em recursos próprios e provenientes de incentivos fiscais para apoio financeiro ou institucional de 136 projetos. Para mais detalhes sobre nossos apoios e patrocínios, veja o nosso Relatório de Sustentabilidade.

GESTÃO EFICIENTE, ÍNTEGRA E TRANSPARENTE

A Sabesp é uma sociedade anônima de economia mista, com ações listadas, desde 2002, no Novo Mercado da B3 e na Bolsa de Valores de Nova York.

O capital social da Companhia é composto por 683.509.869 ações, exclusivamente ordinárias (com direito a voto), totalizando R\$ 30,4 bilhões de valor de mercado. O Governo do Estado de São Paulo detém 50,3% das ações e o restante do capital está listado nas bolsas de valores de São Paulo (37,3%), e de Nova York (12,4%), na forma de *American Depositary Receipts* (ADR nível III).

O atendimento a essas regras reforça nossa robusta estrutura, compromissos e práticas de governança corporativa, com diferenciais que garantem transparência, equidade e prestação de contas aos acionistas e credores.

Atualmente o Conselho de Administração é composto por dez membros com mandato unificado de dois anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. Dentre os conselheiros, seis são independentes, sendo um deles eleito pelos acionistas minoritários. O Conselho de Administração é assessorado por um Comitê de Auditoria, composto por três conselheiros de administração independentes.

A Diretoria é composta por seis membros, um deles designado Diretor-Presidente, com mandato unificado de dois anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

As responsabilidades e a forma de funcionamento do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria estão definidas no Estatuto Social e no regimento interno de cada órgão. Para saber mais sobre composição e o funcionamento dos nossos órgãos de governança, acesse nosso site de relações com investidores em <https://ri.sabesp.com.br/governanca-corporativa/conselhos-comites-do-conselho-e-diretoria/>.

A escolha dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria leva em conta a reputação ilibada e o notório conhecimento dos candidatos, considerando, sempre que possível, a diversidade de experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero, entre outros critérios.

A indicação dos candidatos a membro do Conselho de Administração é feita pelos acionistas, controladores e minoritários, e aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, enquanto os Diretores da Companhia são indicados pelo acionista controlador e aprovados pelo Conselho de Administração. Todos as indicações são verificadas pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento.

Mais informações sobre a Política de Indicação da Companhia em <https://ri.sabesp.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/>. Para conhecer as atas do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, acesse: <https://ri.sabesp.com.br/governanca-corporativa/assembleia-e-atas/>.

Remuneração dos Administradores

As diretrizes para remuneração dos administradores, assim como dos membros dos comitês estatutários e do Conselho Fiscal, são definidas pela Política de Remuneração, disponível em <https://ri.sabesp.com.br/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/>.

A remuneração dos Diretores é composta por uma remuneração fixa mensal e por bônus anual (remuneração variável) condicionado à apuração de lucro e à distribuição de dividendos aos acionistas. A remuneração variável dos Diretores está limitada a seis vezes a remuneração mensal dos Diretores, ou a 10% do valor distribuído aos acionistas a título de dividendos, prevalecendo o que for menor.

Em 2020, o valor total da remuneração, em valores brutos, considerando os benefícios e encargos legais, foi de R\$ 7,9 milhões, incluindo cerca de R\$ 1,4 milhão referente à remuneração variável dos diretores.

Para mais informações sobre os critérios e a composição da remuneração dos membros dos órgãos estatutários, veja o item 13 do Formulário de Referência, disponível em <https://ri.sabesp.com.br/informacoes-financeiras/submetidas-a-cvm/>.

Programa de Capacitação dos Administradores

Em atendimento à Lei Federal nº 13.303/16 (Lei das Estatais), os administradores da Companhia recebem anualmente capacitação em assuntos relacionados à governança corporativa.

Em 2020, os administradores realizaram treinamento virtual com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, abordando os temas: Legislação e Governança, Mercado de Capitais e Divulgação de Informações, Lei Anticorrupção, Código de Conduta e Integridade, Controles Internos, Melhores Práticas para o Conselho de Administração e Gestão e Conselho Fiscal.

Integridade e Transparência

A atuação dos administradores e dos empregados da Companhia é norteada pelo Programa de Integridade, que funciona como um instrumento de mitigação de possíveis fraudes e corrupção. Nesse sentido, as diretrizes, princípios e competências estabelecidas por ele visam a preservação dos ativos, da imagem, da integridade e dos valores éticos da Companhia.

Aprovado pelo Conselho de Administração e respaldado pela Política de Conformidade, o Programa atende às recomendações da Controladoria Geral da União (CGU) e às exigências das leis anticorrupção vigentes no Brasil e nos Estados Unidos.

O Programa visa a prevenção, detecção e remediação de atos lesivos contra a administração pública, reforçada por sua conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, com o Regulamento do Novo Mercado e com as boas práticas recomendadas pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC).

Em 2020 o Programa de Integridade Sabesp evoluiu com ampliação de ações, como:

- Aperfeiçoamento das avaliações reputacionais (*Background Check* de Integridade) para as indicações ou reconduções dos Administradores e Conselheiros Fiscais e aos indicados para os cargos de livre provimento;
- Adoção de medidas de integridade entre os fornecedores, com previsão da obrigatoriedade do cumprimento de normas éticas e a vedação de práticas de fraude e corrupção estabelecidas em cláusulas contratuais; e
- Aperfeiçoamento do monitoramento de transações entre partes relacionadas da Companhia.

Ainda em 2020, concluímos o ciclo de mapeamento e análise de riscos de fraude e corrupção e dos controles necessários ao perfil do negócio. Durante o desenvolvimento do trabalho foram realizadas entrevistas com administradores e executivos, para capturar a percepção dos riscos de fraude e corrupção vinculados às diretrizes estratégicas e macroprocessos críticos.

Adicionalmente, foram realizados estudos sobre o negócio da Companhia, bem como analisados os processos e riscos já mapeados em ciclos anteriores. Atualmente, todos os processos com alguma exposição a risco de fraude e corrupção foram avaliados, principalmente, aqueles em que podem ocorrer alguma interação com agentes públicos.

Ao todo foram avaliados 14 macroprocessos, totalizando 51 processos cobertos na Companhia com essa avaliação. Assim, nosso portfólio atual conta com 19 riscos. Os riscos mapeados são tratados por meio do estabelecimento de controles e para aqueles que são considerados moderados a críticos são adotadas também ações de mitigação.

A eficácia do Programa de Integridade e a sua aplicação contínua mantêm resultados positivos em 2020, como nos anos anteriores, permanece sem identificar casos de corrupção na Companhia.

Código de Conduta e Integridade

As bases para que administradores e colaboradores atuem de forma integrada e coerente com os valores da Companhia na condução das relações e negócios com seus diferentes públicos está definida no Código de Conduta e Integridade. Elaborado pela primeira vez de forma colaborativa em 2006, sua versão mais recente está disponível em nosso site: <https://ri.sabesp.com.br/governanca-corporativa/codigo-de-conduta-e-integridade/>.

Definido pelo Código de Conduta e Integridade e implementado em 2018, o Canal de Confiança é um mecanismo institucional interno para esclarecer dúvidas e orientar os colaboradores sobre o comportamento ético na condução dos negócios da Sabesp em seus diversos níveis, respondendo a todos de forma rápida, objetiva, sem juízo de valor, mantendo o sigilo sobre a consulta.

Compete ao Comitê de Auditoria monitorar os procedimentos para apuração de infração ao Código de Conduta e Integridade, bem como os eventos registrados no Canal de Denúncias, que são analisadas e reportadas semestralmente à Comissão de Ética e ao Comitê de Auditoria. A superintendência de Auditoria é a responsável pelo processamento de denúncias, devendo zelar pelo anonimato do denunciante e proteger a confidencialidade das informações e dos envolvidos.

Com o objetivo de preservar o anonimato do denunciante, nosso Canal de Denúncias é externo, ou seja, o acatamento de denúncias é realizado por empresa terceirizada especializada, por meio de formulário eletrônico e telefone, permitindo ao denunciante o acompanhamento da apuração por meio do protocolo.

Ao longo do ano, foram registradas 155 ocorrências no Canal de Denúncias e aplicadas 39 penalidades, entre empregados próprios e empregados de empresas terceirizadas: 11 advertências, 5 suspensões e 23 demissões. Destaca-se que, dentre os casos averiguados, não há indícios da participação de empregados da Companhia em atos de corrupção tratados na Lei Federal nº 12.846/2013 - Anticorrupção.

Disseminação da cultura da integridade

Durante o ano de 2020, os temas relacionados à prevenção e combate à fraude e corrupção foram reforçados por meio da disseminação de informações e matérias publicadas nos veículos de comunicação interna e diversas ações de treinamentos para aprofundar o conhecimento dos colaboradores sobre as exigências e as responsabilidades legais, bem como sobre as diretrizes corporativas.

O Plano Comunicação é formalizado anualmente, tendo responsável por cada etapa e o público-alvo das ações de comunicação. Esse plano estabelece um programa periódico de divulgação interna utilizando e-mails (Sabesp Informa e Comunicado Sabesp), mural, intranet, assinatura de e-mails e papéis de parede temáticos, como sobre o Dia Mundial Contra a Corrupção que é marcado em dezembro.

Em 2020, o plano contemplou todos os empregados nas diversas disseminações das principais políticas e procedimentos do Programa de Integridade, além de reforçar sobre a utilização, quando aplicável, do Canal de Denúncia e os princípios do nosso Código de Conduta e Integridade. Também publicamos mais de 60 matérias, entre comunicados e notícias com os temas vinculados à ética e à integridade.

No dia 9 de dezembro, data em que é comemorado o Dia Mundial Contra a Corrupção, promovemos o evento virtual "Sabesp na Prevenção e Combate à Corrupção". Além de apresentar as principais ações da Companhia relacionadas ao tema, oferecemos informações qualificadas sobre *compliance* no setor público, lei brasileira anticorrupção e experiências de outras empresas em áreas como conformidade regulatória e transparência corporativa.

No âmbito externo, estamos engajados em grupos e entidades que promovem a reflexão e a difusão de temas ligados à integridade e à ética empresarial, seja por meio do patrocínio ou da participação em congressos, seminários e conferências, ocasiões em que apresentamos as práticas e ações do nosso Programa de Integridade. Também somos articuladores da implantação e da coordenação da Câmara Temática de Governança Corporativa e Assuntos Jurídicos da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), reafirmando o nosso compromisso de fomentar a cultura de integridade em um setor estratégico para o desenvolvimento do país.

Trilha de Aprendizagem Conduta e Integridade

Nossos empregados são peças-chave na disseminação da cultura ética e transparência adotadas na Sabesp. Por isso, disponibilizamos a eles a Trilha de Aprendizagem Conduta e Integridade, um plano de treinamento contínuo que oferece ferramentas de aprendizagem em temas integridade, ética, assédio sexual e moral, diversidade, corrupção, fraude, conflito de interesse, entre outros.

Desenvolvida pela Universidade Empresarial Sabesp, a Trilha conta com ações de treinamento que abrangem as diretrizes, exigências, responsabilidades legais e o papel de cada um dentro da nossa cultura da ética e integridade e é disponibilizada a todos os empregados. Somam-se, em 2020, mais de 29 mil participações em ações de treinamento.

Contamos também com o projeto Visitas da Ética, que busca reforçar a disseminação dos valores e dos princípios do Código de Conduta e Integridade da Sabesp. Nos 375 municípios operados, o projeto já soma mais de 100 palestras para todas as categorias de cargos e impactou mais de 7,5 mil empregados desde a sua implementação, em agosto de 2019. Além da parte presencial, o projeto ainda contempla a publicação de matérias e a realização de enquetes sobre o tema nos nossos veículos de comunicação interna.

Em junho, realizamos treinamentos de Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção com mais de 260 colaboradores, cujo objetivo foi propiciar uma reflexão sobre o tema e informar sobre leis nacionais e internacionais relacionadas, disseminar práticas recomendadas de atuação, além de fomentar a cultura da integridade na Companhia. Englobando tanto a prevenção à fraude e corrupção, como o relacionamento com agentes públicos, conflito de interesses, riscos e controles nos processos, o conteúdo programático contou também com exemplos e casos concretos, contribuindo para a identificação de medidas adequadas de integridade.

Durante o ano, apresentamos aos colaboradores os resultados do projeto de mapeamento e avaliação de riscos e treinamos os colaboradores responsáveis pelas investigações de denúncias, tendo o objetivo de atualizá-los em relação ao procedimento de averiguação adotado pela Companhia.

Treinamento e Desenvolvimento

Em 2020, a Sabesp também promoveu a reflexão acerca dos temas ligados à Integridade e Transparência em treinamentos presenciais sobre Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção, cujos conteúdos programáticos abordam leis nacionais e internacionais, orientações para o relacionamento com agentes públicos, conflito de interesses, riscos e controles nos processos.

Os exemplos e casos concretos apresentados nos treinamentos contribuíram para a identificação de medidas adequadas de integridade tanto entre o público interno quanto entre os dirigentes e responsáveis pelas áreas de *compliance* das sociedades de propósito específico nas quais a Sabesp é sócia minoritária.

Nossos administradores receberam treinamentos por meio de plataforma virtual em curso ministrado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, cumprindo o que estabelece a Lei Federal nº 13.303/16. Ainda, destacam-se os treinamentos aos Técnicos de Atendimento Comercial Externo - TACES, decorrentes de contratos de serviços, dentro do Código de Conduta e Integridade. Ao longo de 2020, mais de mil fornecedores conheceram nosso Programa de Integridade por meio de vídeo institucional.



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Transparência

Na Sabesp, temos consciência de que a promoção da ética e integridade exige transparência no relacionamento com todos os nossos públicos de interesse. Diante disso, o Portal da Transparência (disponível em <http://bit.ly/32VDGhb>) traz informações claras e atualizadas sobre o negócio. Nele, os usuários têm livre acesso às nossas Políticas Institucionais, atas dos conselhos e comitês, contratos com o poder concedente e com fornecedores e sobre os nossos principais programas e projetos desenvolvidos. Além disso, o Portal conta ainda com o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), canal de atendimento aos cidadãos previsto na Lei de Acesso à Informação.

Gestão de Riscos e Controles Internos

A Sabesp conta com uma estrutura organizacional para gerenciamento de riscos, definida em Estatuto Social, vinculada administrativamente e liderada pelo Diretor-Presidente, indicado pelo Conselho de Administração. Nossa estrutura é alicerçada por instâncias internas, que atuam de forma integrada e complementar, orientadas por instrumentos institucionais que suportam o processo de gestão de riscos, com o objetivo de garantir a transparência e agregar valor à Companhia, além de subsidiar na tomada de decisão.

A gestão de riscos é orientada pela Política Institucional de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho de Administração e que adere ao *framework* do COSO - ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management*), às normas ABNT NBR ISO 31.000:2009 e ABNT ISO GUIA 73:2009. A Política é complementada pelos Procedimentos de Gestão de Riscos Corporativos e Operacionais e o Dicionário de Riscos.

Também contamos com uma Comissão de Gestão de Riscos Corporativos, formada por um representante de cada Diretoria e subordinada à Diretoria Colegiada.

Os riscos identificados são mensurados quanto ao impacto e a probabilidade de ocorrência, avaliados pelos níveis hierárquicos competentes para definição de ações mitigatórias exigidas para cada situação e revisitados anualmente. A natureza dos riscos é definida a partir de quatro categorias: estratégico, financeiro, operacional e de conformidade. Os riscos corporativos que possuem o nível de criticidade significativo e crítico têm as suas ações mitigatórias acompanhadas pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, respectivamente. Desta forma, é possível minimizar os impactos negativos desses cenários, favorecendo o alcance de nossos objetivos estratégicos. Os trabalhos resultam em um mapa de riscos corporativos, aprovado pelo Conselho de Administração, mantido com a finalidade de acompanhar as tendências globais e nacionais, a fim de antever cenários que possam afetar adversamente as operações da Companhia, garantindo, desta forma, o cumprimento dos seus objetivos estratégicos. Os riscos são gerenciados a partir do Sistema Corporativo de Gestão de Riscos - GRC. Esse sistema é um módulo integrante do SiIS - Sistema Integrado de Informações Sabesp (SAP/GRC-*Risk Management and Process Control*). A descrição dos riscos corporativos e das estratégias de gestão dos fatores que podem produzir a sua materialização é encontrada no item 4 do Formulário de Referência disponível em <https://ri.sabesp.com.br/informacoes-financeiras/submetidas-a-cvm/>.

Controles internos

Os controles internos incluem os procedimentos para adequação dos registros contábeis, a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as regras oficiais e a devida autorização das transações relacionadas a aquisições, uso e disposição dos bens da Companhia.

Há 16 anos promovemos uma avaliação estruturada e sistemática dos controles internos, que atualmente é orientada pelo *framework* de controles internos do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) versão 2013, e está aderente à seção 404 da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX) e à Lei Federal nº 13.303/2016.

Anualmente, realizamos a revisão do processo de avaliação dos controles internos, considerando novos riscos associados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, além de possíveis alterações significativas nos processos e sistemas informatizados.

Os testes de controles internos são realizados pela área de auditoria interna, que se reporta hierarquicamente ao Diretor-Presidente e funcionalmente ao Comitê de Auditoria. Em 2019, a avaliação sobre a eficácia do ambiente de controles internos não identificou qualquer deficiência considerada material.

Auditores externos

A auditoria de nossas demonstrações financeiras e a revisão das informações trimestrais e de projetos de financiamento são realizadas por auditores externos, garantindo a confiabilidade dos dados apresentados. A Sabesp respeita os princípios que preservam a independência desses profissionais, a saber: i) não auditar seu próprio trabalho; ii) não exercer funções gerenciais; e iii) não advogar pelo seu cliente.

O Comitê de Auditoria, em linha com nosso Estatuto Social, é responsável pela avaliação das diretrizes que orientam a contratação e a prestação de serviços dos auditores externos. Também cabe ao Comitê recomendar ao Conselho de Administração a contratação e a destituição da auditoria externa, além do dever de se manifestar antes da contratação de outros serviços prestados por ela, ou por empresas vinculadas a ela, que não caracterizem atividades da sua alçada.

Em 2020, realizamos a troca dos nossos auditores independentes. A KPMG Auditores Independentes, que atuava como auditor independente desde 2016, foi substituída pela Grant Thornton Auditores Independentes com início das atividades na revisão das informações trimestrais de 30 de setembro de 2020.

O montante total pago pelos serviços de auditoria de demonstrações financeiras, revisão das informações trimestrais e projetos de financiamentos, entre outros foi de aproximadamente R\$ 1,6 milhão, dos quais R\$ 1,3 milhão foi pago à KPMG e R\$ 346 mil, a Grant Thornton.

No mesmo período, a KPMG e a Grant Thornton também prestaram serviços de revisão de tributos que não conflitaram com os serviços de auditoria prestados e nem ultrapassaram 5% dos honorários pagos por tais serviços. A KPMG Auditores Independentes também auditou, em 2020, a empresa Attend Ambiental S.A., uma das sociedades coligadas da Sabesp.

A NOBRE MISSÃO DE TRANSFORMAR VIDAS

Garantir água de qualidade, segurança hídrica, abastecimento contínuo e ampliar o acesso ao sistema de coleta e tratamento de esgotos são serviços de forte impacto positivo na indução do desenvolvimento social, econômico e ambiental na região atendida.

Nesta perspectiva, a Sabesp é uma das protagonistas do desenvolvimento do estado com melhores índices de atendimento do país, respondendo por um investimento médio de 32% de tudo o que se aportou em saneamento no Brasil desde 2011, segundo dados do SNIS 2019.

Em 2020, a produção total de água foi de 2,9 bilhões m³, que assegurou o atendimento de mais de 95% da área operada. Os serviços de coleta de esgoto serviram a 85% da área operada e o tratamento dos esgotos coletados chegaram a 76% das economias.

Para avançar ainda mais, este trabalho está alicerçado em diferentes programas infraestruturais e estratégicos em água e esgoto concebidos de acordo com as características diversas das regiões onde operamos.

Qualidade da água em primeiro lugar

Garantir a entrega de água de qualidade é o maior bem que podemos oferecer aos nossos clientes e um dos maiores ativos do nosso negócio. A garantia do abastecimento ininterrupto com água de qualidade foi ainda mais necessária no último ano devido à pandemia, já que a higienização com água e sabão é a forma mais eficaz de contenção do vírus.

Neste sentido, desde a primeira etapa de captação de água nas represas realizamos o monitoramento da qualidade em pontos estratégicos por meio de sondas de monitoramento e, através de coletas de amostras, analisadas em nossos laboratórios com frequências semanais ou mensais. A água captada para tratamento é proveniente de mananciais superficiais (represas, rios) e mananciais subterrâneos (poços profundos).

No caso da captação em manancial superficial, a água é encaminhada para a estação, onde é submetida a diversas etapas de tratamento: pré-cloração, pré-alkalinização, coagulação, floculação, decantação, filtração, pós-alkalinização, desinfecção e fluoretação. Para a água proveniente de manancial subterrâneo, que apresenta melhor qualidade, realizamos a desinfecção e a fluoretação.

Em qualquer um desses processos existe um rígido controle de dosagem de produtos químicos e acompanhamento dos padrões de qualidade, consistentes com os estabelecidos pela legislação brasileira, que são semelhantes aos padrões europeus e norte-americanos.

Parâmetros controlados

A qualidade da água tratada e distribuída é fiscalizada pelo Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo e norteada pelos parâmetros do Ministério da Saúde, que estabelece procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para o consumo humano. São realizadas mais de 85 mil análises mensais para aferir a qualidade dos parâmetros de turbidez, cor, cloro e coliformes totais.

Este trabalho é realizado em nossos 16 laboratórios regionais de controle sanitário na distribuição da água tratada, além de laboratórios localizados nas estações de tratamento de água. A maioria dos laboratórios regionais é acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Nosso laboratório central é responsável pela análise de compostos orgânicos e agrotóxicos, utilizando os métodos de cromatografia gasosa e líquida, bem como a análise de metais pesados por espectrometria de Plasma Acoplado Indutivamente.

Todos os produtos químicos utilizados para o tratamento da água são analisados e atendem às rigorosas especificações estabelecidas nas recomendações da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, pela ABNT, pela *National Standard Foundation* - NSF, e pela *American Water Works Association* - AWWA.

Possuímos também uma equipe de degustadores, composta por cerca de 140 especialistas que analisam variáveis como sabor, aroma e densidade da água a ser distribuída. Os resultados são encaminhados para as ETAs a fim de nortear o tratamento e eventuais ajustes preventivos ou corretivos.

A busca por segurança hídrica em um ambiente de escassez

Assim como a qualidade da água entregue aos nossos clientes, a segurança no abastecimento está no topo de nossas prioridades estratégicas.

Com o início das operações de abastecimento em Mauá, em novembro de 2020 passamos a distribuir água tratada em 37 dos 39 municípios que integram a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Apenas nos municípios de São Caetano do Sul e Mogi das Cruzes não atendemos diretamente o consumidor final. Para estes municípios fornecemos água por atacado, ficando eles responsáveis pela distribuição ao consumidor final.

Na RMSP concentra-se uma das maiores populações do mundo, com uma ocupação urbana bastante desordenada, muitas vezes instaladas de forma irregular e precária, sobretudo em áreas próximas a mananciais. Soma-se a isso uma localização geográfica desfavorável no que diz respeito à oferta hídrica (região de nascente dos rios da bacia do Alto Tietê).

Diante de fatores que caracterizam a RMSP como uma área de disponibilidade hídrica baixíssima, a segurança no abastecimento do grande contingente populacional atual e futuro está baseada no incremento da infraestrutura e no planejamento estratégico com projeções de longo prazo sobre oferta e demanda. Para isso, avaliamos variáveis como a disponibilidade hídrica dos rios ou mananciais, variabilidade climática, curva de crescimento e deslocamento populacional, capacidade de infraestrutura de tratamento, armazenamento e distribuição.

Este trabalho é executado por meio de uma robusta infraestrutura hídrica composta de dez principais sistemas produtores de água (Cantareira, Alto Tietê, Guarapiranga, Rio Grande, Rio Claro, São Lourenço, Ribeirão da Estiva, Baixo Cotia, Alto Cotia e Guarulhos), que juntos formam o Sistema Integrado de Abastecimento de Água Metropolitano (SIM) e são interligados por adutoras de grande porte que compõem o Sistema Adutor Metropolitano (SAM), responsável pelo transporte da água tratada até os reservatórios setoriais e, destes pontos, distribuída à população da Grande Paulo.

Planejamento e infraestrutura ampliam a segurança no abastecimento

O incremento estrutural do SIM tem sido foco de investimentos permanentes no escopo do **Programa Metropolitano de Água** (PMA), implantado na década de 90 com o objetivo inicial de solucionar gargalos estruturais do sistema de abastecimento, por meio da ampliação dos sistemas de produção, transporte e distribuição de água em toda a metrópole.

Com a crise hídrica de 2014/15, o SIM foi fortalecido a partir de fontes localizadas fora da bacia do Alto Tietê. Tais ações ampliaram a flexibilidade de transferência entre sistemas produtores e expandiram a capacidade de reservação e tratamento de água.

Nos cinco anos após a crise, o sistema metropolitano passou por outras duas estiagens severas. Na última, em 2020, o Cantareira, maior reservatório de água da região e responsável pelo atendimento de 6,7 milhões de pessoas, atingiu 31% de armazenamento, o menor nível desde a crise. Foram registrados níveis pluviométricos abaixo da média em todos os mananciais e, em consequência disso, a entrada de água nos sistemas (afluência) também ficou abaixo do esperado.

No entanto, o Sistema Produtor São Lourenço e transposição Jaguari - Atibainha, que, desde 2018, passaram a “importar” água de outras bacias para a bacia do Alto Tietê, foram essenciais para diminuir os riscos de desabastecimento na RMSP. Sem essas obras, a baixa recarga registrada no Cantareira (com chuvas de apenas 74% da média histórica) teria levado o Sistema ao esvaziamento em julho de 2020.

Diante dessa crescente variabilidade no regime de chuvas e ocorrência de extremos climáticos, seguimos com o fortalecimento das estruturas de redundância do sistema integrado. Neste sentido, em 2020 promovemos a revisão e a manutenção preventiva das estruturas de transferência de água implantadas para o enfrentamento da crise de 2014/15. Outro destaque foi o início das obras para reversão de água do Ribeirão Sertãozinho (afluente do Rio Itapanhaú), para a Represa Biritiba Mirim, pertencente ao Sistema Alto Tietê. A expectativa é que esta obra esteja pronta e operando no segundo semestre de 2021.

A obra do sistema Genesis, futuro centro de reservação e distribuição de água na região oeste da Grande São Paulo, também avançou, chegando ao final de 2020 em vias de entrar em operação. Além disso, outros três reservatórios metálicos para reservação de água tratada foram colocados em operação nos municípios de Itaquaquecetuba, Jandira e Vargem Grande Paulista.

Em relação à demanda, a participação da população na adoção de hábitos de consumo mais conscientes desde o início da crise hídrica de 2014/15 também tem sido fundamental para a manutenção dos níveis seguros nos mananciais.

Em 2020, contudo, apesar de campanhas de mídia pelo consumo racional, a permanência das pessoas em suas casas na maior parte do tempo, em razão do isolamento social causado pela pandemia, provocou o aumento per capita do consumo dos habitantes da metrópole. Por outro lado, também em razão da pandemia, foram registradas quedas no consumo das categorias industrial, comercial e público.

Apesar da chuva abaixo da média, baixa recarga dos mananciais e consumo residencial mais elevado, a infraestrutura hídrica mais robusta e integrada contribuiu para manter o volume armazenado de água em níveis seguros para abastecer a RMSP em 2020.

Adaptação às incertezas climáticas e os novos parâmetros de risco na RMSP

As variações climáticas e os eventuais eventos extremos podem impactar as atividades da Companhia. Para fazer frente a esse desafio, o conjunto de ações realizado na RMSP é orientado por projeções estabelecidas no Plano Diretor de Abastecimento de Água da RMSP, que tem como base uma série histórica de vazões naturais mensais desde 1930. O Plano busca antecipar variáveis decorrentes de alterações no regime de chuvas, vazões, afluência, disponibilidade dos mananciais, crescimento populacional, rearranjo da distribuição da população no território e comportamento do consumo.

Os novos parâmetros de risco trazidos com a severidade da crise hídrica de 2014/2015 - registros até então inéditos ao longo de 85 anos de análises, foram incorporados na revisão do Plano concluída em 2019. Os mananciais atualmente explorados passaram por reavaliação e adotou-se a vazão com garantia de 98% (antes era de 95%). Essa mudança reflete a criticidade do evento climático nas avaliações de risco e a preocupação com os grandes prejuízos que eventual colapso no abastecimento poderia causar à população.

Os estudos avançam com a construção de indicadores que mensurem a confiabilidade, resiliência e eventuais vulnerabilidades do conjunto de mananciais. Essas análises incorporam efeitos da variabilidade climática, expansão da atividade econômica e o crescimento da população, tendo em vista a construção de conhecimento que permita antecipar futuras adversidades e garanta a segurança no abastecimento.

Essas iniciativas podem ser conhecidas em mais detalhes no livro **“Estratégias Resilientes: Um Plano de Adaptação às Variações Climáticas na Gestão dos Recursos Hídricos para o Abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo”**.

A preocupação acerca das ameaças climáticas dentre os riscos de grande atenção se justifica pelos grandes impactos que secas, como a ocorrida nos anos de 2014/2015, podem causar no abastecimento da população e nos resultados da Companhia.

Ainda em relação à identificação e antecipação de potenciais riscos, também contamos com uma Política Institucional e Procedimento Empresarial de Riscos Estratégicos que reúne as principais ameaças inerentes ao negócio - desde aquelas ligadas à gestão até as operacionais, incluindo, dentre outras, as ambientais. A política também determina as responsabilidades e aponta diretrizes para gestão dos diferentes temas críticos.

Pelos múltiplos usos da água além do abastecimento humano (indústria, comércio, geração de energia e agricultura) é preciso salientar que a gestão dos recursos hídricos não é responsabilidade de um só ator. Ela deve ser integrada, envolvendo diferentes instâncias decisórias, entidades e organizações, abrangendo a participação de toda a sociedade, maior beneficiária do uso consciente e sustentável de nossos recursos naturais.

A metrópole e a proteção da biodiversidade

Na RMSP, a já baixa disponibilidade hídrica, quando pressionada pela ocupação desordenada e irregular, muitas vezes em áreas de proteção ambiental e próximas aos mananciais, pode afetar a qualidade da água destinada ao atendimento público.

Nesse sentido, nossas ações vão além do incremento da infraestrutura e quantidade de água armazenada nos mananciais e sistemas distribuidores, consideram um conjunto de medidas de proteção e recuperação de mananciais superficiais, com atuação no nível das bacias e represas, além de matas ciliares e áreas de florestas. Um destaque nesta frente é o **Programa Cinturão Verde dos Mananciais Metropolitanos**, que integra o Programa Nascentes do Governo do Estado de São Paulo e já promoveu o plantio de 539 mil árvores nos últimos 5 anos.

Sua atuação está concentrada nos sistemas: Cantareira, Alto Cotia, Rio Claro e Fazenda Capivari (no sistema Guarapiranga), todos localizados em áreas pertencentes à Sabesp, e inseridos no bioma da Mata Atlântica, somando área total de aproximadamente 44 mil hectares dentro de unidades de conservação, sendo nove mil hectares de espelho d’água e 35 mil hectares de área no entorno desses mananciais.

Desse território, 94% (33 mil hectares) são áreas protegidas por cobertura vegetal que representam 1,4% do remanescente de Mata Atlântica no Estado de São Paulo, protegendo a água consumida por mais de 14 milhões de moradores da capital e Grande São Paulo.

Com este trabalho, somente no Sistema Cantareira, o índice de cobertura vegetal saltou de 61% na década de 1980 para 79% em 2020. O Programa recebeu reconhecimento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do WRI (*World Resources Institute*).

Mais do que contribuir com a qualidade do corpo hídrico, a cobertura vegetal dificulta ocupações ilegais, impede que lixo, pesticidas e agrotóxicos sejam arrastados para dentro das represas, reduz enchentes, protege a biodiversidade e garante a segurança hídrica.

Além da preservação e recuperação de flora e fauna, fiscalização e monitoramento patrimonial, também disponibilizamos as áreas para elaboração de estudos por universidades e a realização de atividades com o envolvimento da sociedade por ONGs e outras instituições.

Também no contexto da preservação, em 2020, foi aprovado o **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira**, que estabelece regras para o uso e ocupação do solo no entorno do reservatório e fortalece o trabalho de proteção dos recursos hídricos.

Fora da RMSP, utilizamos a Reserva São Francisco, inserida no Parque Estadual da Serra do Mar, em São Sebastião, no litoral norte do estado de São Paulo. Com 2,5 mil metros quadrados (perímetro de 7,1 quilômetros), a área possui o córrego São Francisco, fonte para o Sistema Produtor de água São Francisco. Em 1994, a área foi declarada Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pela UNESCO.

O **Programa Nossa Guarapiranga** é outra iniciativa direcionada para a mitigação dos impactos da vida urbana em um dos mais importantes mananciais metropolitanos, que fornece água para cerca de quatro milhões de habitantes. Com foco de atuação centrado no espelho d’água, fazemos a limpeza da água com a ajuda de barcos coletores e instalação de ecobarreiras, telas metálicas instaladas na desembocadura dos principais córregos que desaguam na represa.

São retirados dejetos irregularmente descartados, que contaminam a água, causam a proliferação de algas e dificultam a captação. De 2011 a 2020, foram retirados 197 mil m³ de resíduos da represa, sendo 18 mil m³ em 2020. O Programa já demandou investimentos de R\$ 25 milhões desde seu início, sendo quase R\$ 2 milhões em 2020. Além disso, a Sabesp faz a recuperação da vegetação nas ilhas da represa com o plantio de árvores.

Mais saúde e cidadania

Os problemas habitacionais decorrentes da instalação de moradias precárias são acompanhados do déficit de infraestrutura de serviços públicos, tornando ainda mais difícil a vida de quem habita essas áreas.

Para fazer frente a este problema no que tange ao abastecimento, desde 2017 promovemos a instalação adequada de sistemas de distribuição de água nas comunidades de alta vulnerabilidade social, onde os moradores se abastecem de modo precário por tubulações improvisadas e sujeitas à contaminação. Até a aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento, a legislação impedia o atendimento em ocupações irregularmente estabelecidas sem autorizações legais específicas.

Este trabalho é feito pelo **Programa Água Legal** que, somente em 2020, levou mais conforto e saúde a 33 mil famílias (115 mil pessoas) com a substituição das instalações precárias e irregulares por redes e hidrômetros que levam água de qualidade até as torneiras. Em quatro anos, cerca de 145 mil famílias (aproximadamente 507 mil pessoas) na RMSP tiveram suas ligações clandestinas regularizadas.

O programa foi reconhecido como “Case de Sucesso em Água e Saneamento 2019”, da Rede Brasil do Pacto Global, da Organização das Nações Unidas (ONU) e ganhou o apoio do Banco Mundial, que passou a financiar o programa.

Os desafios do abastecimento no litoral paulista

A integração dos sistemas de abastecimento de água na Baixada Santista foi estudada e definida em 2020 para ampliar a oferta e a segurança hídrica na região, e assim responder ao desafio de garantir o abastecimento em condições de elevadas temperaturas e de sazonalidade do consumo que, com aumento significativo de pessoas na temporada de verão, sobrecarregam os sistemas, exigindo maior oferta de água e flexibilidade dos sistemas.

O fortalecimento da capacidade de produção e distribuição na Baixada integra o **Programa Água no Litoral**, que reúne ações permanentes para ampliação da segurança no abastecimento.

Em 2020, os trabalhos seguiram com inúmeras ações de melhoria para tornar o sistema de abastecimento mais robusto e resiliente diante de variações climáticas e picos de demanda dos clientes.

Um destaque é a duplicação do Sistema Produtor Mambu-Branco, em Itanhaém, cujas obras avançaram, atingindo 60% de execução, com entrega prevista em 2021. O Sistema terá capacidade de produzir cerca de 3,2 mil litros por segundo, o que é essencial para o atendimento às demandas dos municípios atendidos pelo sistema integrado da Baixada, principalmente na época de temporada.

No litoral norte, realizamos inúmeros investimentos visando a ampliação da segurança hídrica, melhoria e aumento da capacidade das unidades de produção de água, e implementamos ações para otimização das unidades de distribuição de água para atendimento da demanda na alta temporada.

Além disso, em grande parte dos municípios do litoral há obras e ações de combate às perdas como a substituição de ramais e hidrômetros. Promovemos também o desassoreamento das áreas de captações de água, lavagem de reservatórios, renovação de equipamentos, ampliação de reservação e setorização de abastecimento. Com a regularização habitacional novos bairros desses municípios passaram a ser abastecidos pelas nossas redes.

Para atender a alta demanda, nas temporadas de verão, todo o litoral paulista recebe equipes extras, equipamentos e caminhões-tanque para fortalecer o atendimento e a resposta a casos emergenciais.



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Abastecimento no interior do Estado

Com populações menores e oferta de diferentes fontes de abastecimento, os municípios do interior apresentam menor complexidade para o abastecimento. Ainda assim, em localidades com menos disponibilidade hídrica empreendemos esforços estratégicos com campanhas pelo uso racional e ações para ampliação da disponibilidade, visando a mitigação dos impactos das adversidades climáticas. O caso mais crítico ocorreu em Aguaí, onde começamos a operar em 2019. A capacidade de armazenamento de água da represa Itupeva caiu drasticamente devido à severa estiagem que atingiu a região, o que forçou a implementação de um programa de rodízio no município. A situação foi controlada com auxílio de captações emergenciais, um programa de uso consciente da água e ações de redução de perdas.

Promovendo o uso racional em prédios públicos

Nosso **Programa de Uso Racional da Água - PURA** promove o consumo racional e consciente da água em prédios da administração pública municipal, estadual e federal. Este trabalho é feito com a readequação da estrutura hidráulica em escolas, hospitais, banheiros públicos, penitenciárias ou creches que aderem ao programa. Instalamos equipamentos de baixo consumo, novos encanamentos e fazemos varreduras e consertos de vazamentos. Também promovemos palestras sobre o uso consciente da água. Caso atinjam a meta de redução de consumo, os imóveis recebem um desconto de 25% na tarifa. Em 2020, 107 imóveis aderiram ao programa. Desde 1996, já são 11.433 imóveis beneficiados em todo o Estado.

Mobilizados contra as perdas de água

O combate às perdas de água na distribuição é uma iniciativa fundamental para a maior sustentabilidade dos recursos hídricos e eficiência operacional no sistema de abastecimento. Com menos perdas, os mananciais ficam menos pressionados e menor é a necessidade de buscar água a distâncias cada vez maiores, refletindo ainda na economia de energia e de recursos utilizados no processo de tratamento. Uma estrutura renovada também é menos suscetível a rupturas e vazamentos e seus consequentes transtornos aos clientes. As interrupções de serviço não planejadas no abastecimento de água são comunicadas à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, conforme regras publicadas na Deliberação ARSESP nº 846/2018. Em 2020, notificamos 471 interrupções, com prazo superior a seis horas e que afetaram mais de 10% das economias ativas de água nos setores de abastecimento atingidos ou do município operado. O combate às perdas de água é um desafio permanente para nós, pois, se nada for feito, as perdas tendem a aumentar com o tempo, uma vez que com o envelhecimento da infraestrutura, ocorre o aumento dos vazamentos e da submedição dos hidrômetros. Os esforços foram intensificados com o **Programa de Redução de Perdas de Água**, que desde 2009 tem o objetivo obter uma redução de perdas consistente no longo prazo, por meio da implantação de diversas ações de melhoria operacional e de manutenção, além de importantes ações de renovação e melhoria da infraestrutura. Em 2020, foram realizadas ações de combate a perdas com valor total de R\$ 1,05 bilhão. Parte dos recursos alocados no Programa são provenientes de recursos próprios e o restante de financiamentos concedidos pela *Japan International Cooperation Agency* (JICA) e pelo BNDES, além de recursos obtidos com a emissão de Debêntures Incentivadas. Como resultado desta priorização, nosso índice de perdas totais em relação ao volume produzido tem caído continuamente, de 41,0% em 2004 para 27,0% em 2020. E as perdas medidas em litros por ligação por dia, considerado um indicador mais adequado para o monitoramento das perdas, conforme recomendação da *International Water Association* (IWA), também tem reduzido continuamente. Em 2020, esse indicador atingiu 263 litros por ligação por dia, volume 52% menor que o resultado de 2004, quando o indicador foi de 547 litros por ligação por dia. A partir de 2021, as perdas do município de Guarulhos, o segundo maior do Estado e cujo início de operação pela Sabesp se deu em 2019, passarão a ser contabilizadas, causando uma elevação no índice de perdas total. Com isso, a meta do índice de perdas total para 2021 foi ajustada para 268 litros por ligação por dia. Em 2020 o Índice de Perdas total era de 27% (29% em 2019).

EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA SANITÁRIA

A infraestrutura de saneamento oferecida pela Sabesp contribui diretamente para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento socioeconômico do Estado de São Paulo. Graças ao acesso a esses serviços, as regiões atendidas têm se beneficiado com a redução da mortalidade infantil e das doenças transmitidas pela água. Além disso, ao oferecer a melhoria da qualidade das águas de rios e mananciais, estamos promovendo a segurança hídrica e a valorização dos setores turístico e imobiliário, que geram renda e empregos.

Rios mais limpos e qualidade de vida na RMSP

O Projeto Tietê é o maior programa de saneamento ambiental do país e está dimensionado para fazer frente ao grande desafio de expandir a infraestrutura de coleta e tratamento de esgotos em um dos maiores aglomerados urbanos do mundo. Iniciado em 1992, suas ações em 30 municípios metropolitanos contribuem diretamente para a revitalização progressiva do rio Tietê e seus afluentes. Isso se dá com a ampliação e otimização do sistema de coleta, transporte e tratamento de esgotos. Ao longo desses 28 anos, foram executadas 1,8 milhão de ligações domiciliares e implantados 4,6 mil km de coletores tronco, interceptores e redes coletoras para transportar o esgoto até as estações de tratamento. A capacidade instalada de tratamento foi triplicada e o equivalente ao esgoto gerado por 12,4 milhões de pessoas passou a ser enviado para tratamento. Nesse período já foram investidos US\$ 3,1 bilhões, sendo R\$ 435 milhões em 2020, com recursos próprios e oriundos de financiamentos do BID, BNDES e Caixa Econômica Federal, expandindo a cobertura com rede de coleta de esgoto de 70% para 92% e o tratamento dos esgotos de 24% para 83% do volume coletado na RMSP. Em 2020, além das intervenções do Novo Rio Pinheiros, entregamos o Interceptor Tietê 7, a Estação Elevatória de Esgoto Piqueri, o novo Coletor-Tronco Anhangabaú, o Interceptor Tamanduatê e a ETE Laranjeiras. Os esforços pela expansão do atendimento geraram um impacto visível no recuo da mancha de poluição do Rio Tietê em direção ao interior do Estado. A poluição do Rio Tietê que atingia 530 quilômetros na década de 1990, diminuiu para 150 km em 2020, segundo relatório emitido pela ONG SOS Mata Atlântica.

O **Programa Novo Rio Pinheiros** foi estruturado para promover a revitalização de um dos principais afluentes do Tietê e símbolo da capital paulista. Além de dar vida e reintegrar este importante rio à rotina da cidade, as ações cumprem o objetivo de levar condições de dignidade a milhares de famílias que habitam regiões vulneráveis próximas aos córregos poluídos que desaguam no Pinheiros.

Nessas áreas, estamos expandindo a infraestrutura de coleta de esgoto com a meta de conduzir o esgoto de mais de 530 mil imóveis para tratamento na ETE Barueri até o final de 2022. Evita-se, assim, que a carga de poluição por esgoto doméstico seja despejada nos rios que desaguam no Pinheiros. Em 2020, atingimos a marca de 150 mil imóveis conectados ao tratamento.

Uma inovação no programa foi a contratação das obras na modalidade de performance, que considera para remuneração do contrato, o alcance das metas de quantidade de imóveis conectados ao sistema de tratamento de esgotos e da qualidade da água do córrego na região das intervenções, para a remuneração do contrato. Outra novidade é a implantação de cinco unidades de recuperação da qualidade da água de córregos, permitindo a intervenção direta em afluentes que recebem esgotos de áreas de ocupação irregulares mais adensadas, onde é inviável a instalação de estrutura de coleta convencional dessa carga poluidora.

Sob a coordenação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, o programa integra vários órgãos, além da Sabesp: EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), Secretarias de Governo, Prefeitura da Cidade de São Paulo e parceria da sociedade.

Cada um tem sua missão dentro de cinco eixos estruturantes: saneamento, manutenção, tratamento de resíduos sólidos, revitalização e comunicação/educação ambiental. Dessa forma, além da coleta do esgoto, as ações incluem o desassoreamento e limpeza do leito do rio, monitoramento da qualidade da água, melhoria paisagística de suas margens, programas para coleta e redução do descarte inadequado de resíduos sólidos urbanos e atuação integrada com as comunidades por meio de projetos socioambientais.

Outra iniciativa que visa à melhoria das condições das águas dos córregos urbanos, além da limpeza e manutenção de suas margens é o **Programa Córrego Limpo**, criado em 2007. O Programa conta com a parceria da Prefeitura de São Paulo e a participação fundamental da sociedade na manutenção da qualidade das águas dos córregos e rios urbanos, com a destinação correta de resíduos e a conexão dos imóveis às redes de coleta de esgoto.

Nesses 14 anos de Programa, foram investidos R\$ 318 milhões na despoluição e manutenção de 161 córregos da capital paulista. Em 2020, investimos R\$ 9,3 milhões e sete córregos foram despoluídos, beneficiando 202,5 mil pessoas e resultando na coleta e tratamento de uma vazão de 182 litros por segundo de esgotos. Além disso, outros seis córregos estão com ações de despoluição em andamento, sendo monitorados e acompanhados mensalmente pelo Programa. Um deles é o emblemático córrego do Ipiranga, com o cronograma de despoluição previsto para a celebração do Bicentenário da Independência do Brasil em 2022.

O Programa Pró-Conexão, cujo nome fantasia é **Se Liga na Rede**, foi criado em 2012 em parceria com o Governo do Estado, com o objetivo de conectar as instalações sanitárias de clientes de baixa renda às redes de coleta, evitando o descarte irregular de esgoto no meio ambiente.

A iniciativa atende famílias que recebem até três salários-mínimos mensais e tem os custos de instalação divididos entre a Sabesp e o Governo do Estado, que custeiam 20% e 80% das obras, respectivamente. O programa já beneficiou mais de 104 mil pessoas com a execução de 29,7 mil conexões sanitárias e adequações intradomiciliares. Em 2019, o prazo original do programa previsto no Decreto Estadual nº 58.208/2012 se esgotou. No início de 2021 foram retomadas as tratativas para a renovação do programa junto à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Na região do Grande ABC, seguimos com as intervenções na bacia da represa Billings, margem norte. Além do coletor tronco Couros, tubulação de grande porte que vai transportar o esgoto gerado por 382 mil pessoas de São Bernardo do Campo e Diadema até a ETE ABC, estão em execução obras de implantação de rede coletora de esgotos, coletores tronco e interligações, estações de bombeamento de esgotos e ligações domiciliares. Adicionalmente, em uma das regiões mais industrializadas da América Latina, a Sabesp é sócia na empresa **Attend Ambiental**. Instalada ao lado da ETE Barueri, a Attend promove o pré-tratamento do esgoto não doméstico. Todo o volume tratado é posteriormente encaminhado para tratamento convencional na ETE Barueri.

Mais turismo e qualidade de vida no litoral paulista

Por meio do **Onda Limpa**, o maior programa de saneamento ambiental da costa brasileira, estamos, desde 2007, ampliando a coleta e o tratamento de esgotos na Baixada Santista e Litoral Norte. As ações contribuem diretamente para a melhoria da saúde pública, da balneabilidade das praias e para o incremento do turismo na região. O índice de cobertura com coleta de esgotos na Baixada Santista foi ampliado de 53% em 2007 para os atuais 83%, com investimentos de cerca de R\$ 2 bilhões. Na segunda etapa do Programa, a ser concluída até 2025, estão previstas a implantação de redes coletoras, novas ligações de esgotos, três novas ETES, a ampliação e a melhoria de outras 11 ETES, incluindo os emissários e estações de pré-condicionamento de Praia Grande. Com isso, a Baixada deve alcançar índice de 92% de cobertura com coleta de esgotos. Todo o esgoto coletado já recebe tratamento. A terceira etapa do Programa Onda Limpa será executada entre 2025 e 2030 e tem como objetivo atingir o índice de 95% de cobertura com coleta de esgoto e o tratamento de todo esgoto coletado na Baixada Santista, beneficiando, inclusive, áreas de expansão populacional. No Litoral Norte, 70% da área formal é coberta com rede de esgoto e 100% do esgoto coletado é tratado. Há mais de uma década, a coleta de esgoto na região norte era de apenas 36%. Até 2025 prevemos atingir o índice de 92% de cobertura com coleta de esgoto e tratamento de todo esgoto coletado.

Avanços no interior do Estado

Somos responsáveis pelos serviços de água e esgotos em 320 municípios no interior paulista. A excelência no atendimento destes municípios reflete em importantes reconhecimentos. Sete municípios do interior e litoral foram bem posicionados dentre as 60 cidades com melhores saneamento no Brasil, segundo ranking de Saneamento 2020 - Trata Brasil, com destaque para Santos, em primeiro lugar, seguido de Franca, na segunda posição. Como a quase totalidade desses municípios apresenta índices de atendimento universalizado, nossa atuação está direcionada à expansão da estrutura em comunidades (bairros ou distritos) instaladas de forma isolada em relação aos núcleos urbanos. Em 2020, seguimos avançando com a operacionalização de sistemas de coleta e tratamento de esgotos em oito municípios e com a execução de obras de expansão ou melhorias na estrutura de saneamento básico de mais de 60 municípios paulistas onde operamos.

Mobilizados pelo desenvolvimento do Vale do Ribeira

No Vale do Ribeira, região que abriga uma população de 350 mil pessoas e com os piores indicadores econômicos e sociais do Estado, estamos empregados em avançar ainda mais na infraestrutura de saneamento, de forma a contribuir com seu desenvolvimento. Para este fim, estamos mobilizados pelos avanços do **Programa Vale do Futuro**, lançado em 2019 pelo Governo do Estado. A iniciativa reúne ações de 20 secretarias Estaduais e empresas estatais paulistas, para levar mais saúde, infraestrutura, emprego, renda e empreendedorismo para a região, fomentando o desenvolvimento econômico e social do Vale do Ribeira até o final de 2022. No total, nossos investimentos no programa somam R\$ 110,5 milhões em abastecimento de água, segurança hídrica e esgotamento sanitário.

POR UM FUTURO CIRCULAR, EFICIENTE E MAIS SUSTENTÁVEL

No desempenho das suas atividades, a Sabesp busca constantemente a promoção da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, atuando de forma sistêmica e dedicada a prospectar, canalizar e incentivar a adoção e disseminação de soluções inovadoras e sustentáveis, novos modelos de negócio e novos processos organizacionais.

Nossa atuação para o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico tem a cooperação de diversos órgãos, como FINEP, FAPESP e BID. Este último, em 2020, reconheceu nossos esforços com o prêmio *“Ideas en Acción”* na categoria “Gestão Empresarial para a Inovação” pela trajetória da Companhia em temas de inovação e transformação empresarial. No ano, destinamos cerca de R\$ 20,5 milhões a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, com recursos próprios ou captados junto às entidades de fomento.

Além do foco na economia circular, nossas frentes estão organizadas em diferentes linhas de projetos: melhoria de processos de construção e operação de sistemas de água e esgotos; soluções de tratamento de água e esgoto; controle e gestão de ativos; processos de geração de energia limpa e renovável; eficiência energética; tecnologias para relacionamento com o cliente e redução de perdas.

Em 2020 firmamos uma Cooperação Técnica com o BID para financiar ações de aperfeiçoamento e inovação tecnológica dos instrumentos operacionais de gestão de abastecimento de água em situação de crise hídrica, em que são previstos recursos de US\$ 328 mil, não reembolsáveis, a débito dos recursos do capital ordinário do Banco destinados ao Programa Estratégico para o Desenvolvimento de Infraestrutura. O Programa prevê contrapartida de US\$ 30 mil da Sabesp.

A ARSESP autorizou em 2018 a utilização de 0,05% da receita requerida direta para aplicação em PD&I a partir de 2020. Elaboramos um portfólio de projetos de inovação tecnológica de acordo com as premissas estabelecidas pela agência. O Programa Quadrienal aprovado é o primeiro estabelecido entre uma agência reguladora de saneamento e uma empresa de saneamento de controle estatal. No entanto, devido aos impactos da pandemia da Covid-19 sobre as receitas, a ARSESP suspendeu a implantação deste Programa até 2021.

Estamos investindo no desenvolvimento e implementação de ações de **Inovação Aberta** (*Open Innovation*), integrando ideias, pensamentos, processos e pesquisas oriundas de atores de diversos segmentos internos e externos, visando a melhoria de processos, produtos e serviços.

Neste sentido, em 2020, testamos diversas soluções em escala piloto resultantes do **Pitch Sabesp**, realizado em 2018, por meio de uma Chamada Pública, que lançou desafios em cinco diferentes áreas de atuação, sendo que algumas se mostraram aptas para futuras implementações reais em escala operacional. Em virtude da pandemia, alguns testes ainda estão pendentes para finalização em 2021.

Além disso, dentro da Cooperação Técnica firmada com o BID prevê-se a avaliação, sistematização e aperfeiçoamento de chamadas públicas de inovação aberta.

Também conduzimos testes com soluções inovadoras que emergem do mercado, em diferentes estágios evolutivos de desenvolvimento, para avaliar suas potencialidades de aplicação na Sabesp e no setor de saneamento de forma geral.

Em 2020, retomamos o plano de acelerar projetos desenvolvidos por meio de startups, com a previsão de uma primeira chamada pública de projetos do **Programa de Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas** (PIPE), fruto do nosso segundo convênio com a Fapesp. O programa tem o objetivo de apoiar a execução de pesquisa científica e/ou tecnológica em micro, pequenas e médias empresas paulistas, incentivando as inovações e avanços tecnológicos.

Para mais informações sobre os nossos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, acesse o nosso Relatório de Sustentabilidade.

Economia Circular

Apesar de o tema ter ganhado destaque apenas recentemente, nossas iniciativas direcionadas à economia circular já são realidade há alguns anos. Um exemplo está no reaproveitamento do efluente de ETES como água de reúso para fins industriais (lavagem de máquinas, galpões e resfriamento de caldeiras, dentre outros usos) e limpeza de ruas, irrigação de parques e jardins.

Trata-se de uma iniciativa complementar importante para o incentivo do uso sustentável da água, sobretudo em região de baixa disponibilidade hídrica como a Grande São Paulo, já que a água que poderia ser reservada ao consumo humano e era destinada a outras finalidades passa a ser economizada.

Destaca-se também o projeto de economia circular em implementação na ETE da cidade de Franca, que transforma o processo de tratamento de esgoto em um sistema otimizado de recuperação de recursos, planejado de forma integrada para as fases sólida, líquida e gasosa do tratamento do esgoto, sendo um potencial piloto para ser replicado em todo o setor.

Dentre as ações desenvolvidas, a mais estruturante já implantada é o aproveitamento do biogás gerado no processo de tratamento de esgotos e purificado na forma de biometano para o abastecimento da nossa frota local de veículos leves adaptados para gás natural veicular.

Fruto do acordo de cooperação técnica com o Instituto Fraunhofer IGB, da Alemanha, a iniciativa resulta na utilização de combustível limpo e renovável em substituição ao combustível fóssil, com redução de emissão de gases de efeito estufa. Essa ETE trata em média 500 litros por segundo de esgoto e produz em torno de 2.500 Nm³ de biogás por dia. O biometano resultante é suficiente para substituir diariamente 1,5 mil litros de gasolina comum. No ano de 2020 foram feitos 2076 abastecimentos com biometano, com média de consumo de 13 Km/m³.

O projeto prevê ainda outras ações em fase de planejamento e contratação, como o aproveitamento energético de origem hidráulica e solar, além de outras aplicações benéficas para o biogás.

O projeto de economia circular na ETE de Franca foi reconhecido, em 2019, com o primeiro lugar no prêmio *“Ideas en Acción 2019”* para empresas inovadoras em água e saneamento organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela *International Water Association* (IWA), em Guayaquil, no Equador.

Ainda dentro do conceito de economia circular, em 2020, assinamos um contrato para construção de uma usina de reciclagem para produção de base asfáltica a partir de resíduos de obras de saneamento, com capacidade de produção de até 1 milhão m³/ano de asfalto. A planta deve entrar em operação no final de 2023. Além de oferecer mais qualidade à reposição do pavimento no pós-serviço executado em vias públicas, a iniciativa visa reduzir o descarte de resíduos sólidos em aterros e fortalece a nossa decisão estratégia de consolidar o caminho inovador de economia circular.

Em 2020, mantivemos a parceria com a Universidade Estadual Paulista (Unesp) para avaliação da viabilidade técnica e ambiental do uso de lodos de Estação de Tratamento de Água como matéria prima para base e sub-base de pavimentos.

Veja mais informações sobre os nossos projetos de inovação tecnológica no Relatório de Sustentabilidade.

Gestão de resíduos sólidos

Convencionalmente, o lodo proveniente dos sistemas de tratamento de água e esgoto é destinado aos aterros sanitários. Em contrapartida, na RMSP e em regiões mais adensadas no interior do estado, tratamos o chorume gerado nos aterros sanitários municipais, a fim de reduzir seu impacto ambiental.

Nos últimos anos, no entanto, temos realizado uma série de estudos e projetos inovadores dentro do conceito da economia circular e voltados à destinação final do lodo, em busca de soluções economicamente viáveis e ambientalmente mais sustentáveis.

A ETE Barueri, a maior planta de tratamento de esgotos da América do Sul e responsável por mais da metade de todo o volume de esgoto tratado na RMSP, concentra importantes iniciativas com esse objetivo. Uma delas é o tratamento térmico do lodo com tecnologia do plasma que conta com financiamento da FINEP, que converte o lodo em resíduo vítreo com grande potencial para reaproveitamento na construção civil, dentre outros usos. A conversão é feita a partir da exposição do lodo à altas temperaturas (em torno de 1500 °C), reduzindo o volume de resíduos a ser transportado e disposto em aterros. O licenciamento desse projeto foi iniciado em junto à Cetesb.

A ETE Barueri também foi o local escolhido para a implantação do *Waste to Energy*, projeto que promoverá o tratamento térmico e a destinação ambientalmente adequada do lodo, associada à geração de energia elétrica a partir do biogás lá produzido e resultará na produção de parte da energia necessária para as operações da ETE.

Em ETES do interior do estado, temos iniciativas de secagem de lodo por irradiação solar, em estufas. A alternativa promove além da redução do consumo de energia elétrica, a redução da emissão de gases de efeito estufa pela diminuição do volume de lodo a ser transportado e menor demanda por espaços em aterros sanitários. Outrossim a entrada em vigor da Resolução Conama 498/2020 possibilita o uso benéfico do lodo em culturas agrícolas ou utilização para recuperação de áreas degradadas.

Além disso, em 2018 na ETE Lageado no município de Botucatu obtivemos aprovação do Ministério da Agricultura para produção e comercialização do produto resultante da transformação do lodo em fertilizante orgânico denominado Sabesfértil. A capacidade atual de processamento é de 25 toneladas/dia.

GESTÃO FINANCEIRA FORTE E ORIENTADA PARA O BEM-ESTAR DA SOCIEDADE

O ano de 2020 foi especialmente desafiador. O enfrentamento simultâneo da crise econômica e da pandemia da Covid-19 exigiu da Companhia um esforço na realocação dos recursos disponíveis, adequando-os à uma nova conjuntura marcada pela queda de receita, elevação da inadimplência, aumento da incerteza e da volatilidade cambial.

Cientes de que em meio à pandemia, a água é um recurso ainda mais essencial à preservação da saúde da população, nosso primeiro objetivo foi viabilizar as condições econômico-financeiras para a Companhia assegurar a manutenção das operações, e o acesso aos serviços principalmente pela população socialmente mais vulnerável. A decretação da quarentena no Estado de São Paulo trouxe um impacto direto sobre as receitas da Companhia, como consequência da mudança no mix de consumo, provocada pelo aumento de volumes das categorias residenciais e redução nas categorias comercial, industrial e pública cujas tarifas médias são mais altas, levando a uma redução da tarifa média total. Nossas receitas do setor residencial também foram afetadas, uma vez que os consumidores nas categorias “Residencial Social” e “Residencial Favela” ficaram isentos do pagamento das contas de água e esgoto entre os meses de abril e agosto.

Para fazer frente ao desafio, tomamos diversas medidas destinadas a reforçar a liquidez da Companhia e os efeitos da queda de receita, da incerteza e da volatilidade cambial e, assim manter os investimentos necessários ao cumprimento das metas assumidas nos contratos assinados com os municípios operados.



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Adicionalmente, avançamos na política de ampliação do *market share* com a assunção dos serviços de abastecimento de água do município de Mauá, substituindo o fornecimento no atacado pelo de varejo, trocando uma dívida histórica por contrato de prestação de serviço de longo prazo que, ademais, amplia o contato direto com a população.

No ambiente regulatório, o ano de 2020 foi marcado pela promulgação da Lei Federal nº 14.026/2020, que aprovou o novo Marco Legal do Saneamento Básico e, entre outras medidas, extinguiu a figura do Contrato de Programa, ampliando a concorrência no setor de saneamento, e atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a autoridade para estabelecer diretrizes para a atuação das agências reguladoras estaduais e municipais, minimizando incertezas regulatórias e criando um ambiente atrativo aos investimentos no setor. Em 17 de março de 2021 o Congresso Nacional manteve os vetos presidenciais.

Em um balanço geral, e apesar das turbulências, a Companhia conseguiu manter-se no rumo planejado, com uma gestão financeira forte, captação de recursos recordes e redução de despesas, o que possibilitou preservar a sua liquidez e seus investimentos, sem descuidar de medidas de proteção social dentro do seu raio de ação.

Regulação dos Serviços e das Tarifas

Os serviços prestados pela Sabesp são regulados e fiscalizados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo ("ARSESP" ou "Agência"). As revisões e reajustes tarifários seguem as diretrizes estabelecidas pela Lei de Saneamento Básico e pelos regulamentos da ARSESP.

As revisões acontecem a cada quatro anos e a Terceira Revisão Tarifária Ordinária tem o resultado final previsto para 9 de abril, quando se iniciará um novo ciclo de 4 anos (2021-2024).

Em paralelo, está acontecendo também a Revisão da Estrutura Tarifária, a qual está vigente desde a década de 70, tendo passado por pequenas alterações em 1997. Diante da complexidade e dos desafios a serem enfrentados na revisão da estrutura tarifária, a ARSESP optou por realizar ação regulatória específica, visando aprofundar os estudos e permitir a participação de diversos atores do setor. Com base em estudos e discussões com o público, a Agência definiu as diretrizes regulatórias a serem seguidas pela Sabesp na apresentação de sua proposta de nova estrutura tarifária que, após análise, resultou na Proposta de Estrutura Tarifária, objeto de Consulta Pública 04/2021. O processo está sendo realizado juntamente com a Terceira Revisão Tarifária Ordinária e ambos serão concluídos em 9 de abril de 2021.

Agenda Regulatória

A cada ano, a ARSESP publica uma agenda regulatória com as principais ações a serem realizadas nos dois anos seguintes. Em 13 de abril de 2020, a Agência publicou a Agenda Regulatória 2020-2021 e, com relação à Revisão Tarifária Ordinária, os seguintes temas foram discutidos:

- Em 30 de julho de 2020, publicou o resultado da Consulta Pública nº 05/2020, que teve como objetivo obter subsídios sobre a definição da metodologia a ser utilizada para o cálculo da tarifa máxima e da estrutura tarifária para a nossa Terceira Revisão Tarifária Ordinária. Na mesma data, a ARSESP também publicou o resultado da Consulta Pública nº 06/2020, que trata da definição do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que foi fixado em 8,10% para o terceiro ciclo. A mesma Nota Técnica que definiu a metodologia de cálculo da tarifa média estabeleceu que para o terceiro ciclo tarifário será reconhecido na tarifa o limite de 4% como repasse aos fundos municipais previamente homologados pela ARSESP ou aqueles previstos no artigo 15 da Deliberação ARSESP nº 870/2019.
- Na Nota Técnica datada 13 de novembro de 2020, publicou o resultado da Consulta Pública nº 11/2020, que teve como objetivo obter subsídios sobre a metodologia e cálculo do nível econômico de perdas para estabelecer a meta regulatória de perdas para nossa Terceira Revisão Tarifária Ordinária. Essa meta foi definida pela ARSESP em 215,07 Litros/ligação/dia, para dois ciclos tarifários (2021-2028), tendo como ponto de partida 258,20 Litros/ligação/dia.
- Em 30 de dezembro de 2020, publicou o resultado da Consulta Pública nº 16/2020, que estabeleceu os critérios de classificação e compartilhamento das Receitas Alternativas. Até a Segunda Revisão Tarifária Ordinária, que será encerrada em abril/2021, todas as receitas auferidas pela Companhia eram repassadas ao consumidor através da modicidade tarifária, ou seja, era considerada na composição da receita requerida para o cálculo da tarifa. O resultado dos critérios que serão utilizados no terceiro ciclo tarifário (2021-2024) serão divulgados juntamente com a nota técnica final da Terceira Revisão Tarifária Ordinária.
- Em 4 de fevereiro de 2021, publicou o resultado da Consulta Pública nº 24/2020, que objetivou obter contribuições sobre o Índice Geral de Qualidade a ser aplicado em nosso reajuste e na Terceira Revisão Tarifária Ordinária.

Em 19 de fevereiro de 2021, a ARSESP publicou o resultado da Consulta Pública nº 02/2021, que visava obter contribuições para a proposta de Agenda Regulatória para o período 2021-2022.

Adicionalmente, a Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), no escopo das suas novas atribuições, publicou em 8 de março de 2021, a atualização do Anexo da Resolução nº 64/2021, que aprova o Eixo Temático 5 - Normas de Referência para o Saneamento, o qual integra a Agenda Regulatória da ANA para o período 2020-2021.

Reajuste Tarifário

Além das revisões tarifárias, que ocorrem a cada 4 anos, as tarifas são reajustadas anualmente.

Em 9 de abril de 2020, a ARSESP divulgou a Deliberação nº 980/2020 que nos autorizou a aplicar um reajuste tarifário de 2,4924%, consistindo em: (i) variação do IPCA durante o período de 3,3032%; (ii) o fator de eficiência (Fator X) de 0,6920%; e (iii) o Fator de Qualidade (Fator Q) de -0,1188%.

No entanto, devido ao estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, a ARSESP adiou esse reajuste e, em 15 de julho, divulgou a Deliberação nº 1.021/2020 autorizando-nos a aplicar um reajuste tarifário de 3,4026% às tarifas vigentes, que consiste de: (i) reajuste anual de 2,4924%, e (ii) reajuste compensatório de 0,8881%. O reajuste compensatório de 0,8881% refere-se à compensação pela postergação do reajuste tarifário anual. Esse reajuste tarifário entrou em vigor em 15 de agosto de 2020.

Medidas relacionadas à Covid-19

Dentre as medidas para mitigar os efeitos econômicos da pandemia da Covid-19 sobre a população atendida, anunciamos a isenção do pagamento das contas de água e esgoto aos clientes nas categorias "Residencial Social" e "Residencial Favela", com amparo nas Deliberações ARSESP nº 979, nº 1005, nº 1017 e nº 1038/2020. Esta medida, atendeu a mais de 2,5 milhões de pessoas em todo o Estado de São Paulo e tinha validade inicial de três meses (abril, maio e junho) para faturas emitidas a partir de 1º de abril, mas devido a extensão dos efeitos da pandemia, foi prorrogada até 15 de setembro de 2020.

Os efeitos da isenção de pagamento para as categorias "Residencial Social" e "Residencial Favela" serão contemplados no cálculo do PO da Terceira Revisão Tarifária Ordinária.

Em 17 de abril de 2020, a ARSESP publicou as Deliberações nº 985/2020 e nº 991/2020 sobre a redução de receita no curto prazo decorrente dos efeitos econômicos da pandemia da Covid-19. A Deliberação nº 985/2020 suspende, em caráter excepcional e transitório, de maio a dezembro de 2020, o pagamento da TRCF - Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização, paga por nós à ARSESP. Durante esse período, valores que transferimos para a ARSESP serão reduzidos de 0,50% para 0,25% da nossa receita anual. As transferências postergadas serão atualizadas monetariamente e pagas em 24 parcelas mensais iguais. O primeiro pagamento ocorreu em janeiro de 2021.

Já a Deliberação nº 991/2020 adiou para 2021 a implantação do Programa Quadrienal de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para Inovação em Serviços de Saneamento, antes previsto para maio de 2020. O valor do montante autorizado de recursos financeiros para o ano de 2020 (Ciclo 2017-2020), corrigido pela inflação acumulada medida pelo IPCA de 2020, fará parte do cálculo do montante autorizado a ser investido em 2021 e 2022.

Dentre as medidas para mitigar os efeitos econômicos da pandemia da Covid-19, em 3 de fevereiro de 2021, nossa Diretoria Executiva aprovou uma série de medidas com o objetivo de minimizar os impactos econômicos da pandemia sobre os nossos clientes, permitindo-lhes manter seus negócios durante a pandemia e saldar suas dívidas no futuro, incluindo: (i) suspensão de cortes de fornecimento, renegociação de dívidas para clientes comerciais e de serviços residentes em municípios que estão nas fases laranja e vermelha do Plano São Paulo de combate à Covid-19 do governo estadual; (ii) extensão da vigência das medidas até 31 de março de 2021; (iii) renegociação das dívidas existentes, inclusive dos acordos firmados durante o período da pandemia, sem aplicação de multas e juros, limitada apenas a ajustes monetários, de acordo com as nossas políticas e procedimentos; (iv) parcelamento em 12 meses, a contar da data da renegociação do saldo devedor; (v) não inclusão dos devedores na lista de proteção ao crédito até 31 de março de 2021; (vi) os devedores que possam eventualmente ter sido incluídos na lista de proteção de crédito durante a pandemia da Covid-19 serão retirados, imediatamente após a dívida ser renegociada. Em reunião realizada no dia 16 de março, a Diretoria Executiva prorrogou essas medidas até 30 de abril de 2021.

Em 11 de fevereiro de 2021, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.127/2021 que trata da interrupção da suspensão dos serviços públicos de saneamento básico por inadimplência para usuários dos segmentos comercial e de serviços com consumo de água até 100 m³/mês. Esta medida vigorará até 31 de março de 2021.

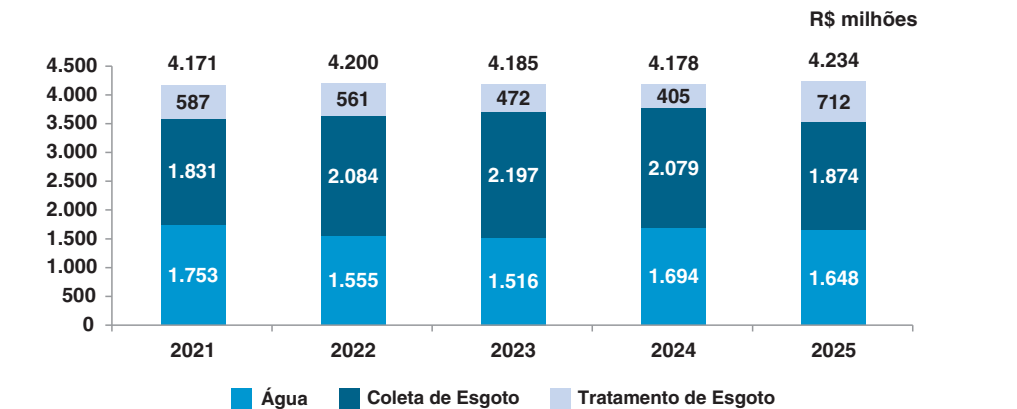
Investimentos

Apesar dos desafios que se apresentaram em 2020, com a crise econômica e de saúde, conseguimos manter o nível dos investimentos, totalizando R\$ 4,4 bilhões no ano. O desembolso de caixa no período acumulado referente aos investimentos históricos da Companhia foi de R\$ 3,3 bilhões. O quadro a seguir detalha o investimento realizado, segregado em água, esgoto e região:

	Água	Esgoto	Total
Região Metropolitana de São Paulo	1.647,6	1.518,9	3.166,5
Sistemas Regionais (interior e litoral)	469,0	744,0	1.213,0
Total	2.116,6	2.262,9	4.379,5

Obs: Não inclui os compromissos assumidos com os contratos de programa (R\$ 58,3 milhões).

Para o período de 2021 a 2025, a Companhia planeja investir cerca de R\$ 21,0 bilhões, sendo R\$ 8,2 bilhões em água e R\$ 12,8 bilhões em coleta e tratamento de esgoto:



Endividamento

Com a crise econômica que já se observava no final de 2019 e seu agravamento pela pandemia da Covid-19, a Sabesp intensificou as ações para capturar oportunidades que resultem na diminuição da exposição cambial de sua dívida e preservar os índices de liquidez da Companhia.

A dívida total em 2020 aumentou em 30,3%, de R\$ 13,2 bilhões em 2019 para R\$ 17,3 bilhões em 2020. O endividamento total denominado em moeda estrangeira diminuiu em 44,2%, de R\$ 6,3 bilhões em 2019 para R\$ 3,5 bilhões em 2020, correspondendo a 20,6% da dívida total da Companhia no final do período (eram 48,0% em 2019).

No caso das dívidas com multilaterais e bancos oficiais, a Companhia renegociou o empréstimo com o BID assinado em 2010 para financiamento da terceira etapa do Projeto Tietê, convertendo o saldo devedor em dólar para reais, com pagamentos semestrais e vencimento em setembro de 2035, remuneração de CDI + 0,06% a.a. e uma margem variável em vigor para os empréstimos com capital ordinário do banco (em 2020 foi de 0,8%), pagos semestralmente. No mercado de capitais, amortizou antecipadamente em setembro, e com recursos em reais, o saldo total do Eurobônus 2020 contratado em dólar em 2010.

Em moeda nacional, realizamos o pagamento da 1ª e da 3ª série da 10ª emissão de Debêntures subscritas pelo BNDES em 2009.

As amortizações, em moeda nacional e em moeda estrangeira, realizadas em 2020 totalizaram R\$ 3,2 bilhões.

Ao final de 2020, tínhamos R\$ 14,2 bilhões em dívidas de longo prazo, dos quais R\$ 3,2 bilhões consistiam em dívidas em moeda estrangeira. O endividamento de curto-prazo totalizava R\$ 3,0 bilhões, dos quais R\$ 0,3 bilhão, em moeda estrangeira.

Novas captações de recursos

Mesmo com a crise econômica agravada durante o ano de 2020 e a fuga de capitais do mercado de capitais brasileiro, a Companhia manteve o acesso ao crédito. A Sabesp tem uma boa reputação no mercado e um sólido relacionamento com bancos públicos e agências multilaterais, nacionais e internacionais. Este mix e diversidade de fontes resultam em um perfil de amortização de dívida bastante alongado, a custos compatíveis com seu ciclo de investimentos, particularmente aqueles concedidos por bancos oficiais domésticos e organismos multilaterais de crédito e crescentemente no mercado de capitais, com a emissão de debêntures de infraestrutura.

Em 2020, com o aumento da volatilidade cambial, a Companhia privilegiou a contratação de dívida em moeda local, totalizando R\$ 4,4 bilhões, cujos recursos foram utilizados para financiar seu plano de investimentos, recompor o caixa e refinarar compromissos financeiros. Além dessa contratação, houve um incremento de R\$ 0,3 bilhão referente à reembolsos de investimentos em projetos já financiados em anos anteriores.

Em abril, realizamos a 25ª Emissão de Debêntures, em série única, no valor principal total de R\$ 1,45 bilhão, com vencimento em outubro de 2021, remuneração de CDI + 3,30% a.a., e amortização única no vencimento.

Em julho, realizamos a 26ª Emissão de Debêntures de Infraestrutura, no valor total de R\$ 1,045 bilhão, dividida em duas séries. A primeira, no montante de R\$ 600 milhões, tem remuneração de IPCA + 4,65% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento em julho de 2027. A segunda, no montante de R\$ 445 milhões, tem remuneração de IPCA + 4,95% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento em julho de 2030.

Em dezembro, realizamos a 27ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$ 1 bilhão, dividida em três séries. A primeira, no valor de R\$ 300 milhões, tem remuneração de CDI + 1,60% a.a., com pagamento de juros semestral e vencimento em dezembro de 2023. A segunda, no valor de R\$ 400 milhões tem remuneração de CDI + 1,80% a.a. e vencimento em dezembro de 2025. A terceira, no valor de R\$ 300 milhões tem remuneração de CDI + 2,25% a.a. e vencimento em dezembro de 2027.

Além disso, em novembro, assinamos um contrato de empréstimo com a BID INVEST, filial independente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no montante de R\$ 950 milhões, dividido em duas tranches, uma com vencimento em agosto de 2029 e outra, em agosto de 2034. A primeira, no montante de R\$ 442 milhões tem remuneração de CDI + 1,90% a.a., com pagamento de amortização e juros semestrais. A segunda, no montante de R\$ 508 milhões, tem remuneração de CDI + 2,70% a.a. e pagamentos de amortização e juros semestrais.

Em 2020, não houve alteração nos ratings de crédito atribuídos à Sabesp pelas agências de classificação de risco:

	Fitch	Moody's	S&P
Escala Nacional	AA(bra)	Aa2.br	brAAA
Escala Global	BB	Ba2	BB-

Apesar do acréscimo de 30,3% na dívida total da Companhia, houve uma redução significativa das dívidas em moedas estrangeiras, o que reduz o impacto da volatilidade do câmbio no endividamento. Embora tenha havido um acréscimo do *covenant* (indicador financeiro) "Dívida Total/EBITDA Ajustado", de 1,75 vezes, em 2019, para 2,66 vezes, em 2020, esse nível de endividamento ainda assim é significativamente inferior ao limite contratual de 3,65 vezes, que está presente na 17ª emissão de debêntures e no AB *Loan*.

A tabela a seguir mostra as cláusulas mais restritivas em 2020:

	Cláusulas restritivas
EBITDA Ajustado/Despesa Financeira Ajustada	Igual ou superior a 2,80
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,80
Dívida Total Ajustada/EBITDA Ajustado	Inferior a 3,65
Outras Dívidas Onerosas ⁽¹⁾ /EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 1,30
Liquidez Corrente Ajustada	Superior a 1,00
EBITDA/Despesa Financeira Paga	Igual ou superior a 2,35
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,50

⁽¹⁾ "Outras Dívidas Onerosas" é igual ao somatório das obrigações previdenciárias e plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

Ampliação do *market share* e recuperação de crédito

Historicamente a Companhia fornece água por atacado para alguns municípios da região metropolitana de São Paulo, ficando sob a responsabilidades destes a distribuição da água aos consumidores finais.

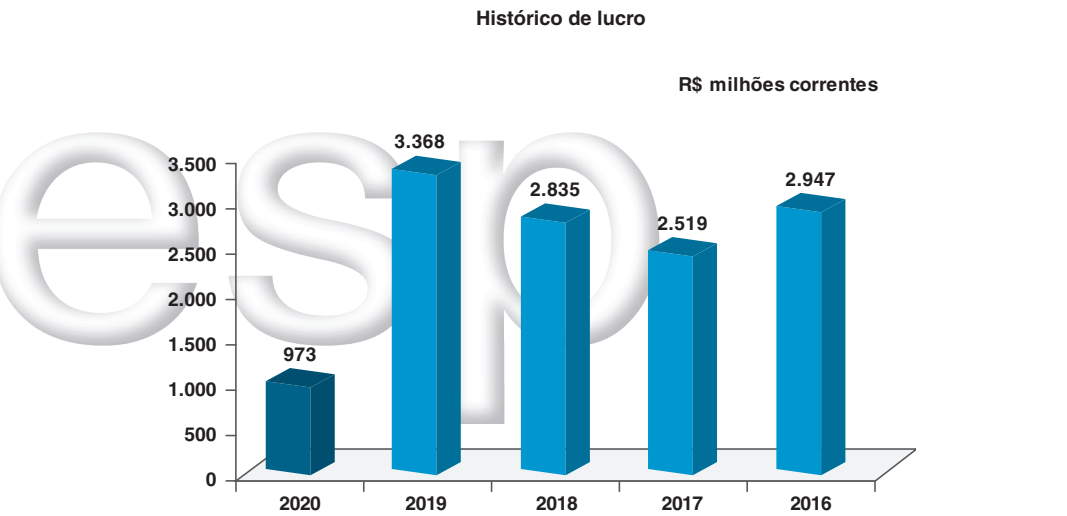
Ao longo dos últimos anos, a Companhia vem reduzindo sua exposição nesse segmento, com a incorporação desses municípios ao segmento de varejo, e equacionando relações comerciais e dívidas existentes.

No primeiro semestre de 2020, depois de extensas negociações com o município de Mauá, assinamos, em junho, (i) o Contrato de Prestação de Serviços Públicos com o Estado de São Paulo e o Município de Mauá e; (ii) o Termo de Ajuste para Pagamento e Recebimento de Dívida com a autarquia responsável pelo abastecimento de água no município (Saneamento Básico do Município de Mauá - SAMA).

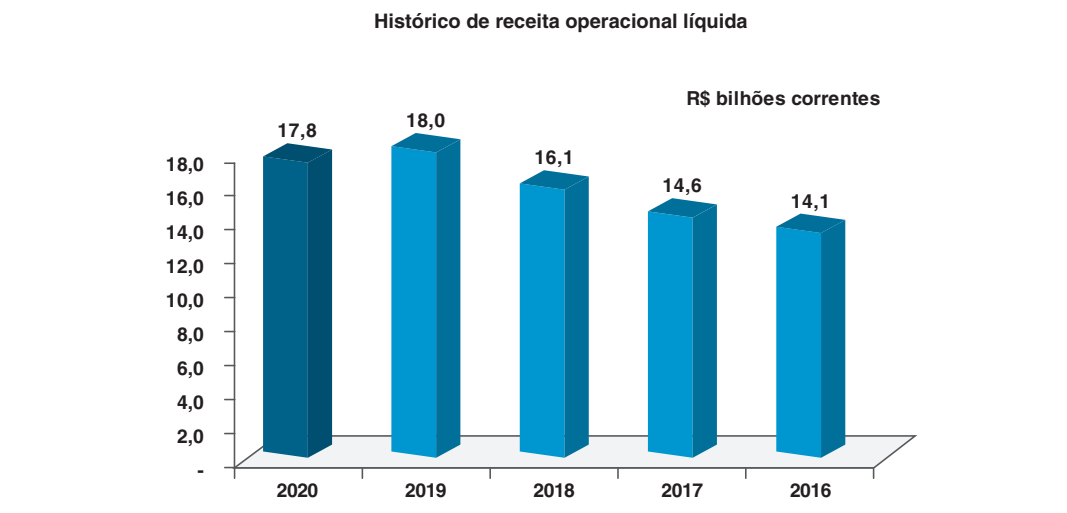
Estes contratos permitem à Sabesp prestar serviços de qualidade diretamente à população, garantindo segurança jurídica, financeira e patrimonial à Companhia, seus acionistas e credores.

Desempenho Econômico Financeiro

Em 2020, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 973,3 milhões, ante os R\$ 3,4 bilhões registrados em 2019, um decréscimo de 71,1%.



A receita operacional líquida (que inclui a receita de construção) totalizou R\$ 17,8 bilhões, um decréscimo de 1,0% em relação ao ano anterior.



A receita operacional bruta relacionada à prestação de serviços de saneamento (sem receita de construção), totalizou R\$ 15,2 bilhões em 2020, um decréscimo de R\$ 976,2 milhões, ou 6,1%, quando comparada aos R\$ 16,1 bilhões registrados em 2019.



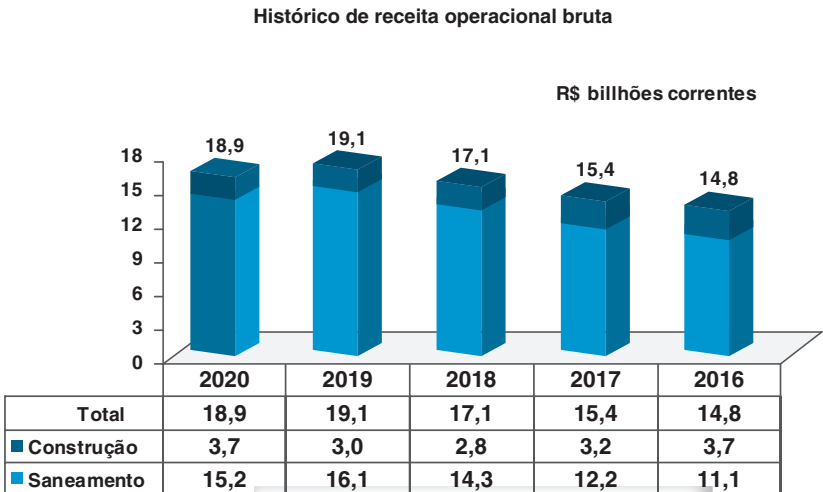
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

O decréscimo apresentado na receita operacional bruta é resultante, principalmente, dos seguintes fatores: (i) Formalização de acordo com o município de Santo André em 2019, gerando R\$ 1.261,7 milhões de receita, não recorrente; (ii) Menor volume faturado nas categorias comercial, industrial e pública, resultando em uma redução de aproximadamente R\$ 805,0 milhões, quando comparado ao ano anterior; e (iii) Redução de R\$ 40,2 milhões nas receitas das categorias de uso “Residencial Social” e “Residencial Favela”, pela isenção da cobrança das contas de água e esgoto entre os meses de abril e agosto.

O decréscimo na receita foi atenuado pelos seguintes fatores: (i) Formalização de acordo com o município de Mauá em junho de 2020, gerando um acréscimo de R\$ 204,1 milhões; (ii) Maior volume faturado na categoria residencial, gerando um acréscimo aproximado de R\$ 840,0 milhões; (iii) Maior receita referente ao faturamento no varejo no município de Santo André, no montante de R\$ 214,2 milhões; e (iv) Reajuste tarifário de 3,4% desde agosto de 2020.

A receita de construção aumentou R\$ 770,1 milhões, ou 26,1% quando comparada a 2019. A variação deve-se, sobretudo, ao maior investimento efetuado na construção de ativos em 2020.



Volume faturado de água e esgoto ⁽¹⁾ por categoria de uso - milhões de m³									
	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2020	2019	%	2020	2019	%	2020	2019	%
Residencial	1.754,3	1.710,1	2,6	1.518,9	1.471,8	3,2	3.273,2	3.181,9	2,9
Comercial	159,1	175,8	(9,5)	151,2	171,1	(11,6)	310,3	346,9	(10,6)
Industrial	30,7	32,7	(6,1)	35,1	39,6	(11,4)	65,8	72,3	(9,0)
Pública	35,8	44,1	(18,8)	31,5	39,6	(20,5)	67,3	83,7	(19,6)
Total varejo	1.979,9	1.962,7	0,9	1.736,7	1.722,1	0,8	3.716,6	3.684,8	0,9
Atacado ⁽³⁾	50,1	48,1	4,2	14,5	16,0	(9,4)	64,6	64,1	0,8
Subtotal	2.030,0	2.010,8	1,0	1.751,2	1.738,1	0,8	3.781,2	3.748,9	0,9
Santo André ⁽⁴⁾	53,9	67,1	(19,7)	53,4	28,9	84,8	107,3	96,0	11,8
Mauá ⁽⁵⁾	29,5	34,8	(15,2)	-	-	-	29,5	34,8	(15,2)
Residencial Social/Favela ⁽⁶⁾	45,8	-	-	35,3	-	-	81,1	-	-
Total	2.159,2	2.112,7	2,2	1.839,9	1.767,0	4,1	3.999,1	3.879,7	3,1

Volume faturado de água e esgoto ⁽¹⁾ por região - milhões de m³									
	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2020	2019	%	2020	2019	%	2020	2019	%
Metropolitana	1.297,4	1.296,4	0,1	1.139,2	1.137,8	0,1	2.436,6	2.434,2	0,1
Regional ⁽²⁾	682,5	666,3	2,4	597,5	584,3	2,3	1.280,0	1.250,6	2,4
Total varejo	1.979,9	1.962,7	0,9	1.736,7	1.722,1	0,8	3.716,6	3.684,8	0,9
Atacado ⁽³⁾	50,1	48,1	4,2	14,5	16,0	(9,4)	64,6	64,1	0,8
Subtotal	2.030,0	2.010,8	1,0	1.751,2	1.738,1	0,8	3.781,2	3.748,9	0,9
Santo André ⁽⁴⁾	53,9	67,1	(19,7)	53,4	28,9	84,8	107,3	96,0	11,8
Mauá ⁽⁵⁾	29,5	34,8	(15,2)	-	-	-	29,5	34,8	(15,2)
Residencial Social/Favela ⁽⁶⁾	45,8	-	-	35,3	-	-	81,1	-	-
Total	2.159,2	2.112,7	2,2	1.839,9	1.767,0	4,1	3.999,1	3.879,7	3,1

⁽¹⁾ Não auditado

⁽²⁾ Composto pelas regiões do litoral e interior

⁽³⁾ No atacado estão incluídos os volumes de água de reúso e esgotos não domésticos

⁽⁴⁾ Volume faturado no varejo em 2020 e no atacado/varejo em 2019

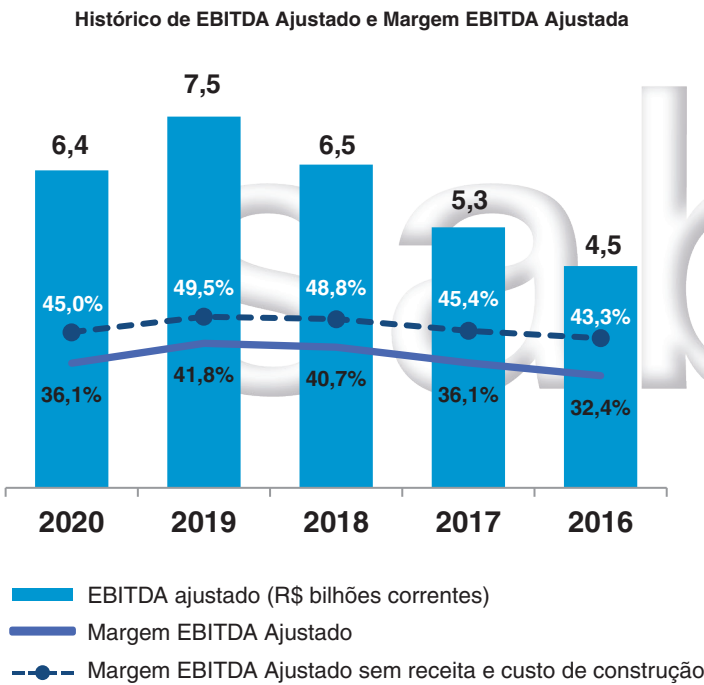
⁽⁵⁾ Volume faturado no atacado/varejo em 2020 e no atacado em 2019

⁽⁶⁾ Volume isento do pagamento da conta de água e esgoto

Em 2020, os custos, despesas administrativas e comerciais e custos de construção tiveram um acréscimo de 9,5% (R\$ 1.169,9 milhões). Desconsiderando os efeitos do custo de construção, o acréscimo foi de 4,5% (R\$ 421,2 milhões).

A participação dos custos e despesas administrativas e comerciais e custos de construção na receita líquida foi de 75,4% em 2020, ante os 68,2% apresentados em 2019. Para mais informações sobre a composição e as variações dos custos e despesas, veja o Press Release de resultados, disponível no website da Companhia em <https://ri.sabesp.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>.

O EBITDA ajustado registrou decréscimo de 14,5%, passando de R\$ 7.510,5 milhões em 2019 para R\$ 6.421,8 milhões em 2020, e a margem EBITDA ajustada atingiu 36,1%, enquanto no exercício anterior foi de 41,8%. Desconsiderando os efeitos da receita e do custo de construção, a margem EBITDA ajustada resultou em 45,0% em 2020 (49,5% em 2019).



Reconciliação do EBITDA Ajustado¹ (Medições não contábeis) (R\$ milhões)					
	2020	2019	2018	2017	2016
Lucro líquido	973,3	3.367,5	2.835,1	2.519,3	2.947,1
Resultado financeiro	3.166,4	1.033,7	1.264,3	458,1	(699,4)
Depreciação e amortização	2.037,1	1.780,2	1.392,6	1.301,9	1.146,6
Imposto de renda e contribuição social	352,7	1.310,4	1.077,3	984,3	1.181,9
Outras receitas/despesas operacionais líquidas²	(107,7)	18,7	(28,7)	5,7	(4,7)
EBITDA Ajustado	6.421,8	7.510,5	6.540,6	5.269,3	4.571,5
Margem EBITDA Ajustado	36,1	41,8	40,7	36,1	32,4
Receita de construção	(3.716,6)	(2.946,5)	(2.802,7)	(3.150,9)	(3.732,9)
Custo de Construção	3.630,1	2.881,4	2.739,7	3.080,5	3.651,4
EBITDA Ajustado sem receita e custo de construção	6.335,3	7.445,3	6.477,6	5.198,9	4.490,0
Margem EBITDA Ajustado sem receita e custo de construção	45,0	49,5	48,8	45,4	43,3

¹ O EBITDA Ajustado (“EBITDA Ajustado”) corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social; (iii) do resultado financeiro e (iv) outras receitas/despesas operacionais, líquidas. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou IFRS - International Financial Reporting Standard, tampouco

deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado, e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas. A administração da Companhia acredita que o EBITDA Ajustado fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente da Companhia. O EBITDA Ajustado não faz parte das demonstrações financeiras.

O EBITDA Ajustado tem como objetivo apresentar um indicador de desempenho econômico operacional. O EBITDA Ajustado da Sabesp equivale ao lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do Imposto de Renda e Contribuição Social, da depreciação e amortização, e das outras receitas/despesas operacionais líquidas. O EBITDA Ajustado da Sabesp serve como indicador geral do desempenho econômico e não é afetado por reestruturações de dívidas, oscilações das taxas de juros, alterações da carga tributária ou níveis de depreciação e amortização. Em consequência, o EBITDA Ajustado serve como instrumento adequado para uma comparação regular do desempenho operacional. Além disso, existe outra fórmula para calcular o EBITDA Ajustado que é adotado em cláusulas de alguns de compromissos financeiros. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não apenas do desempenho operacional como também da capacidade de satisfazer as obrigações da Companhia e levantar recursos para investimentos em bens de capital e capital de giro. O EBITDA Ajustado, porém, tem limitações que o impedem de ser usado como indicador de lucratividade porque não leva em conta outros custos resultantes das atividades da Sabesp ou alguns outros custos que podem afetar consideravelmente seus lucros, como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

As outras receitas operacionais compõem-se de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, venda de direito de energia elétrica, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reúso, projetos e serviços do Pura e estão apresentadas líquidas de Cofins e Pasep. As outras despesas operacionais compõem-se da baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perda do ativo imobilizado e custo excedente de energia elétrica comercializada]

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias têm direito ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, obtido depois das deduções determinadas ou admitidas em lei e que pode ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio.

A política de distribuição de dividendos, prevê que o pagamento do dividendo mínimo obrigatório será mantido até que seja atingida a universalização dos serviços de saneamento básico na área operada, e que quando pagos na forma de juros sobre o capital próprio, o imposto de renda incidente sobre o valor a ser pago ao acionista será considerado dividendo adicional.

Em 2020, a Sabesp disponibilizou o pagamento dos dividendos, na forma de juros sobre capital próprio no montante de aproximadamente R\$ 941,0 milhões, relativos ao ano de 2019, correspondentes a cerca de R\$ 1,3767 por ação ordinária, *pay-out* de 27,9% e *dividend yield* de 2,3%.

Referente ao ano de 2020, o Conselho de Administração deliberou sobre a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 272,0 milhões, correspondendo a R\$ 0,3979 por ação ordinária, *pay-out* de 27,9% e *dividend yield* de 0,9%, com início do pagamento previsto para 28 de junho de 2021.

Mercado de Ações

Em 2020, as ações da Sabesp fecharam com queda de 26,6%, cotadas R\$ 44,44. Entre as principais razões desse recuo pode-se destacar o impacto da pandemia da Covid-19 e seus reflexos na economia, expectativas em relação à Terceira Revisão Tarifária Ordinária e à Revisão da Estrutura Tarifária, bem como a indefinição sobre os vetos ao novo Marco Legal do Saneamento. O índice Ibovespa fechou em alta de 2,52%.

Nossas ações participaram de 100% dos pregões da B3 e o volume financeiro anual foi de R\$ 48,2 bilhões, um aumento de 37% em relação a 2019. Em 2020, a base de acionistas da Sabesp acompanhou o movimento observado no mercado de capitais brasileiro, com aumento significativo de 226% na quantidade de pessoas físicas, totalizando 3,4% do Capital Social - um acréscimo de 140% ante 2019. As ações negociadas na B3 representaram 37,3% do capital social e os *American Depositary Receipts* (ADRs) em torno de 12,4%, negociados na NYSE.

Os ADRs apresentaram desvalorização de 42,9% sob os mesmos fundamentos do mercado local e pela apreciação do dólar em 2020, de 28,9%. No mesmo período, os índices norte-americanos fecharam em alta: Dow Jones +7,25% e S&P 500 +16,26%.

A Companhia segue integrando os principais índices da B3 e continua a ser acompanhada pelas principais instituições financeiras do mercado.

VALORIZAÇÃO, CUIDADO, CAPACITAÇÃO E OPORTUNIDADES PARA OS COLABORADORES

Os pilares estratégicos de valorização e qualificação da nossa força de trabalho estão baseados no fomento de um ambiente de incentivo à inovação e ao desenvolvimento pessoal e profissional, proporcionando acesso contínuo a conhecimentos operacionais, tecnológicos e gerenciais aplicáveis ao negócio.

Para isso, adotamos o modelo de Gestão de Pessoas por Competências, continuamente revisado com a ótica da inovação e flexibilidade, com foco no aprimoramento contínuo, no alto desempenho e no engajamento da força de trabalho. Assim, buscamos potencializar os valores organizacionais para fazer frente aos desafios futuros, e promover o engajamento frente aos objetivos e resultados empresariais.

Nosso quadro de pessoal é estruturado com base no Plano de Cargos e Salários e contempla 12.806 empregados, divididos nas categorias operacional, técnica, universitária e gerencial, definidas de acordo com o grau de escolaridade, experiência profissional, complexidade das atribuições e qualificação técnica. Entre 2019 e 2020, houve redução de aproximadamente 8% do quadro pessoal da Companhia, decorrente principalmente do Programa de Retenção do Conhecimento, que definiu critérios e procedimentos para a concessão de incentivo ao desligamento voluntário de empregados. Ao longo de 2020, foram desligados 1.017 empregados (em 2019 foram 408 empregados), de maneira planejada e escalonada, a fim de garantir a transmissão de conhecimento e a normalidade das atividades nas mais diversas áreas.

A Sabesp também conta com 1.096 estagiários e aprendizes que apoiam a força de trabalho em atividades supervisionadas que os preparam para seguir carreira no mercado de trabalho.

A promoção da saúde e segurança de nossos profissionais complementam as condições que acreditamos serem fundamentais para o incremento da eficiência dos serviços pela promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da cidadania a 28 milhões de clientes.

Saúde e Segurança dos colaboradores

A Sabesp preza pela saúde e segurança de seus colaboradores por meio de um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho estruturado, que cobre 100% dos empregados, com base na adoção de medidas preventivas e de proteção, a fim de evitar ou minimizar a exposição dos empregados aos riscos associados ao trabalho, bem como reduzir ou eliminar acidentes e doenças ocupacionais.

Nossa equipe de segurança do trabalho é composta por 97 profissionais, que atuam na avaliação e monitoramento de riscos ambientais e biológicos, capacitação e sensibilização dos empregados, entre outros. As mesmas diretrizes e procedimentos de segurança do trabalho são exigidos dos nossos prestadores de serviços, os quais são monitorados e fiscalizados.

Esta equipe é apoiada pelas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) e pelas Brigadas de Emergência, compostas por 1,4 mil cipeiros, e 2,9 mil brigadistas distribuídos pelas diversas unidades organizacionais da Companhia.

Neste ano, intensificamos as ações de segurança do trabalho, como fornecimento de equipamentos de proteção, inspeções, treinamentos e campanhas de conscientização. Além das inspeções rotineiras de segurança, foram executadas inspeções focadas no cumprimento do Protocolo Sanitário Sabesp. A Semana Interna de Prevenção de Acidente do Trabalho (Sipat) de 2020, foi uma ação fundamental para todos os colaboradores que, totalmente virtual, contou com mais de 29 mil acessos.

Em 2020, registramos 94 acidentes, com taxa de frequência de 3,61 e taxa de gravidade de 369. Registramos um óbito em 2020 e 8 casos de empregados afastados por doença ocupacional. A taxa de absenteísmo foi de 2,46%. Merece destaque no ano o Programa de Imunização, que em meio à pandemia da Covid-19, aplicou mais de 11 mil doses de vacina contra gripe (tetravalente), cobrindo cerca de 71% dos colaboradores.

Além disso, promovemos a vacinação contra pneumonia para empregados de 50 anos ou mais, ação de grande importância para facilitar o diagnóstico da Covid-19, totalizando mais de 6 mil empregados vacinados. Os empregados potencialmente expostos ao esgoto também foram vacinados contra a febre tifóide.

Para saber mais sobre as medidas de saúde e segurança do trabalho adotadas, veja o nosso Relatório de Sustentabilidade.

Programa de Qualidade de Vida

Além da prevenção de acidentes e promoção da saúde, buscamos promover o bem-estar físico, mental e social dos colaboradores por meio do programa de Qualidade de Vida. O ano de 2020 foi marcado pelas ações de cuidados e prevenção contra o Coronavírus e orientações durante isolamento social, tais como pesquisa de saúde emocional, programa de suporte emocional durante a pandemia e o Programa Home Office do Bem, que tem utilizado as redes sociais para engajamento, postagem de conteúdos virtuais e webinars sobre o cuidado com a qualidade de vida durante pandemia. Mesmo assim, apesar de todos os esforços, registramos a contaminação de 724 colaboradores e 9 óbitos.

Clima organizacional

Por meio do processo de Gestão de Clima, buscamos diagnosticar o nível de satisfação dos empregados, identificar melhores práticas e implantar ações que melhorem o ambiente de trabalho. Na pesquisa realizada em 2019, o índice de favorabilidade foi de 71%. Em 2020, foram implantados planos de melhoria do Clima elaborados com base nos resultados locais e globais.

Cultura organizacional

Com o objetivo de elevar as características de inovação e foco em resultados, estamos realizando desde 2018, um projeto para disseminação, engajamento, identificação de oportunidades e implantação de iniciativas de mudança. O projeto está apoiado em pesquisas, grupos focais e em um diagnóstico concluído em 2019. Em 2020 aprofundamos o diagnóstico com 12 grupos focais e 51 workshops para Mudança da Cultura Organizacional.

Gestão de pessoas

Nosso Plano de Cargos e Salários orienta a Gestão de Carreira dos profissionais, estabelecendo as trilhas de evolução e permitindo ao empregado traçar sua trajetória com foco no desenvolvimento contínuo.

Anualmente, realizamos um processo de Avaliação de Competências e Desempenho para identificar o grau de desenvolvimento individual, que gera os Planos de Individuais de Desenvolvimento, que orientam os focos de avanço nas competências de cada profissional e a evolução salarial. Em 2020, o ciclo de avaliação proporcionou a movimentação de cerca de 6,7 mil empregados.

Para selecionar profissionais para os cargos de liderança, a seleção interna de empregados tem sido cada vez mais adotada, promovendo motivação, reconhecimento e perspectivas profissionais. O processo de seleção interna, além de ser aberto e democrático, é uma grande oportunidade para os empregados participantes avaliarem seus conhecimentos e identificar oportunidades de desenvolvimento. Em 2020, realizamos sete processos de seleção interna, envolvendo 740 empregados.



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Para contratação de empregados, estagiários e aprendizes, a Sabesp realiza concurso público, um processo democrático de recrutamento e seleção, pois oferece a todos a mesma chance, sem restrições de nível social, experiência profissional, etnia ou gênero. O último concurso para contratação de empregados foi realizado em 2018 e resultou na contratação de 1.002 empregados. O último concurso realizado para aprendizes e estagiários foi em 2019 e resultou na contratação de 516 e 947 aprendizes e estagiários, respectivamente.

Além disso, desde 2018, contamos com o **Programa de Retenção do Conhecimento**, que estabelece critérios e procedimentos para a concessão de incentivo ao desligamento voluntário de empregados. Ao longo de 2020, foram desligados 1.017 empregados, de maneira planejada e escalonada, a fim de garantir a transmissão de conhecimento e a normalidade das atividades nas mais diversas áreas.

Para contribuir com a formação profissional de jovens e estudantes, preparando-os para o mercado de trabalho, contamos com o **Programa Jovem Aprendiz** e o **Programa de Estagiários**. Atualmente, a Sabesp conta com 1.096 estagiários, que estão trabalhando em regime remoto desde o início da pandemia da Covid-19.

Remuneração e Benefícios

A Sabesp adota política salarial vinculada ao Plano de Cargos e Salários que, em consonância com o modelo de Gestão por Competências, o que proporciona a atração, retenção e o desenvolvimento de profissionais qualificados e comprometidos, oferecendo perspectivas de carreira e de remuneração compatíveis com o mercado. Ademais, a política busca manter o equilíbrio interno e externo, balizado por pesquisas salariais realizadas anualmente por consultorias externas especializadas.

Além dos benefícios estabelecidos pela legislação, a Sabesp proporciona aos seus empregados benefícios adicionais. Dentre eles, merecem destaque: o plano de saúde, plano odontológico e plano de previdência privada. Com a consolidação da implantação dos novos planos de saúde no segundo semestre de 2019, o ano de 2020 transcorreu de forma atípica em função da pandemia da Covid-19. Se por um lado num primeiro momento os beneficiários retardaram a utilização dos serviços assistenciais, com uma redução nos itens de consultas, exames e internações eletivas, por outro lado os atendimentos decorrentes da nova doença se mostraram com um potencial de alto impacto nos custos assistenciais, na medida em que as internações hospitalares são prolongadas e muitas requerem a utilização de recursos de UTI, que são os mais onerosos. Após os primeiros meses da pandemia, com a flexibilização do isolamento, os atendimentos eletivos voltaram aos seus patamares habituais.

Em 2020, realizamos a transferência da gestão do contrato do Plano Odontológico, da Sabesprev para o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo - Sintaema, nas mesmas condições anteriores, totalizando mais de 10 mil vidas na cobertura.

Na área de previdência não se concretizou a expectativa de apresentação de proposta pela Vivest para assumir a gestão dos planos previdenciários, assim, os planos BD, SabesprevMais e de Reforço continuam sendo administrados pela Sabesprev.

Por outro lado, com a implantação do novo plano CD Sabesp junto à Vivest, os novos empregados, bem como aqueles que não optaram pelos planos da Sabesprev, contam com esta opção para aderir ao benefício.

A Companhia adota ainda o **Programa de Participação nos Resultados**, que anualmente é utilizado para estimular os esforços dos empregados aderentes aos objetivos organizacionais. Em 2020 foi aprovada uma nova estrutura de metas, cujos resultados passam a ser acompanhadas trimestralmente.

Inovação nas relações de trabalho

Em 2020, com a pandemia da Covid-19, a Sabesp acelerou a implantação do regime de teletrabalho, que já estava em andamento. O projeto piloto abrange cerca de 380 empregados e considera atividades realizadas preponderantemente fora das dependências da Companhia, com uso de tecnologia da informação e comunicação. Os empregados receberam capacitação sobre segurança e saúde do trabalho e comportamentos esperados no desempenho do teletrabalho.

A Sabesp também tem realizado a contratação de empresa de trabalho temporário, para atender à necessidade de demanda complementar de serviços, principalmente de natureza periódica ou sazonal, em regiões em que há aumento significativo da população flutuante em época de verão e férias. A empresa contratada forneceu 271 empregados temporários por até 6 meses até maio de 2020, somados a outros 300 empregados contratados para o novo período.

Relacionamento com empregados

A Sabesp historicamente mantém bom relacionamento com entidades representativas (sindicais e associativas), procurando atender às principais reivindicações dos empregados, sempre respeitando o limite de sua capacidade financeira e das diretrizes legais e governamentais.

Em suas relações trabalhistas, a Companhia prioriza a negociação como forma de dirimir conflitos, reduzindo substancialmente a ocorrência de movimentos parestistas. Aproximadamente 66% dos empregados são sindicalizados.

Em 2020, a Sabesp adiou as negociações e, com base na Medida Provisória nº 927/2020, prorrogou a vigência do Acordo Coletivo 2019/2020 até o mês de julho de 2020.

Após o término da prorrogação, a Sabesp firmou o acordo coletivo 2020/2021 com entidades sindicais, mantendo as condições da negociação anterior até abril de 2021, sem reajuste nos salários e benefícios, exceto pelo reajuste do piso salarial dos Engenheiros, em atendimento a legislação vigente, e da correção do valor do Auxílio Creche, já previsto no acordo coletivo de 2019/2020.

Desde 2018, adotamos ações de melhoria do processo de gestão de pessoas e dos sistemas de informação, com o objetivo de contribuir com a performance organizacional e com a redução de litígios trabalhistas. As ações focam principalmente a comunicação, o engajamento e a orientação de líderes e empregados sobre as melhores práticas trabalhistas.

Estímulo à inovação e ao empreendedorismo corporativo

Atentos à inovação, implantamos em 2018 o Prêmio Empreendedor Sabesp, um programa com objetivo de desenvolver e estimular a cultura da inovação e do empreendedorismo por meio da geração e do compartilhamento de ideias dos colaboradores.

A edição 2020 do Prêmio foi reformulada para se conectar com a mudança cultural desejada pela Sabesp, com maior foco em resultado e inovação. Além do aumento da premiação, o Prêmio recebeu um novo modelo de avaliação focado no desenvolvimento das ideias iniciais e o aperfeiçoamento por meio de mentoria com base em métodos ágeis e dinâmica totalmente remota. Este novo método acelerou o processo de inovação, conectando a geração de ideias à prototipação, implantação em baixa escala e verificação de resultados. Foram inscritos 469 trabalhos de 603 participantes, em 4 categorias.

Outra iniciativa, o Campeonato de Operadores, visa promover o desenvolvimento de novas técnicas bem como reconhecer os profissionais responsáveis pela excelência operacional da Sabesp. A edição 2020 teve um novo formato, totalmente virtual devido ao protocolo sanitário da Covid-19, e teve como tema a Inovação Operacional. Foram concedidos 27 prêmios, totalizando R\$ 27 mil e reconhecendo 48 pessoas.

Desenvolvimento dos empregados

Na Sabesp, acreditamos que o trabalho de empregados eficientes, dedicados e capacitados é um fator fundamental para que possamos alcançar nossos objetivos estratégicos. Nesse sentido, o processo de capacitação e desenvolvimento é essencial para o nosso propósito de fomentar a transformação organizacional e melhorar a qualidade de vida dos empregados.

Na nova realidade imposta pelo Novo Marco Legal do Saneamento, o desenvolvimento da força de trabalho se torna ainda mais importante, com foco em pessoas com melhores habilidades, mais criativas e inovadoras e com maior foco no resultado.

Desde 2001, a Universidade Empresarial Sabesp (UES) é responsável pela coordenação dos treinamentos e atividades de desenvolvimento dos nossos empregados.

Os cursos são disponibilizados em um ambiente virtual moderno e podem ser acessados tanto no *desktop* quanto em dispositivos móveis. Em 2020, oferecemos, em média, 39 horas de treinamento aos nossos empregados, em temas como Gestão Empresarial, Sistemas de Informações Sabesp, Microinformática, Liderança, Saúde e Segurança do Trabalho, Qualidade de Vida, Ética e Conduta e Responsabilidade Social.

Nossos empregados recebem subsídio de 100% em todos os treinamentos de capacitação técnica relacionados à sua atuação profissional e em segurança no ambiente de trabalho.

No intuito de manter a nossa força de trabalho sintonizada com as atividades e avanços do setor, também promovemos a participação de empregados em eventos e congressos.

Com o objetivo de elevar os níveis de escolaridade e qualificação da nossa força de trabalho, temos também o **Programa Mais Conhecimento**, por meio do subsídio até 80% do valor de cursos técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação, extensão universitária e idiomas. Adicionalmente, o programa ainda oferece subsídio de 100% para exames de certificação profissional. Em 2020, investimos mais de R\$ 5,8 milhões em subsídios educacionais.

E por meio de convênios educacionais firmados com instituições de ensino, nossos empregados e seus dependentes ainda têm acesso a descontos de 5% a 40% no valor de cursos realizados em instituições de ensino conveniadas.

Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL)

O programa tem como finalidade desenvolver uma liderança transformadora que conduza ações voltadas a estabelecer uma nova cultura organizacional, com maior foco em resultados, inovação e competitividade. Abrange empregados das categorias técnica e universitária, além de gerentes e superintendentes, com foco em Performance, Sucesso e Desenvolvimento Gerencial.

Para saber mais sobre a gestão dos recursos humano na Sabesp, veja o nosso Relatório de Sustentabilidade.

CADEIA DE SUPRIMENTOS QUALIFICADA, MONITORADA E RESPONSÁVEL

Acreditamos que nossos fornecedores são nossos parceiros, com papel essencial no desenvolvimento do negócio e, por isso, procuramos compartilhar nossos valores e princípios.

Nossos itens de consumo mais relevante são serviços técnicos de engenharia, energia elétrica, produtos químicos para tratamento de água e esgoto e serviços de informática e telefonia. Em 2020 nossas contratações totalizaram R\$ 6,3 bilhões, em produtos e serviços a serem utilizados no ano corrente e nos próximos.

A seleção desses fornecedores é feita por meio de procedimentos licitatórios, baseados no Regulamento Interno de Licitação e Contratação da Sabesp, que especifica os procedimentos a serem adotados em cumprimento à Lei Federal nº 13.303/2016. Nossas contratações exigem a comprovação da qualificação do fornecedor, o respeito à legislação trabalhista, tributária e ambiental, além do compromisso com a ética, o combate ao trabalho análogo à escravidão e ao trabalho infantil.

Na compra de materiais estratégicos, temos um processo de qualificação dos fornecedores e seus produtos, que abrange vários requisitos, como a avaliação do processo produtivo, desde a matéria prima até o produto final, incluindo aspectos de responsabilidade ambiental, como riscos toxicológicos do produto, e responsabilidade social, como o combate ao trabalho forçado e o emprego de mão de obra infantil.

Compartilhamos nosso banco de dados de fornecedores e materiais estratégicos qualificados com outras empresas de saneamento públicas pertencentes à estados e municípios. Esse compartilhamento oferece às empresas a possibilidade de solicitar inspeção de materiais com utilização de nossa equipe de técnicos.

Buscamos sempre dar o maior publicidade possível ao mercado, utilizando procedimento eletrônico de licitação, proporcionando maior agilidade, redução de custos e transparência.

Em todos os processos de contratação, independentemente do valor envolvido, nossos potenciais fornecedores devem atestar que conduzem seus negócios de forma lícita e declaram se estão, ou não, enquadrados como "parte relacionada da Sabesp" de acordo com nossa Política Institucional - Transações com Partes Relacionadas. Caso seja confirmado um possível enquadramento, isso não inviabiliza a contratação, mas requer a devida divulgação pela Companhia.

Para os processos de contratação de valores iguais ou superiores a R\$ 10 milhões, realizamos a análise de possível conflito entre nossos administradores e os contratados, obrigatoriamente, após a homologação e antes da publicação do resultado e assinatura dos contratos.

Monitoramos e reavaliamos continuamente os potenciais riscos identificados nos processos de compras e estoques e, sempre que necessário, criamos planos de ação para mitigar esses riscos.

Incentivamos a participação e a contratação de fornecedores locais em nossas regiões de atuação, assim como asseguramos, conforme a legislação vigente, o tratamento previsto pela Lei Complementar nº 123/06 e suas complementações.

Em atendimento ao Decreto Estadual nº 53.336/08, que instituiu o **Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis**, todos os anos divulgamos nosso Relatório de Contratações Públicas Sustentáveis com as principais ações socioambientais e boas práticas aplicadas à nossa cadeia de fornecedores.

Em 2020, promovemos em parceria com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção São Paulo (ABES-SP) o Simpósio de Fornecedores do Saneamento. Realizado por meio de plataforma digital exclusiva, o encontro debateu as mudanças trazidas pelo novo Marco Legal do Saneamento e as novas dinâmicas entre as prestadoras de serviços de saneamento e sua cadeia de fornecedores, buscando soluções conjuntas sobre os novos desafios nacionais.

As soluções apresentadas no evento apontam os caminhos para o futuro da Companhia no relacionamento com seus fornecedores, ao mesmo tempo em que fornecem *inputs* que ajudam a Sabesp a promover a sustentabilidade em sua cadeia de valor.

GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA À OPERAÇÃO

A Gestão Ambiental na Sabesp tem por objetivo a atuação pelo aprimoramento e conformidade operacional das instalações dos sistemas de água e esgoto e a disseminação da cultura da valorização do meio ambiente junto a nossos públicos de relacionamento.

Esta preocupação estratégica está orientada por visão sistêmica, permitindo o planejamento integrado e a sustentabilidade dos processos nas dimensões econômica, ambiental e social e o uso sustentável dos recursos naturais, conforme a agenda ESG.

As diretrizes para a gestão ambiental estão expressas em nossa Política de Meio Ambiente e contamos com o Comitê de Meio Ambiente que acompanha o desenvolvimento dos programas corporativos de gestão ambiental e participa de decisões estratégicas da Companhia,

Para se elevar os níveis de eficiência e atingir os objetivos da organização, considerando a dispersão geográfica das áreas, as diversidades locais, os diferentes portes e concepções dos sistemas operados, os programas ambientais corporativos são disseminados por meio de Núcleos de Gestão Ambiental (NGAs).

Os núcleos são representados por agentes da gestão ambiental presentes em cada unidade de negócio, que levam orientações corporativas até as operações e trazem as demandas locais para serem resolvidas dentro do contexto corporativo.

Para dar sustentação à gestão ambiental na Sabesp possuímos Programas Corporativos, concebidos para garantir a evolução das ações e o alcance dos resultados desejados nos âmbitos operacional e da conscientização ambiental.

Conformidade ambiental integrada

Dentro da Gestão Ambiental, temos a busca pela conformidade estruturada por programas e ações direcionadas pela sustentabilidade. Entretanto, é necessário não apenas alcançar, mas manter a conformidade, e por essa razão, conformidade e mudança de cultura são operacionalizadas simultaneamente, buscando o desenvolvimento contínuo das equipes nessas duas frentes.

Adotamos a abordagem das questões ambientais considerando a visão integrada da Companhia. Desse modo, para equacionar as ações e inquéritos ambientais, passamos a estabelecer Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e Acordos Judiciais (AJJs), o que possibilita planejar o desenvolvimento das obras em prazos factíveis.

Nossos Programas Corporativos de Obtenção e Manutenção de Licenças de Estações de Tratamento de Água (ETAs), Estações de Tratamento de Esgotos ETES e Estações Elevatórias de Esgotos (EEEs) têm possibilitado atender as exigências do órgão licenciador, além de estruturar os processos para a renovação e manutenção dessas autorizações.

De forma análoga, as outorgas são objeto de um Programa Corporativo de Obtenção e Manutenção das Outorgas de Uso de Recursos Hídricos, contemplando captações, lançamentos e barragens. A outorga fornece os elementos necessários para subsidiar o processo de Uso e pagamento pelos recursos hídricos. A Sabesp é o maior pagador pelo uso da água do Estado.

Em 2020, a Companhia desembolsou R\$ 82,4 milhões para o pagamento pelo uso da água, valor abaixo do esperado, dadas as interferências da pandemia, entretanto, a expectativa é o pagamento de R\$ 100 milhões em 2021.

Em face das obrigações de compensação ambiental advindas dos processos de licenciamento de empreendimentos, a Sabesp possui um Programa Corporativo de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs) destinado ao plantio e a manutenção de um milhão de mudas de espécies nativas regionais, no período de dez anos.

Trata-se de quantidade suficiente para atender os TCRAs existentes, restando um saldo para provisionar futuros compromissos. Este Programa está em consonância com o Programa Nascentes do Governo do Estado de São Paulo.

Entretanto, diante do entendimento de que o esforço empenhado em ações corretivas que objetivam a conformidade ambiental não é suficiente para elevar a Companhia a uma condição de excelência ambiental, é necessário que se invista em ações preventivas, em direção à sustentabilidade, conforme os programas corporativos e iniciativas descritos a seguir.

Sistema de Gestão Ambiental em ETES e ETAs (SGA-Sabesp)

No ano de 2009, iniciamos a implantação voluntária do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas ETAs e ETES, visando melhorar a eficiência dos sistemas, gerenciar os riscos e implantar ações preventivas para evitar impactos ao meio ambiente, considerando a relevância dessas estações frente à atividade fim da Companhia: fornecer água potável e tratar os esgotos gerados pela população.

Nossa meta é implantar o SGA em todas as ETAs e ETES até dezembro de 2024, considerando os impactos positivos do SGA na operação, que reconhece sua importância como vetor para o alcance da excelência operacional. Para evoluir nesta tarefa, adotamos a estratégia de utilizar dois modelos gestão ambiental, na qual o modelo da ISO 14001 continua mantido nas estações certificadas, enquanto para as demais estações passou a ser aplicado o modelo de gestão ambiental próprio da Sabesp, o SGA-Sabesp.

A estratégia de possuir parte do escopo certificada na ISO 14001, além de evidenciar o nosso compromisso com o meio ambiente, mantém a Sabesp atualizada quanto aos padrões e práticas internacionais, sendo também um referencial para o aprimoramento do nosso modelo.

O sucesso nesse processo foi gradativo, mas atualmente o SGA-Sabesp está consolidado como um efetivo instrumento de disseminação de boas práticas ambientais, além de contemplar ações para a melhoria da infraestrutura das instalações visando maior segurança operacional.

Programa de ETES Sustentáveis

O Programa Corporativo ETES Sustentáveis, lançado em 2019, foi estabelecido para desenvolver e disseminar a cultura da sustentabilidade. O programa considera a implementação de ações que possibilitem a transformação dos subprodutos gerados nas ETES como o biogás, o lodo e o efluente, em recursos sustentáveis, considerando seu aproveitamento energético e, em alguns casos, as oportunidades de mercado.

Atualmente o Programa contempla 18 estações, sendo cinco com o Selo de Sustentabilidade Nível 01 e uma com o Selo Nível 02. As estações ainda não certificadas encontram-se em fase de estudos e de melhorias da infraestrutura, com previsão de ampliação do escopo do Programa nos próximos anos.

Educação Ambiental como indutor da Mudança de Cultura

Para fazermos frente à vertente da mudança de cultura para as questões ambientais na Sabesp, contamos com o Programa Corporativo de Educação Ambiental - PEA Sabesp, que contribui para a sensibilização e a mobilização dos nossos públicos internos e externos na temática do saneamento e proteção do meio ambiente.

O trabalho está direcionado no fortalecimento coletivo da percepção do valor dos serviços de saneamento em relação ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos, além do desenvolvimento de ações relacionadas a hábitos de higiene e saúde preventiva.

Por meio do nosso Plano de Capacitação Corporativa em Gestão Ambiental, são oferecidas oportunidades de desenvolvimento em temas de gestão ambiental no saneamento, considerando os vários níveis de atuação e envolvimento das equipes. Nos últimos doze anos, atingimos mais de 20 mil pessoas capacitadas, entre público interno e externo, como multiplicadores das boas práticas ambientais.

Participação em fóruns ambientais e de recursos hídricos

Buscando o envolvimento com a sociedade organizada para fazer uma boa gestão ambiental e de recursos hídricos, a Sabesp possui Representantes Institucionais nos Sistemas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, sendo que contamos com 162 empregados atuando em tais fóruns.

Gestão de gases do efeito estufa

Considerando que as atividades de saneamento são diretamente impactadas pelas condições climáticas e pelos eventos extremos, bem como as diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas, demos continuidade ao nosso Programa Corporativo de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Assim, concluímos em 2020 o inventário corporativo de GEE referente a 2019, totalizando 2.326,3 mil toneladas de CO2 equivalente (tCO2e), sendo que as maiores fontes de emissões de GEE decorrem da coleta e do tratamento de esgoto.

Pela natureza da atividade e constante expansão dos serviços em direção à universalização do saneamento, a tendência dos resultados dos inventários de GEE é de crescimento.

Entretanto, temos buscado a aplicação de novas tecnologias, especialmente aquelas voltadas à Produção Mais Limpa (P+L), estimulando as melhores práticas que resultam na boa gestão das emissões de gases de efeito estufa nas operações, a exemplo de iniciativas para o uso benéfico dos lodos gerados, projetos de eficiência energética, dentre outras.

Como forma de ratificar o direcionamento corporativo na temática em questão, aderimos ao Acordo São Paulo, que prevê o reconhecimento dos signatários como membros da comunidade de líderes em mudanças climáticas, no contexto do desenvolvimento sustentável.



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Eficiência energética

Na prestação dos serviços de saneamento básico, o consumo de energia tem grande relevância, sendo que o crescimento da população atendida e a ampliação de municípios da base operada tornam o consumo total de energia elétrica crescente ao longo do tempo. Nossa estratégia para a gestão mais eficiente de energia está fundamentada na redução dos gastos e do consumo de energia elétrica e no aproveitamento dos potenciais de geração, trazendo diversos benefícios ambientais.

Entre as ações realizadas, desenvolvemos uma metodologia de contratação de conjuntos motobomba considerando também o valor do consumo de energia projetado para três primeiros anos de operação. Também realizamos avaliações para a substituição de equipamentos utilizando o Protocolo Internacional de Medição e Verificação de Performance e o indicador da *International Water Association* - IWA o Ph5.

Com relação ao aproveitamento dos potenciais de geração de energia, em 2019, iniciamos a estruturação de um Programa de Geração Distribuída - Energia Fotovoltaica, com previsão de conclusão em 2023 e totalizando potência de 60 MW, distribuída em 30 localidades, correspondendo a 4,5% do consumo total da Companhia. A produção de energia anual prevista poderá contribuir com 8.923 toneladas métricas de CO2 equivalente(tCO2e) que deixarão de ser lançadas na atmosfera, de forma a auxiliar a redução das emissões de gases de efeito estufa tanto dos processos de gestão de energia da Sabesp quanto do grid nacional. O programa é financiado integralmente pelo BID INVEST.

No início de 2021, iniciamos a produção de energia em nossa primeira UFV do Programa, no município de Orindiúva, somando a uma série de projetos desenvolvidos para reduzir o consumo de energia e diversificar a matriz energética de nossas operações, conforme descrito a seguir.

Também fazem parte do rol de iniciativas para o aprimoramento de nossa eficiência energética a utilização da energia fotovoltaica para outros processos operacionais como transmissão de dados de reservatórios via rádio, sistemas medição de vazão em ETES, sistemas de desinfecção de efluentes, iluminação de prédios de sedes administrativas e sistemas termosolares para otimização de processos de secagem de lodos de ETES.

Renovação da frota

Visando otimizar a gestão da frota veicular corporativa optamos por contratos de locação de uso continuado e por meio do programa de Renovação da Frota, foram substituídos 91,6% dos veículos leves e 78,7% dos pesados e foram alcançados diversos benefícios.

Um destaque foi a redução do consumo anual de gasolina de 3.206.444 litros, em 2011, para 520.184 litros em 2019, resultando em redução de 88% das emissões de GEE dessa fonte, conforme gráfico abaixo.

Também contratamos um Plano Estratégico de Mobilidade Corporativa Sustentável 2030, definido em decorrência dos resultados de estudos-piloto anteriores para adoção de veículos com motorização sustentável. Neste contexto,

destaca-se ainda o aproveitamento energético do biogás em ETE para abastecimento de frota veicular. Desde abril de 2018, utilizamos o biogás gerado no tratamento do esgoto para movimentar a frota operacional de Franca, interior do Estado.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS 2020

Troféu Transparência Anefac-Fipecafi-Serasa 2020 - Empresas de Capital Aberto com Receita Líquida acima de R\$ 8 bilhões. Demonstrações financeiras da Sabesp entre as dez mais transparentes do Brasil.

Prêmio Melhores & Maiores, categoria Infraestrutura, Revista Exame. Sabesp na liderança do setor e entre principais empresas do país.

Seleção de Empresas com Ações ESG da BB Investimentos. Sabesp na lista das 11 empresas de capital aberto com gestões responsáveis do ponto de vista social, ambiental e de governança. É a única empresa de capital misto.

Prêmio Valor 1000, categoria “água e saneamento”, concedido pelo Jornal Valor Econômico à Sabesp, campeã pela 11º vez, o que a coloca como uma das duas organizações que mais venceram o prêmio.

Prêmio BID Femsa 2020 - categoria “Gestão Empresarial para a Inovação” pela trajetória inovadora, inserindo a Sabesp dentre as “*all stars*”, grupo seletor com o qual o BID pretende coordenar ações estratégicas.

Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, categoria ‘serviços públicos’, concedido à Central de Atendimento da Diretoria de Sistemas Regionais, campeã pela oitava vez na premiação.

Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis, pela integridade e combate à corrupção e fraude. Sabesp obteve nota 9,2 diante de média 6,8 de empresas em nível nacional.

Pesquisa “Viver em São Paulo: Qualidade de Vida”, da Rede Nossa São Paulo e Ibope Inteligência, mostra a Sabesp como a segunda empresa em que os paulistanos mais confiam.

Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão PPQG 2020. Sabesp premiada em cinco categorias pela boa gestão, incremento de inovação e eficiência operacional.

Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS) 2020 concedido pelo Comitê Nacional da Qualidade (CNQA) da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes). Sabesp premiada em oito categorias.

Selo Bronze de “Empresa Amiga da Justiça”, pelos cinco anos de participação no programa do Tribunal de Justiça de São Paulo, que tem como objetivo construir soluções conjuntas para o problema da litigiosidade

Certificação ISO 14001, ETA Vargem Grande (Sistema São Lourenço) recomendada para certificação pela Fundação Vanzolini. Construída com princípios da sustentabilidade. Arquitetura considera eficiência de água e energia.

Casos de Sucesso em Saneamento Básico - Destaque a Municípios. Instituto Trata Brasil e GO Associados.

Fernandópolis reconhecido pelos bons indicadores de saneamento.

Ranking do Procon SP: Sabesp fora do Ranking de 50 empresas mais reclamadas. A lista 2019 engloba reclamações dos Procons Estadual e municipais.

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2020

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

1 - Base de Cálculo	2020 Valor (Mil reais)			2019 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	17.797.541			17.983.654		
Resultado operacional (RO)	4.492.373			5.711.623		
Folha de pagamento bruta (FPB)	2.646.518			2.780.468		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	214.809	8,12%	1,21%	218.281	7,85%	1,21%
Encargos sociais compulsórios	254.585	9,62%	1,43%	263.471	9,48%	1,47%
Previdência privada	53.376	2,02%	0,30%	69.460	2,50%	0,39%
Saúde	212.681	8,04%	1,20%	306.958	11,04%	1,71%
Segurança e saúde no trabalho	15.002	0,57%	0,08%	13.104	0,47%	0,07%
Educação	4.120	0,16%	0,02%	3.883	0,14%	0,02%
Cultura	344	0,01%	0,00%	307	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	17.344	0,66%	0,10%	18.495	0,67%	0,10%
Creches ou auxílio-creche	2.045	0,08%	0,01%	2.044	0,07%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	86.233	3,26%	0,48%	68.311	2,46%	0,38%
Outros	4.355	0,16%	0,02%	11.116	0,40%	0,06%
Total - Indicadores sociais internos	864.894	32,68%	4,86%	975.430	35,08%	5,42%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.348	0,03%	0,01%	1.178	0,02%	0,01%
Cultura	9.228	0,21%	0,05%	22.562	0,40%	0,13%
Saúde e saneamento	3.334	0,07%	0,02%	12.284	0,22%	0,07%
Esporte	2.444	0,05%	0,01%	4.501	0,08%	0,03%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	9.369	0,21%	0,05%	6.103	0,11%	0,03%
Total das contribuições para a sociedade	25.723	0,57%	0,14%	46.628	0,82%	0,26%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.617.679	36,01%	9,09%	3.037.019	53,17%	16,89%
Total - Indicadores sociais externos	1.643.402	36,58%	9,23%	3.083.647	53,99%	17,15%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Investimentos em programas e/ou projetos externos	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Total dos investimentos em meio ambiente	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2020			2019		
Nº de empregados(as) ao final do período	12.806			13.945		
Nº de admissões durante o período	62			141		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0			0		
Nº de estagiários(as)	610			1.049		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	8.591			9.267		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	2.481			2.763		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,96%			24,11%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.252			2.398		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	5,89%			5,56%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	152			155		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020			Metas 2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	16,93			nd		
Número total de acidentes de trabalho	94			nd		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa nd	no Procon nd	na Justiça nd	na empresa nd	no Procon nd	na Justiça nd
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa nd	no Procon nd	na Justiça nd	na empresa nd	no Procon nd	na Justiça nd
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2020: 8.948.857			Em 2019: 10.534.420		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	22,8 % governo 2,6 % acionistas	26,9 % colaboradores(as) 39,4 % terceiros	8,3 % retido	28,9 % governo 7,6 % acionistas	23,0 % colaboradores(as) 16,1 % terceiros	24,4 % retido
7 - Outras Informações						

A Sabesp não contrata mão-de-obra terceirizada, firmando tão somente contratos de prestação de serviços, conforme necessidades do negócio. Desta forma, a partir de 2020 a Companhia deixou de relatar um número estimado de prestadores de serviços.

Dada a relação direta das atividades de meio ambiente com as atividades fim da Companhia, não é possível segregar, especificamente, os gastos com meio ambiente do total de despesas operacionais e investimentos da Companhia.

Desta forma, a partir de 2018 a SABESP deixou de reportar o indicador de investimentos de meio ambiente.

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais							
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019		Nota	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	396.401	2.253.210	Empreiteiros e fornecedores		263.741	369.631
Aplicações financeiras	8	3.411.146	-	Empréstimos e financiamentos	17	3.034.449	2.859.843
Contas a receber de clientes	10 (a)	2.204.029	2.137.752	Salários, encargos e contribuições sociais		410.943	594.279
Saldos com partes relacionadas	11 (a)	168.054	192.906	Impostos e contribuições a recolher	18 (b)	266.819	250.318
Estoques		104.848	70.454	Juros sobre o capital próprio a pagar	24 (b)	231.611	800.352
Caixa restrito	9	35.742	26.018	Provisões	20 (a)	760.209	550.247
Impostos a recuperar	18 (a)	22.672	141.266	Serviços a pagar	22	453.750	474.078
Outros ativos		97.946	74.532	Parceria Público-Privada - PPP	15 (g)	130.207	110.291
Total do ativo circulante		6.440.838	4.896.138	Compromissos Contratos de Programa	15 (c) (iv)	162.541	273.932
Não circulante				Outras obrigações		185.860	170.453
Contas a receber de clientes	10 (a)	246.957	215.275	Total do passivo circulante		5.900.130	6.453.424
Saldos com partes relacionadas	11 (a)	638.591	657.990	Não circulante			
Depósitos judiciais		164.942	177.982	Empréstimos e financiamentos	17	14.224.175	10.384.866
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA		26.463	32.466	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	320.716	433.996
Outros ativos		148.164	119.646	Cofins/Pasep diferidos		149.444	143.693
Investimentos	12	63.417	53.187	Provisões	20 (a)	492.093	485.561
Propriedades para investimento	13	46.274	47.562	Obrigações previdenciárias	21 (b)	2.868.594	3.360.932
Ativo de contrato	14	7.969.164	7.617.714	Parceria Público-Privada - PPP	15 (g)	3.045.066	3.183.689
Intangível	15	34.405.575	32.325.447	Compromissos Contratos de Programa	15 (c) (iv)	68.939	103.321
Imobilizado	16	268.251	314.393	Outras obrigações		555.775	272.535
Total do ativo não circulante		43.977.798	41.561.662	Total do passivo não circulante		21.724.802	18.368.593
				Total do passivo		27.624.932	24.822.017
				Patrimônio líquido			
				Capital social		15.000.000	15.000.000
				Reservas de lucros		8.194.706	7.547.954
				Ajuste de avaliação patrimonial		(401.002)	(912.171)
				Total do patrimônio líquido	24	22.793.704	21.635.783
Total do Ativo		50.418.636	46.457.800	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		50.418.636	46.457.800
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais		
	Nota	2020	2019		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita operacional líquida	28 (b)	17.797.541	17.983.654	Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Custo operacional	29	(11.179.667)	(10.137.637)	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.326.002	4.677.942
Lucro bruto		6.617.874	7.846.017	Ajustes para reconciliação do lucro líquido:		
Despesas de vendas	29	(751.286)	(803.404)	Depreciação e amortização	2.037.112	1.780.094
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	29	(444.826)	(128.099)	Valor residual do imobilizado, intangível e propriedades		
Despesas administrativas	29	(1.051.181)	(1.187.844)	para investimentos baixados	16.590	45.434
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	107.656	(18.748)	Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	444.826	128.099
Equivalência patrimonial	12	14.136	3.701	Acordo com o município de Mauá	(280.774)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		4.492.373	5.711.623	Acordo com o município de Santo André	-	(1.336.908)
Despesas financeiras	30	(1.324.759)	(1.173.425)	Provisões e variações monetárias de provisões	444.090	384.620
Receitas financeiras	30	336.731	372.842	Juros calculados sobre empréstimos e financiamentos a pagar	559.931	568.679
Variações cambiais, líquidas	30	(2.178.343)	(233.098)	Variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos	2.267.179	280.526
Resultado financeiro, líquido		(3.166.371)	(1.033.681)	Juros e variações monetárias passivas	20.931	46.038
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.326.002	4.677.942	Juros e variações monetárias ativas	(46.946)	(39.547)
Imposto de renda e contribuição social				Encargos financeiros de clientes	(344.513)	(364.291)
Corrente	19 (d)	(460.721)	(1.155.463)	Margem de construção sobre ativos intangíveis resultantes		
Diferido	19 (d)	108.037	(154.962)	de contratos de concessão	(86.477)	(65.172)
		(352.684)	(1.310.425)	Provisão para Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e Programa		
Lucro líquido do exercício		973.318	3.367.517	de Retenção de Conhecimento (PRC)	1.684	(130.345)
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	25	1,42	4,93	Resultado da equivalência patrimonial	(14.136)	(3.701)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Juros e variação monetária PPP	424.639	397.576
				Repasse Prefeitura Municipal de São Paulo	142.232	135.013
				Obrigações previdenciárias	136.585	267.423
				Outros ajustes	5.283	5.863
				7.054.238	6.777.343	
				Variação no ativo		
				Contas a receber de clientes	(213.084)	(72.538)
				Saldos e transações com partes relacionadas	83.419	26.358
				Estoques	(34.394)	(4.858)
				Impostos a recuperar	(342.127)	239.437
				Depósitos judiciais	35.630	(12.302)
				Outros ativos	(36.264)	(1.966)
				Variação no passivo		
				Empreiteiros e fornecedores	(248.404)	(349.037)
				Serviços a pagar	(162.560)	(114.957)
				Salários, encargos e contribuições sociais	(185.020)	159.794
				Impostos e contribuições a recolher	384.676	63.276
				Cofins/Pasep diferidos	5.751	2.863
				Provisões	(227.596)	(241.674)
				Obrigações previdenciárias	(123.014)	(221.784)
				Outras obrigações	(13.306)	(92.637)
				Caixa proveniente das operações	5.977.945	6.157.318
				Juros pagos	(626.625)	(737.326)
				Imposto de renda e contribuição social pagos	(373.112)	(1.222.747)
				Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.978.208	4.197.245
				Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
				Aquisição de ativo de contrato e intangíveis	(3.299.657)	(3.195.247)
				Caixa restrito	(9.724)	5.882
				Aplicações financeiras	(3.411.146)	-
				Aumento/(baixa) de investimento	(5.734)	240
				Aquisição de bens do ativo imobilizado	(42.407)	(78.159)
				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.768.668)	(3.267.284)
				Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
				Empréstimos e financiamentos		
				Captações	4.777.474	1.793.388
				Amortizações	(3.244.099)	(2.148.198)
				Pagamento de juros sobre o capital próprio	(890.095)	(739.996)
				Parceria Público-Privada - PPP	(543.346)	(548.079)
				Compromissos Contratos de Programa	(166.283)	(63.057)
				Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(66.349)	(1.705.942)
				Aumento/(decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(1.856.809)	(775.981)
				Representado por:		
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.253.210	3.029.191
				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	396.401	2.253.210
				Aumento/(decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(1.856.809)	(775.981)
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma								
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Reservas de lucros Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		15.000.000	1.200.030	3.840.422	60.331	-	(549.095)	19.551.688
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.367.517	-	3.367.517
Ganhos e (perdas) atuariais	21 (b)	-	-	-	-	-	(363.076)	(363.076)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	3.367.517	(363.076)	3.004.441
Reserva legal	24 (b)	-	168.376	-	-	(168.376)	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 1,17012 por ação)	24 (b)	-	-	-	-	(799.785)	-	(799.785)
Dividendos adicionais de 2018, aprovados (R\$ 0,08827 por ação)		-	-	-	(60.331)	-	-	(60.331)
Dividendos adicionais propostos	24 (b)	-	-	-	141.203	(141.203)	-	-
IRRF s/juros s/capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios	24 (b)	-	-	-	(60.230)	-	-	(60.230)
Transferências para reserva de investimentos	24 (e)	-	-	2.258.153	-	(2.258.153)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		15.000.000	1.368.406	6.098.575	80.973	-	(912.171)	21.635.783
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	973.318	-	973.318
Ganhos e (perdas) atuariais	21 (b)	-	-	-	-	-	511.169	511.169
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	973.318	511.169	1.484.487
Reserva legal	24 (b)	-	48.666	-	-	(48.666)	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,33820 por ação)	24 (b)	-	-	-	-	(231.163)	-	(231.163)
Dividendos adicionais de 2019, aprovados (R\$ 0,11847 por ação)		-	-	-	(80.973)	-	-	(80.973)
Dividendos adicionais propostos	24 (b)	-	-	-	40.806	(40.806)	-	-
IRRF s/juros s/capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios	24 (b)	-	-	-	(14.430)	-	-	(14.430)
Transferências para reserva de investimentos	24 (e)	-	-	652.683	-	(652.683)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		15.000.000	1.417.072	6.751.258	26.376	-	(401.002)	22.793.704
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP ou Companhia) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, CEP 05429-900, que tem como acionista controlador o Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo e também fornece água tratada e serviços de esgoto no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A visão da SABESP é ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia operava os serviços de água e esgoto em 375 municípios do Estado de São Paulo, sendo que 342 foram contratualizados de acordo com a Lei nº 11.445/2007. Na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão, de programa e de prestação de serviços firmados por 30 anos, exceto pelos municípios de Guarulhos, Mauá, Mogi das Cruzes, Santo André, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista e Tejuipá, que foram firmados pelo prazo de 40 anos.

O quadro a seguir demonstra um resumo da situação contratual dos municípios operados:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Total de municípios contratualizados	342	325
Saldo contábil - intangível e ativo de contrato	39.440.568	35.990.087
Percentual do intangível e ativo de contrato	93,08%	90,10%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	14.406.803	13.700.777
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	95,05%	84,92%
Municípios com contratos vencidos:	8	21
Saldo contábil - intangível e ativo de contrato	264.931	1.637.878
Percentual do intangível e ativo de contrato	0,63%	4,10%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	39.088	451.603
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	0,26%	2,80%
Municípios com contratos de concessão a vencer até 2030:	25	27
Saldo contábil - intangível e ativo de contrato	1.436.529	1.181.172
Percentual do intangível e ativo de contrato	3,39%	2,96%
Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	597.483	588.628
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	3,94%	3,65%
Município de São Paulo:		
Percentual do intangível e ativo de contrato	37,94%	43,37%
Percentual da Receita de Serviços de Saneamento (não inclui Receita de Construção)	44,58%	44,48%

A Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, modalidade válida e regida pelo código civil brasileiro, no município de Juquitiba. A receita de serviços de saneamento (não inclui receita de construção) deste município, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, totalizou R\$ 6.056 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, R\$ 5.616) e o montante total do intangível e ativo de contrato para este município em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 77.014 (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 80.563).

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da B3 sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de American Depositary Receipts (ADRs) Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho, Attend Ambiental e Paulista Geradora de Energia. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias, em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão dessas investidas, exceto para a empresa Saneaqua Mairinque, que em agosto de 2020 deixou de ter o controle compartilhado.

Instabilidade econômica agravada pela COVID-19

A instabilidade econômica mundial foi agravada com o surto de um novo coronavírus no início de 2020, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a caracterizá-lo como uma Pandemia. Nesse contexto, a SABESP vem adotando diversas medidas, de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população atendida, que se tornaram ainda mais essenciais à sociedade. Cabe destacar que a interrupção do abastecimento hídrico por parte de uma empresa de saneamento básico pode comprometer o atendimento das recomendações feitas pela OMS para que todas mantenham bons hábitos de higiene, tal como a lavagem das mãos de forma correta e com mais frequência.

A Companhia implementou várias medidas de prevenção para que seus empregados não sejam expostos a situações de risco, tais como: (i) utilização da prática de home-office particularmente nos setores administrativos e para todos os empregados com mais de 60 anos; (ii) restrição de viagens nacionais e internacionais; (iii) antecipação da campanha de vacinação da gripe e da pneumonia; (iv) fechamento de todas as agências de atendimento ao público, concentrando o atendimento nos canais digitais, para proteger os clientes e empregados; entre outras.

Entre os reflexos econômicos e financeiros da pandemia da COVID-19 destacam-se os seguintes efeitos adversos:

- (i) alta volatilidade cambial e aumento nos custos das novas captações;
- (ii) mudança no mix de volume faturado devido ao aumento na classe residencial e redução nas categorias pública, comercial e industrial que possuem tarifas médias mais elevadas, levando à redução da tarifa média total e, consequentemente, nas receitas com clientes das categorias comercial, industrial e pública, no montante aproximado de R\$ 804,5 milhões de janeiro a dezembro de 2020 (R\$ 215,0 milhões de outubro a dezembro de 2020);
- (iii) postergação do reajuste tarifário de 11 de maio para 15 de agosto de 2020, com impacto líquido estimado de R\$ 37,6 milhões de maio a dezembro de 2020;
- (iv) aumento da inadimplência e da expectativa de aumento nas perdas futuras, por conta da queda na arrecadação dos municípios e aumento dos pedidos de falência, que impactou negativamente as perdas estimadas no montante de R\$ 316,7 milhões comparando o período de janeiro a dezembro de 2020 com janeiro a dezembro de 2019 (R\$ 17,8 milhões comparando o período de outubro a dezembro de 2020 com outubro a dezembro de 2019); e
- (v) isenção do pagamento das contas de água e esgoto dos consumidores das categorias de uso Residencial Social e Residencial Favela em todos os municípios operados no período de 1º de abril até 15 de setembro de 2020, gerando uma redução de R\$ 116,9 milhões de janeiro a setembro de 2020, quando comparadas aos mesmos períodos do ano anterior.

Em contraposição aos efeitos adversos houve efeitos positivos com o aumento na receita com clientes residenciais (exceto categorias social e favela), no montante de R\$ 840,3 milhões de janeiro a dezembro de 2020 (R\$ 249,3 milhões de outubro a dezembro de 2020), e com a postergação do pagamento de 50% da TRCF (Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização) do período de maio a dezembro de 2020, para liquidação em 24 parcelas a partir de janeiro de 2021, com efeito de R\$ 24,0 milhões no período de maio a dezembro de 2020.

Diante dos efeitos adversos, a Companhia para preservar a sustentabilidade econômico-financeira promoveu ajustes orçamentários com redução de despesas e realizou, em 27 de abril, 10 de julho e em 15 de dezembro de 2020, a 25ª, 26ª e 27ª emissões de debêntures nos montantes de R\$ 1,45 bilhão, R\$ 1,05 bilhão e R\$ 1,00 bilhão, respectivamente. Realizou também em 7 de dezembro de 2020, a captação de R\$ 0,95 bilhão junto ao BID INVEST. Em 28 de abril de 2020, concluiu a conversão de uma dívida de US\$ 494,6 milhões para R\$ 2.810,9 milhões com o Banco Inter Americano de Desenvolvimento (BID) reduzindo a exposição à variação do dólar norte-americano. Além dessas ações, em 30 de setembro de 2020 a Companhia amortizou antecipadamente o Eurobônus no montante de R\$ 1.910,1 milhões (US\$ 357,8 milhões) com o objetivo de reduzir ainda mais sua exposição cambial e em novembro de 2020 firmou contrato de R\$ 950 milhões com o BID INVEST.

A expectativa da Administração da Companhia é de que as ações concretizadas frente aos impactos mencionados, somadas à incorporação ao fornecimento no varejo de municípios que antes eram atendidos no atacado (Guarulhos, Santo André e Mauá), ao aumento da segurança hídrica devido às obras realizadas e às linhas de créditos contratadas para investimentos, serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer a continuidade operacional e financeira da Companhia.

Novo Marco Legal do Saneamento

No dia 15 de julho de 2020, foi sancionada pelo presidente da República a Lei Federal nº 14.026/2020, conhecida como Novo Marco Legal para o Saneamento Básico, com 18 vetos. Esses vetos foram apreciados em 17 de março de 2021. A nova lei amplia a concorrência no setor, ao extinguir a figura do contrato de programa.

Adicionalmente, o Novo Marco Legal impõe metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência. Também atribuiu a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a autoridade para editar normas de referência para regular o saneamento com o objetivo de minimizar as incertezas regulatórias, criando, desta forma, um ambiente mais estável e atrativo para investimentos no setor.

Neste novo contexto, a Companhia considera que possui algumas vantagens competitivas: i) possui contratos que já contemplam metas que atendem ou mesmo antecipam àquelas estabelecidas pelo Novo Marco Legal; ii) goza de acesso a capitais públicos e grande exposição ao mercado de capitais privado, favorecendo a manutenção e/ou ampliação de sua base operada; iii) conta com elevado nível de governança; e iv) possui contratos assinados com o poder concedente que asseguram 95% da receita.

Aprovações

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2021.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPCs, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a Administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas na Nota 6.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, contas garantidas e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos e intenção de utilização pela Administração

da Companhia em período inferior a três meses.

3.2 Ativos e passivos financeiros

Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço que são classificados como ativos não circulantes. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, outros ativos e saldos a receber da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, exceto pelo contas a receber, que é reconhecimento mensurado inicialmente pelo seu preço de transação, pois não contém componentes de financiamentos, e posteriormente mensurado ao custo amortizado.

Passivo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada - PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Avaliação do valor de recuperação dos ativos financeiros (Impairment)

Contas a receber

Devido às características do contas a receber da Companhia, sendo elas (i) componente financeiro insignificante; (ii) carteira de recebíveis sem complexidade; e (iii) baixo risco de crédito, adotou-se a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo.

A metodologia de cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa consistiu em utilizar uma estimativa calculada com base na inadimplência média observada nos últimos 36 meses, por faixa de vencimento, além de estimar a recuperação de créditos vencidos acima de 360 dias, com base no histórico observado nos últimos 3 anos. Também considerou para fins de estimativa, a categoria dos clientes particulares e públicos e segregou o contas a receber entre as contas normais de consumo e os acordos. A Companhia concluiu também que os indicadores macroeconômicos Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desemprego e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) não tiveram impacto em suas estimativas, pois realizou análises de correlação desses indicadores e seu histórico de inadimplência e não resultou em correlação entre eles.

Depósitos bancários e aplicações financeiras mensuradas pelo custo amortizado

A Companhia analisa as variações nas taxas de investimentos em certificados de depósitos bancários, juntamente com informações de órgãos reguladores sobre as instituições financeiras emissoras. As probabilidades de inadimplência para 12 meses foram baseadas em dados históricos fornecidos por agências de classificação de risco para cada grau de crédito e foram analisadas em termos de sensibilidade com base nos retornos atuais.

Esses depósitos e aplicações financeiras estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 Receita operacional

(a) Receita de serviços de saneamento

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre as mesmas, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais.

As receitas são reconhecidas com base no CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. As receitas são reconhecidas quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

(b) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato, o qual a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, a qual é adicionada, ao referido custo de construção, resultando na receita de construção.

3.4 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, conforme descrito na Nota 3.2.

3.5 Estoques

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto e são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização e estão classificados no ativo circulante.

3.6 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, exceto o grupo de terrenos, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos com reparos e manutenção são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso indeterminado, ou seja, não há definição se serão utilizados na operação ou vendidos em curto prazo no curso ordinário do negócio.

3.7 Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação e as perdas por recuperabilidade, quando necessárias. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado para os ativos qualificáveis, quando aplicável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendido. A Companhia estabeleceu que este período é superior a 12 meses, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Companhia.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada de acordo com o método linear e é descrita na Nota 16 (a). Os terrenos não sofrem depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, nas demonstrações dos resultados.

3.8 Intangível

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os ativos qualificáveis quando aplicável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendido. A Companhia estabeleceu que este período é superior a 12 meses, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Companhia. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando se torna disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão ou a vida útil do mesmo. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações em bens, recebidas de terceiros e entidades governamentais, para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário não são registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esses bens pertencem ao poder concedente.

Os recursos financeiros, recebidos como doações, para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica “Outras receitas operacionais”.

(a) Contratos de concessão/programa/prestação de serviços

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e esgotamento sanitário, firmados com os poderes concedentes. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

- (i) O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e
- (ii) O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Os direitos sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a Companhia tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 3.3 (b).

Ativos intangíveis relacionados às concessões, nos casos em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, o que ocorrer primeiro.

Os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, nos casos em que há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, deverão ser indenizados pelo poder concedente, com caixa ou equivalentes de caixa ou ainda, em geral com a prorrogação do contrato. Estes investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

Os detalhes referentes à amortização do intangível estão descritos na Nota 15 (c).

A Lei nº 11.445/2007 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovação de concessões e, portanto, da continuidade da prestação de serviços. Apesar da Lei nº 14.026/2020, novo marco legal do saneamento, ter sido aprovada pelo Presidente da República com veto sobre a renovação de contratos de programa, esses vetos ainda não haviam sido votados até 31 de dezembro de 2020, por este motivo a Companhia manteve no ativo intangível seus investimentos feitos nas concessões.

(b) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

3.9 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (impairment)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 14.026/2020, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, por meio da tarifa ou via indenização.

3.10 Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, sendo apresentadas neste caso, como passivo não circulante.

3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 17. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os títulos emitidos pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizados como empréstimos.

3.12 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos nos quais a Companhia incorre e são oriundos dos contratos de empréstimos, incluindo variação cambial.

A capitalização ocorre durante o período de construção do ativo, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia os analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local em linhas de empréstimos e financiamento similares.

3.13 Salários, encargos e contribuições sociais

Os salários, férias, 13º salário, participação nos resultados e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras, sendo reconhecida uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*), estando contabilizada como custo operacional, despesas de vendas, administrativas ou capitalizadas no ativo.

3.14 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais e ativos contingentes

As provisões relativas às ações judiciais são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado de forma confiável. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se esperam ser exigidos para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão é demonstrada líquida dos depósitos judiciais, embasados no direito legal de compensação. Os depósitos judiciais não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante. Os depósitos judiciais são corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades competentes.

A Companhia não reconhece passivos contingentes nas demonstrações financeiras por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou quando o montante da obrigação não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras.

3.15 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

3.16 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Companhia avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

3.17 Tributos sobre receitas

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência do Pasep - Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente.

Adicionalmente, as receitas de serviços de saneamento também estão sujeitas à incidência da TRCF - Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização, que tem como fato gerador o desempenho da atividade de regulação, controle e fiscalização da ARSESP, calculada a taxa de 0,50% do faturamento anual diretamente obtido com a prestação do serviço, subtraídos os valores dos tributos incidentes sobre o mesmo.

Os tributos referentes a Pasep e Cofins incidentes sobre os valores faturados às entidades públicas são devidos quando as faturas são recebidas.

Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, sendo apresentados líquidos dos créditos correspondentes, como deduções da receita bruta. Os débitos apurados sobre "outras receitas operacionais" e sobre "receitas financeiras" são apresentados líquidos nas próprias linhas da demonstração do resultado.

3.18 Plano de previdência privada

(a) Benefício definido

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

O passivo relacionado aos planos de pensão está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefícios definidos (G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (G0) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial (AAP), de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, a qual se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais. A parcela proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

(b) Contribuição definida

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade contribuição definida, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego, no qual a Companhia faz contribuições paritárias aos empregados, nos limites fixados em regulamento. Neste modelo os benefícios pagos possuem relação direta com o valor aportado, não havendo déficits a serem cobertos pela Companhia.

3.19 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros e atualizações monetárias, resultantes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, e são calculadas usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes principalmente de empréstimos, financiamentos, provisões, parceria público privada e compromissos contratos de programa e são calculadas usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência *pro rata temporis*, sendo que as variações monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

3.20 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são reconhecidos pelo valor presente das obrigações contratuais, apresentados no ativo como Direito de Uso (nota 15 (j)) e no passivo como Arrendamentos (nota 17 (b)), exceto os contratos de curto prazo (12 meses ou menos) e/ou de baixo valor (abaixo de US\$ 5), que são reconhecidos como despesa quando incorridos.

3.21 Outros ativos e outras obrigações circulantes e não circulantes

Os outros ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de perdas para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As outras obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.22 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio, como permitido por lei e com base no Estatuto Social. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.249/1995, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia das taxas de juros de longo prazo - TJLP. O benefício atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, exceto pelos tributos incidentes na distribuição dos juros sobre o capital próprio. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é apropriado ao resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento das despesas.

3.23 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

3.24 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e pelas retenções, e a riqueza recebida em transferência, representada pelo resultado de equivalência patrimonial e pelas receitas financeiras. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.25 Apresentação de relatórios por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do tomador de decisões, isto é, a Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, em relação à tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho. Consequentemente, a Companhia determinou que possui um segmento operacional, que é o de prestação de serviços de saneamento.

As políticas contábeis utilizadas para determinar as informações por segmento são as mesmas utilizadas para preparar as demonstrações financeiras.

A mensuração do resultado por segmento é o lucro operacional antes de outras despesas operacionais, líquidas e equivalência patrimonial, que exclui a receita e custos de construção.

A Administração da Companhia analisa as informações de ativos e passivos de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre ativos e passivos de forma segregada.

Substancialmente, todos os ativos não circulantes e as receitas geradas pelos clientes estão localizados no Estado de São Paulo. Consequentemente, não são divulgadas informações financeiras por área geográfica.

3.26 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados aos ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, sendo que as perdas cambiais são reconhecidas em contrapartida do próprio ativo enquanto estiver em andamento, conforme descrito na Nota 3.12.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020

Novas normas e revisões

Norma	Descrição	Impacto
Alterações ao CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Definição de Negócios	Esclarece que ainda que os negócios normalmente apresentem outputs ("produtos"), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuam significativamente para a capacidade de criar produtos.	A aplicação dessa alteração não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.
Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS1 e CPC 23 / IAS 8 - Definição de Material	O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material no CPC 26 / IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS. O conceito de "ocultação" de informações materiais com informações imateriais foi incluído como parte da nova definição.	A aplicação dessas alterações não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou de forma antecipada e está avaliando os impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas a seguir:

Norma	Descrição	Impacto
IFRS 17 - Contratos de Seguro ²	Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. A IFRS 17 substituirá o CPC 11 / IFRS 4 Contratos de Seguro.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint Venture</i> ³	Tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	A Companhia está avaliando os impactos e efeitos das alterações, porém não espera efeitos oriundos das alterações.
Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes ²	Estas alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. Adicionalmente, esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

Norma	Descrição	Impacto
Alterações ao CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Referência à Estrutura Conceitual¹	As alterações atualizam o CPC 15 (R1) / IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem no CPC 15 (R1) / IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo do CPC 25 / IAS 37, o comprador aplica esta norma para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica a ICPC 19 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Por fim, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.
Alterações ao CPC 27 / IAS 16 - Recursos Antes do Uso Pretendido¹	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, ou seja, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Companhia. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado e mensura os custos desses itens de acordo com o CPC 16 (R1) / IAS 2 - Estoques. As alterações ainda esclarecem o significado de “testar se um ativo está funcionando adequadamente”. Atualmente, o CPC 27 / IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Caso não sejam apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e quais rubricas na demonstração do resultado abrangente incluem esses recursos e custos.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.
Alterações ao CPC 25 (R1) / IAS 37 - Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato¹	As alterações especificam que o “custo de cumprimento” do contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato, sendo estes os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). Estas alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta norma.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2018-2020 incluem alterações em quatro normas: CPC 37 (R1) / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade¹, CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros¹, CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos e CPC 29 / IAS 41 - Ativo Biológico e Produto Agrícola¹	· CPC 37 (R1) / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. · CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - esclarece que ao aplicar o teste de “10%” para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. · CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos - esta alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. · CPC 29 / IAS 41 - Ativo Biológico e Produto Agrícola - a alteração exclui a exigência para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo.	A Companhia não espera efeitos oriundos destas alterações.

1 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.
2 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
3 A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB.
Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

5 Gestão de risco

5.1 Gestão de Risco Financeiro
Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.
A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

(a) Risco de mercado
Risco cambial

A exposição cambial implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais, uma vez que a Companhia possui passivos em moeda estrangeira, decorrente de captações de longo prazo, em instituições de fomento, a taxas de juros mais baixas, sendo tais financiamentos em dólares norte-americanos e em iene.
A administração da exposição cambial considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.
Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de *hedge* ou *swap* e também não possui qualquer instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco.
Parte significativa da dívida financeira no valor total de R\$ 3.563.170 em 31 de dezembro 2020 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 6.382.009), está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene. A exposição ao risco cambial é assim composta:

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos - US\$	167.479	870.338	1.051.881	4.239.817
Empréstimos e financiamentos - Iene	52.969.560	2.671.255	56.452.885	2.097.225
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos - US\$		5.540		32.242
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos - Iene		16.037		12.725
Total da exposição		3.563.170		6.382.009
Custo de captação - US\$		(12.342)		(20.173)
Custo de captação - Iene		(2.966)		(3.038)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 17)		3.547.862		6.358.798

O decréscimo de 44,2% no saldo da dívida em moeda estrangeira de 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020 é resultado da gestão do risco cambial efetuado pela Companhia no ano de 2020, diante do cenário de incertezas, e foi impactado principalmente pelos seguintes fatores:

- Troca de moeda estrangeira para moeda nacional do contrato BID 2202 no montante de R\$ 2.810.907 (US\$ 494.617 mil);
- Amortização final do Eurobônus no montante de R\$ 1.910.124 (US\$ 357.763 mil), referente ao valor principal mais os juros e encargos.

O decréscimo foi parcialmente compensado pela valorização do dólar e iene frente ao real, conforme quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	Variação
US\$	R\$ 5,1967	R\$ 4,0307	28,9%
Iene	R\$ 0,05043	R\$ 0,03715	35,7%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi registrado no passivo o montante de R\$ 2.247.544 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 288.678) relativo à variação cambial dos contratos de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2020, caso o real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10 pontos percentuais, além dos impactos já mencionados acima, em comparação com o dólar e o

iene, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos para o exercício teria sido de R\$ 356.317 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 638.201), para mais ou para menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.
O cenário I, a seguir, apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene. No cenário II e no cenário III estão demonstrados, com todas as outras variáveis mantidas constantes, os impactos para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do real em 25% e 50%, respectivamente.
A Companhia entende que os cenários de 25% e 50% são razoáveis dada a instabilidade do real frente ao dólar norte americano e ao iene. A desvalorização ocorrida no ano de 2020 foi de 28,9% e 35,7%, respectivamente.

	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2020 em US\$ - Passiva	167.479	167.479	167.479
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2020	5,1967	5,1967	5,1967
Taxa cambial estimada conforme cenário	5,0000	6,2500	7,5000
Diferença entre as taxas	0,1967	(1,0533)	(2,3033)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - ganho/(perda)	32.943	(176.406)	(385.754)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2020 em iene - Passiva	52.969.560	52.969.560	52.969.560
Taxa do iene em 31 de dezembro de 2020	0,05043	0,05043	0,05043
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,05125	0,06406	0,07687
Diferença entre as taxas	(0,00082)	(0,01363)	(0,02644)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - ganho/(perda)	(43.435)	(721.975)	(1.400.515)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - ganho/(perda)	(10.492)	(898.381)	(1.786.269)

(*) Para o cenário provável em dólar, foi utilizada a taxa de câmbio projetada para 31 de dezembro de 2021, conforme relatório Focus-BACEN de 31 de dezembro de 2020. Para o iene foi utilizada a taxa de câmbio projetada para 31 de dezembro de 2021, conforme relatório de Taxas Referenciais da B3 de 31 de dezembro de 2020.
Risco de taxa de juros
Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas em função de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.
A tabela a seguir mostra os empréstimos e financiamentos sujeitos à taxa de juros variável:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
CDI (i)	7.836.988	1.866.755
TR (ii)	1.619.416	1.675.203
IPCA (iii)	2.176.547	1.366.134
TJLP (iv)	1.517.657	1.381.342
LIBOR (v)	870.337	2.829.073
Juros e encargos	164.439	105.667
Total	14.185.384	9.224.174

(i) CDI - Certificado de Depósito Interbancário
(ii) TR - Taxa Referencial de Juros
(iii) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
(iv) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo
(v) LIBOR - London Interbank Offered Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes tarifários dos serviços prestados não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas.
Em 31 de dezembro de 2020, se as taxas de juros sobre os empréstimos variassem 1 ponto percentual para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do exercício antes dos impostos teria sido de R\$ 141.854 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 92.242) para mais ou para menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.
(b) Risco de crédito
O risco de crédito está relacionado ao caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como às exposições de crédito de clientes, incluindo contas a receber, caixa restrito e saldos com partes relacionadas. Os riscos de crédito com clientes são atenuados pela venda a uma base pulverizada. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2020 é o valor contábil dos títulos classificados como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas na data do balanço. Vide Notas 7, 8, 9, 10 e 11.
Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito foi avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das instituições financeiras. Para a qualidade de crédito das instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia avalia o *rating* divulgado pelas três principais agências internacionais (Fitch, Moody's e S&P), conforme abaixo:

Instituições financeiras	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S/A	AA(bra)	Aa1.br	-
Banco Santander Brasil S/A	-	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AA(bra)	Aa1.br	brAAA
Banco Bradesco S/A	AAA(bra)	Aa1.br	brAAA
Banco Itaú Unibanco S/A	AA(bra)	Aa1.br	brAAA
Banco BV	-	Aa3.br	brAAA
Banco BTG Pactual S/A	AA(bra)	Aa2.br	brAA+

O quadro a seguir apresenta a avaliação de *rating* divulgado pela agência Fitch, para transações de depósitos e aplicações financeiras em moeda local (R\$ - *rating* nacional):

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
AA(bra)	2.662.685	2.193.725
AAA(bra)	891.243	41.992
Outros (*)	253.619	17.493
	3.807.547	2.253.210

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos cujos saldos não eram relevantes em 2019. Em 2020 está reconhecido o montante de R\$ 253.066 referente ao Banco BV, que não possui classificação.

(c) Risco de liquidez

A liquidez depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais e pelos empréstimos e financiamentos captados nos mercados internacional e local, bem como o pagamento das dívidas. A gestão desse risco considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.
Os recursos mantidos são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada, foram utilizadas as taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2020.

	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2020							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	3.439.199	1.994.506	2.019.520	2.177.923	1.672.201	9.828.487	21.131.836
Empreiteiros e fornecedores	263.741	-	-	-	-	-	263.741
Serviços a pagar	453.750	-	-	-	-	-	453.750
Parceria Público-Privada - PPP	404.800	405.132	405.444	350.342	333.148	4.256.084	6.154.950
Compromissos Contrato de Programa	163.798	33.287	33.287	1.045	1.045	13.133	245.595

Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default*, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas, pelo credor, poderá implicar o vencimento antecipado desses contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas, sendo que os mais restritivos estão demonstrados na Nota 17 (c).

(d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

O quadro a seguir exemplifica a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com o CPC 40. O objetivo é demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de doze meses, após a data de 31 de dezembro de 2020 ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que for menor, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).
Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros, considerando todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

31 de dezembro de 2020				
Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo				
CDI	3.778.252	3,0000%(*)	3,7500%	4,5000%
Receita financeira		113.348	141.684	170.021
Passivo				
CDI	(7.836.988)	3,0000%(*)	3,7500%	4,5000%
Juros a incorrer		(235.110)	(293.887)	(352.664)
Exposição líquida - CDI	(4.058.736)	(121.762)	(152.203)	(182.643)
Passivo				
TR	(1.619.416)	0,0001%(***)	0,0001%	0,0002%
Despesa a incorrer		(2)	(2)	(3)
IPCA	(2.176.547)	3,3200%(*)	4,1500%	4,9800%
Despesa a incorrer		(72.261)	(90.327)	(108.392)
TJLP	(1.517.657)	4,5500%(*)	5,6875%	6,8250%
Juros a incorrer		(69.053)	(86.317)	(103.580)
LIBOR	(870.337)	0,1900%(**)	0,2375%	0,2850%
Juros a incorrer		(1.654)	(2.067)	(2.480)
Despesas totais líquidas a incorrer		(264.732)	(330.916)	(397.098)

(*) Fonte dos índices: CDI e IPCA (Relatório Focus-BACEN de 31 de dezembro de 2020) e TJLP cotação de 31 de dezembro de 2020 (BACEN).

(**) Fonte do índice: Bloomberg.

(***) Fonte do índice: B3.

(i) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2020 ou até a data dos vencimentos dos contratos, o que for menor.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para aumentar seus investimentos em infraestrutura, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros). A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 17)	17.258.624	13.244.709
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(396.401)	(2.253.210)
(-) Aplicações financeiras (Nota 8)	(3.411.146)	-
Dívida líquida	13.451.077	10.991.499
Total do Patrimônio Líquido	22.793.704	21.635.783
Capital total (capital próprio mais capital de terceiros)	36.244.781	32.627.282
Índice de alavancagem	37%	34%

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de alavancagem atingiu 37% em comparação aos 34% de 31 de dezembro de 2019, principalmente pelo acréscimo na dívida líquida decorrente de novas captações de empréstimos e financiamentos, bem como pela desvalorização do real frente ao iene e ao dólar que impactaram os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

5.4 Instrumentos financeiros

A Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, outros ativos e saldos a receber da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, saldos a pagar com empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrentes de Parcerias Público-Privada - PPPs e compromissos de contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, exceto pelos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

Ativos Financeiros

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	396.401	396.401	2.253.210	2.253.210
Aplicações financeiras	3.411.146	3.411.146	-	-
Caixa restrito	35.742	35.742	26.018	26.018
Contas a receber de clientes	2.450.986	2.450.986	2.353.027	2.353.027
ANA	26.463	26.463	32.466	32.466
Outros ativos	246.110	246.110	194.178	194.178

Adicionalmente, a SABESP possui instrumentos financeiros ativos a receber de partes relacionadas, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 806.645 (R\$ 850.896 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram apurados de acordo com condições negociadas entre as partes relacionadas. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 11. Parte deste saldo, no montante de R\$ 732.391 (R\$ 747.579 em 31 de dezembro de 2019), refere-se a reembolso de complementação de aposentadoria e pensão - G0, indexado pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês. Esta taxa de juros se aproximava àquela praticada por títulos públicos federais (NTN-b), na data da transação, com prazo semelhante aos prazos das transações com partes relacionadas.

O acordo realizado com o município de Mauá foi classificado considerando a categoria de valor justo de Nível 3, devido ao fato desta transação não ser observável em condições de mercado, ou seja, os inputs não foram baseados em dados de mercado. Todas as transações recorrentes e não recorrentes realizadas pela Companhia, quando classificadas no Nível 3, são avaliadas por sua Controladoria, de forma a analisar os dados não observáveis e eventuais ajustes de avaliação.

Passivos Financeiros

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	17.258.624	17.702.649	13.244.709	13.937.611
Empreiteiros e fornecedores	263.741	263.741	369.631	369.631
Serviços a pagar	453.750	453.750	474.078	474.078
Compromisso Contratos de Programa	231.480	231.480	377.253	377.253
Parceria Público-Privada - PPP	3.175.273	3.175.273	3.293.980	3.293.980

- Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:
- (i) Os contratos com a CEF foram projetados até os seus vencimentos finais, à taxa média de juros acrescidas da TR x DI e ao prazo médio contratual, foram descontados a valor presente por uma taxa de captação específica para a Companhia em contratos similares, acrescidas da TR x DI, na data de encerramento das demonstrações financeiras. As taxas TR x DI foram obtidas na B3.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, ou pelas taxas equivalentes de mercado, ou dos títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- (iii) Financiamentos - BNDES são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP. Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, sendo que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.
- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da B3.
- (v) Os contratos com o BID e BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas + a taxa futura da Libor, sendo descontados a valor presente utilizando curva cupom cambial, obtida na B3, adicionada da LFT futura, divulgada pela ANBIMA no mercado secundário. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2020.
- (vi) Os contratos com a JICA foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, convertidos para a moeda dólar e descontados a valor presente utilizando a curva cupom cambial, obtida na B3, adicionada da LFT futura, divulgada pela ANBIMA no mercado secundário. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2020.
- (vii) Arrendamento mercantil e arrendamento mercantil IFRS 16 são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2020.
- Os instrumentos financeiros referentes às aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.
- Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, exceto quanto aos empréstimos e financiamentos, considerando os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, sua natureza e prazos de vencimento.

6 Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reconhecidos com base na experiência e outros fatores considerados relevantes, as quais afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados diferentes dos resultados reais.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro, que são revisadas tempestivamente. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

6.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A Companhia avaliou as principais políticas contábeis que envolvem julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas, e concluiu que não possui nenhuma com efeito significativo.

6.2 Principais fontes de incertezas nas estimativas

As áreas que requerem maior nível de julgamento e maior complexidade, bem como as quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas a seguir:

(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (vide Nota 10 (c)), com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida nas Notas 3.2 e 3.4.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e pelas expectativas de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa

A Companhia registra como ativos intangíveis os ativos decorrentes de contrato de concessão e estima o valor justo das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros. A grande maioria dos contratos de concessão de serviço firmados com o poder concedente é regulado por acordos de concessão de serviço nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, que nesse caso, é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis. Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão, Contratos de Prestação de Serviços e Contratos de Programa, nos casos em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com a vida útil do ativo ou período do contrato, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais na contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão descritas nas Notas 3.8 e 15.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, sendo que o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. Este fato juntamente com mudanças futuras na vida útil desses ativos intangíveis pode gerar impactos relevantes no resultado das operações.

(c) Obrigações Previdenciárias - Planos de Pensão

A Companhia patrocina plano de benefício definido e, também, de contribuição definida, descritos nas Notas 3.18 e 21.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação deste benefício é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. Os ativos e passivos tributários diferidos são reconhecidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos. Informações adicionais dos impostos diferidos estão descritas nas Notas 3.16 e 19.

(e) Provisões

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, ambientais e tributários são efetuadas conforme detalhado nas Notas 3.14 e 20. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem.

(f) Receita não faturada

O reconhecimento das receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com o faturamento médio. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.3 e 10.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa e bancos	74.033	176.497
Equivalentes de caixa	322.368	2.076.713
Total	396.401	2.253.210

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, os quais são representados, principalmente, por operações compromissadas, cotas de fundos (remunerados por CDI) e CDBs, cujos vencimentos originais ou a intenção de realização são inferiores a três meses, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2020 a remuneração média dos equivalentes de caixa correspondia a 95,82% do CDI (em 31 de dezembro de 2019 - 98,02%).

8 Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicação financeira em CDB, com liquidez diária as quais a Companhia não pretende utilizar nos próximos três meses, conforme quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2020
Banco BV	253.066
Banco Itaú S/A	354.296
Banco Bradesco S/A	506.136
Banco BTG Pactual S/A	354.299
Banco do Brasil S/A	1.943.349
	3.411.146

Em 31 de dezembro de 2020 a remuneração média dos equivalentes de caixa correspondia a 98,95% do CDI.

9 Caixa restrito

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	29.599	17.068
Caixa Econômica Federal - depósito judicial (ii)	272	2.245
Outros	5.871	6.705
	35.742	26.018

- (i) Refere-se ao valor deduzido do montante do repasse de 7,5% da receita auferida no Município para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, referente às eventuais inadimplências dos órgãos da administração direta, fundações e autarquias, conforme estipulado no Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo; e
- (ii) Refere-se à conta poupança destinada ao recebimento de depósitos judiciais sobre processos com trânsito em julgado a favor da Companhia, os quais ficam bloqueados conforme cláusula contratual.

10 Contas a receber de clientes

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Particulares:		
Clientes de rol comum (i) e rol especial (ii)	1.663.738	1.505.150
Acordos (iii)	398.367	378.341
	2.062.105	1.883.491
Entidades governamentais:		
Municipais	473.201	472.666
Federais	3.859	2.805
Acordos (iii)	333.740	277.047
	810.800	752.518
Por atacado - Prefeituras Municipais: (iv)		
Mogi das Cruzes	3.582	3.278
São Caetano do Sul	18.808	9.871
Total por atacado - Prefeituras Municipais	22.390	13.149
Fornecimento a faturar	713.310	745.884
Subtotal	3.608.605	3.395.042
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.157.619)	(1.042.015)
Total	2.450.986	2.353.027
Circulante	2.204.029	2.137.752
Não circulante	246.957	215.275
	2.450.986	2.353.027

- (i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas;
- (ii) Rol especial - grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (contratos de demanda firme, esgotos industriais, poços, entre outros);
- (iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros, conforme previstos nos acordos; e
- (iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais.

Acordo com o município de Mauá

Em 16 de junho de 2020 foi assinado um Termo de Ajuste para pagamento e recebimento de dívida, entre o Município de Mauá ("Mauá"), o Saneamento Básico do Município de Mauá (SAMA) e a SABESP, visando quitar a dívida existente do SAMA, mediante a transferência dos serviços de Saneamento para a SABESP, pelo prazo de 40 anos.

Nesta mesma data, o Estado de São Paulo, Mauá e a SABESP, celebraram o Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água no Município Mauá, pelo qual o Estado de São Paulo e Mauá



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

asseguraram à SABESP, o direito de explorar a prestação dos Serviços, pelo prazo de 40 anos. Em decorrência da assinatura do contrato de prestação de serviços, os valores devidos por Mauá e pelo SAMA, nos montantes históricos de R\$ 725.533 relativo ao contas a receber pela prestação de serviços de fornecimento de água no atacado e R\$ 85.918 relativo à indenização dos ativos devido à retomada dos serviços de água e esgoto pelo município em 1996, foram dados em troca da transferência dos serviços de abastecimento de água pelo período de 40 anos, cujo valor justo foi avaliado em R\$ 280.774. Como resultado desta transação houve o reconhecimento do correspondente ativo intangível em contrapartida ao resultado do exercício pelo valor justo do ativo recebido, tendo em vista que os ativos dados na troca não haviam sido reconhecidos por não atingirem os critérios para reconhecimento de receitas.

Em face da transferência dos serviços, a Companhia realizou um aporte de R\$ 2.500 para equacionamento dos custos administrativos decorrentes do encerramento das atividades do SAMA, que foi registrado no ativo intangível, por ser um custo necessário para a aquisição da concessão, em contrapartida ao passivo circulante.

Está previsto contratualmente repasse trimestral de 4% (quatro por cento) da arrecadação obtida no trimestre pela SABESP no Município, deduzida de Cofins/Pasep, da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização da ARSESP - TRCF e eventuais encargos que vierem a incidir sobre a receita, a serem pagos em até 30 dias após a publicação dos resultados financeiros trimestrais da SABESP. O início destes repasses ocorrerá a partir do início das operações.

Os créditos em juízo, na forma de precatórios, serão mantidos como garantia de fiel cumprimento do Termo de Ajuste e serão reduzidos conforme prazo do Contrato.

A mensuração do valor justo da transação com Mauá foi classificada como valor justo de nível 3, em seu reconhecimento inicial, utilizando-se a técnica do fluxo de caixa descontado considerando o valor presente de tais fluxos de caixa líquidos esperados na prestação dos serviços de abastecimento de água pelo prazo de 40 anos, levando em consideração as seguintes principais premissas:

- Tarifa média e volume médio de água e esgoto por economia com base no histograma de consumo do SAMA, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2018;
- Receitas indiretas com base nos dados históricos dos municípios operados pela SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
- Custo médio unitário da Região Metropolitana de São Paulo com sinergia, em função de economias de escala e pelo aproveitamento de estruturas já existentes na SABESP (administrativas e operacionais);
- Custos com pessoal - nos dois primeiros anos foi considerada cobertura do pagamento dos funcionários cedidos pelo SAMA;
- Custos e Investimentos no sistema integrado metropolitano de abastecimento rateados com base no volume de água fornecido ao município;
- Investimentos exclusivos do município seguindo o Plano Municipal de Saneamento;
- Investimentos complementares a serem realizados pelo município e pagos pela SABESP, correspondentes a 4% da receita líquida a partir do 1º ano; e
- Taxa de desconto do fluxo de caixa projetado - 8,11% ao ano (WACC).

A Companhia iniciou a operação em Mauá em novembro de 2020.

(b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valores a vencer	1.793.104	1.762.606
Vencidos:		
Até 30 dias	340.760	330.488
Entre 31 e 60 dias	177.103	164.913
Entre 61 e 90 dias	120.488	86.765
Entre 91 e 120 dias	88.323	58.971
Entre 121 e 180 dias	113.060	81.003
Entre 181 e 360 dias	82.365	33.206
Acima de 360 dias	893.402	877.090
Total vencidos	1.815.501	1.632.436
Total	3.608.605	3.395.042

O acréscimo no saldo vencido refere-se, principalmente, ao aumento na inadimplência dos clientes particulares.

(c) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo no início do exercício	1.042.015	1.099.442
Adições	176.776	54.064
Recuperações	(61.172)	(111.491)
Saldo no final do exercício	1.157.619	1.042.015

Reconciliação das perdas estimadas / históricas no resultado	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Baixas	(329.512)	(179.929)
(Perdas)/reversão com entidades estaduais - partes relacionadas	290	(5.597)
(Perdas) com particular/entidades públicas	(176.776)	(54.064)
Recuperações	61.172	111.491
Valor contabilizado como despesa (Nota 29)	(444.826)	(128.099)

As despesas com perdas estimadas passaram de R\$ 128.099 no exercício de 2019 para R\$ 444.826 no exercício de 2020 devido à elevação do nível de inadimplência em decorrência da instabilidade econômica do país agravada pela COVID-19.

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais do total da receita.

11 Saldos e transações com partes relacionadas

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receita e despesas com o Estado de São Paulo

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de saneamento (i)	109.078	131.851
Perdas estimadas (i)	(39.127)	(39.417)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Fluxo mensal (pagamentos) (ii) e (vi)	22.726	31.584
- Acordo GESP - 2015 (iv)	75.377	68.888
Total do circulante	168.054	192.906
Não circulante:		
Acordo de parcelamento de serviços de saneamento	4.303	10.883
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Acordo GESP - 2015 (iv)	634.288	647.107
Total do não circulante	638.591	657.990
Total de recebíveis do acionista	806.645	850.896
Ativos:		
Prestação de serviços de saneamento	74.254	103.317
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0)	732.391	747.579
Total	806.645	850.896
Passivos:		
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	116.180	401.963

	2020	2019
Receita de serviços de saneamento	501.756	556.574
Recebimentos de partes relacionadas	(520.881)	(546.365)
Recebimento de reembolso referente à Lei nº 4.819/1958	(173.874)	(152.112)

- (i) Serviços de saneamento
A Companhia presta serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Governo do Estado de São Paulo e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas no item (iii) desta Nota.
O montante de R\$ 39.127 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 39.417 em 31 de dezembro de 2019), estavam reconhecidos como perdas estimadas.
- (ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos
Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/1958 ("Benefícios") pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas, denominados G0.
Nos termos do Acordo referido em (iii), o Estado de São Paulo reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE, fundado na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).
Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo Estado de São Paulo dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.
Informações adicionais sobre o plano G0 constam na Nota 21 (b) (ii).
Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos é da SABESP.
- (iii) Acordo GESP
Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o Estado de São Paulo (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda e Planejamento) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), com a intervenção da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças (Acordo GESP), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o Estado de São Paulo e a Companhia relacionadas aos serviços de saneamento, bem como aos benefícios de aposentadoria. Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiapuêba, Jundiá, Ariritiba Mirim, Paraitinga e Ponte Nova (Reservatórios), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios seriam transferidos à Companhia pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o Estado de São Paulo. No entanto, o Ministério Público do Estado de São Paulo questiona a validade jurídica desse acordo, cujos argumentos principais são a falta de licitação e a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Há decisão desfavorável para a SABESP ainda não transitada em julgado. Informações adicionais constam no item (iv) a seguir.
Em 22 de março de 2004, foi assinado o primeiro aditamento ao Acordo GESP, equacionando os valores devidos pelo Estado de São Paulo por serviços prestados de fornecimento de água e esgotamento sanitário, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004 e formalmente autorizando a

compensação de valores devidos pelo Estado de São Paulo com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Estado de São Paulo em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004 e definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Estado de São Paulo pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo GESP original concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, sendo que em dezembro de 2012 foi realizado o pagamento da última parcela.

O Estado de São Paulo, a SABESP e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, por meio do qual o Estado de São Paulo confessou dever à SABESP o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A SABESP aceitou, provisoriamente, os Reservatórios como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao Estado de São Paulo quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios no sistema Alto Tietê. O saldo devedor restante de R\$ 218.967 foi totalmente liquidado em 2018.

A Companhia não havia reconhecido em suas Demonstrações Financeiras, o valor a receber de R\$ 696.283 dos Reservatórios, tendo em vista a incerteza relacionada à transferência dos mesmos pelo Estado de São Paulo. Em março de 2015, a SABESP e o Estado de São Paulo assinaram acordo para a realizar o pagamento dos reservatórios no montante de R\$ 696.283 (mais informações no item (iv) dessa Nota).

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado de São Paulo deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

(iv) Acordo GESP 2015

Em 18 de março de 2015 a Companhia, o Estado de São Paulo, e o DAEE, com interveniência da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram Termo de Acordo no valor de R\$ 1.012.310, sendo R\$ 696.283 referentes ao valor principal do Valor Incontroverso mencionado no item (iii) e R\$ 316.027 referentes à correção monetária do principal até fevereiro de 2015.

O valor principal será pago em 180 parcelas, da seguinte forma:

- As primeiras vinte e quatro parcelas foram quitadas mediante a transferência de 2.221.000 ações preferenciais de emissão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), no valor total de R\$ 87.174, com base no preço de fechamento das ações em 17 de março de 2015, as quais foram vendidas em 20 de abril de 2016; e
- O valor de R\$ 609.109 que será pago em 156 parcelas mensais, foi atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos, em 5 de abril de 2017. A partir desta data, as parcelas estão sendo atualizadas pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês.

Considerando que a ação que contesta a possibilidade de transferência dos reservatórios não foi transitada em julgado, o acordo prevê, ainda, as seguintes situações:

- Caso haja possibilidade de transferência e os Reservatórios efetivamente sejam transferidos para a SABESP com registro em cartório, a SABESP reembolsará ao Estado de São Paulo os valores pagos em substituição aos Reservatórios (Valor Principal) por meio de 60 parcelas mensais atualizadas pelo IPCA até a data de pagamento de cada parcela; e
- Caso não se efetive a transferência dos Reservatórios, o Estado de São Paulo pagará à SABESP, em adição ao Valor Principal, o crédito de correção monetária de R\$ 316.027, parcelado em 60 vezes, iniciando-se esses pagamentos ao final do parcelamento do Valor Principal. O valor será atualizado pelo IPCA para a data de início dos pagamentos e, a partir desta data, incidirá atualização monetária - IPCA, mais 0,5% de juros simples ao mês sobre o valor de cada parcela.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber era de R\$ 75.377 no ativo circulante (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 68.888) e R\$ 634.288 no ativo não circulante (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 647.107).

(v) Valores Controversos

Como já mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado de São Paulo assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei nº 4.819/1958, de responsabilidade originária do Estado, mas pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao Valor Controverso dos benefícios previstos na Lei nº 4.819/1958. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos. Contudo, os últimos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 4 e 22 de setembro de 2009 e em 4 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como Valor Controverso. Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

Dando continuidade às ações que objetivam recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Estado de São Paulo, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da B3; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 9 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4.819/1958, com o objetivo de equacionar, em definitivo, o aludido Valor Controverso em discussão entre a Companhia e o Estado de São Paulo. A despeito da ação judicial, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a Companhia e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a SABESP possuía valores controversos com o Estado de São Paulo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei nº 4.819/1958), nos montantes de R\$ 1.281.409 e R\$ 1.195.217, respectivamente, sendo que para tais valores foram constituídas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

(vi) Passivo atuarial

A Companhia reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários, aposentados e pensionistas do Plano G0. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 2.549.541 e R\$ 3.046.255, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, ver Nota 21 (b).

(b) Utilização de Reservatórios - EMAE

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A - EMAE pretendia o recebimento de crédito e compensação financeira pelas alegadas perdas passadas e futuras de geração de energia elétrica em decorrência da captação de água e compensação pelos custos já incorridos e a incorrer com a operação, a manutenção e a fiscalização dos reservatórios Guarapiranga e Billings que a SABESP utiliza em suas operações.

Em 28 de outubro de 2016, foi assinado um acordo consubstanciado em um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças, visando o encerramento definitivo de litígios e a SABESP continuará utilizando os reservatórios.

O saldo desse acordo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 17.255 e R\$ 73.660 (em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 16.653 e R\$ 87.231), registrados nas rubricas de "Outras obrigações", no passivo circulante e não circulante, respectivamente. Em 2020 foi pago o montante de R\$ 18.813.

(c) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais que aderirem ao Programa de Uso Racional de Água (PURA)

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado de São Paulo que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(d) Aval

O Estado concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado.

(e) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao Estado de São Paulo

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, sendo que os gastos são integralmente cobrados. Em 2020, os gastos com os empregados cedidos pela SABESP a outras entidades estaduais somaram R\$ 2.108 (em 2019 - R\$ 4.881). Os gastos com funcionários de outras entidades à disposição da Companhia em 2020 e 2019, somaram R\$ 13 e R\$ 139, respectivamente.

(f) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 3.613 relativo a terrenos e estruturas cedidas em comodato.

(g) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido (Plano G1), operado e administrado pela SABESPREV. O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 319.053 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 314.677), conforme Nota 21 (b).

(h) Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal

A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração, dos Diretores, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê Auditoria das Sociedades de Economia Mista controladas pelo Estado de São Paulo obedece às diretrizes do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) e é fixada em Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do Artigo 152 da Lei das S.A.

O CODEC estabelece que nas empresas de capital aberto e listadas no segmento Novo Mercado da B3, controladas pelo Estado, a proposta de remuneração global e individual dos órgãos estatutários deve ser elaborada pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social da Companhia, no âmbito da Política Institucional de Remuneração e submetida à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a Diretoria Colegiada recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano. A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos Administradores com a Companhia é de natureza estatutária. Benefícios pagos apenas aos Diretores – vale refeição, vale alimentação, assistência médica, previdência privada, descanso anual (com característica de licença remunerada de 30 (trinta) dias corridos, com pagamento adicional correspondente a um terço dos honorários mensais por ocasião do referido descanso), e FGTS.

A SABESP paga bônus para fins de remuneração de seus diretores, de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, como política motivacional, desde que a Companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Os bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal dos Administradores, nem 10% dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia, prevalecendo o que for menor.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Administração e do Conselho Fiscal foram de R\$ 6.426 e R\$ 5.344 para os anos de 2020 e de 2019, respectivamente.

Uma quantia adicional de R\$ 1.439 e R\$ 1.348, referente ao programa de bônus dos diretores, foi registrada no ano de 2020 e de 2019, respectivamente.



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

(i) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), nas quais não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias não havendo capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos. Desta forma, estas SPEs são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto. A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com a SPE Aquapolo Ambiental S/A, com o objetivo de financiar as operações dessa empresa, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de principal e juros deste contrato era de R\$ 9.420 e R\$ 23.866, contabilizado no ativo circulante e ativo não circulante da Companhia, respectivamente, na rubrica “Outros ativos” (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 34.992, no ativo não circulante), sendo os juros calculados à taxa de CDI + 1,2% ao ano. Em 27 de janeiro de 2020 houve o recebimento de R\$ 3.000, sendo R\$ 1.231 para a amortização do principal e R\$ 1.769 para amortização dos juros. Este contrato originalmente venceu em 30 de abril de 2015, tendo sido prorrogado para 30 de outubro de 2015, e em 25 de novembro de 2015 foi realizado novo aditamento alterando o cronograma de pagamento para três parcelas anuais, vencendo-se a primeira em 30 de dezembro de 2021 e a última em 30 de dezembro de 2023.

(j) Programa Se Liga na Rede

O Governo do Estado de São Paulo sancionou a Lei Estadual nº 14.687/2012, criando o Programa Pró-conexão, destinado a subsidiar financeiramente a execução de ramais intradomiciliares necessária à efetivação de ligações às redes coletoras de esgoto, em domicílios de famílias de baixa renda que concordem em aderir ao programa. Os gastos com o programa, exceto custos indiretos, margem de construção e custos de financiamentos, serão custeados com 80% dos recursos oriundos do Estado de São Paulo e os 20% restantes investidos pela SABESP, que também é responsável pela execução das obras. Até 31 de dezembro de 2020 o valor total com o programa foi de R\$ 130.436 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 117.272), sendo que em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia saldo a receber com partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2020 estava registrado o montante de R\$ 78.262 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 65.099) no grupo de intangível e foi reembolsado pelo Estado de São Paulo o montante de R\$ 52.174 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 52.174) do início do programa até 31 de dezembro de 2020.

12 Investimentos

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE) e, embora a participação da SABESP no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão não havendo, no entanto, capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos, indicando controle compartilhado participativo (*joint venture* ou “negócios em conjunto” - CPC 19 (R2)).

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial nas seguintes investidas:

(a) Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a empresa Sesamm - Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A foi constituída com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 30 de outubro de 2019 houve a transferência de ações da ECS para a GS Inima Brasil, após a efetivação da compra a SABESP continua com 36% das ações e a GS Inima passou a 64%.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

(b) Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a empresa Águas de Andradina S/A foi constituída com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no município de Andradina.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da empresa era de R\$ 17.936, divididos em 17.936.174 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária e a Iguaú 70%. A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Águas de Andradina, a título de contra garantia pela emissão das Cartas de Fiança junto ao BNDES.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

(c) Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a empresa Águas de Castilho foi constituída com objeto social de prestar serviços de água e esgoto no município de Castilho.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da empresa era de R\$ 2.785, divididos em 2.785.227 ações nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária e a Iguaú 70%.

A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Águas de Castilho, a título de contra garantia pela emissão das Cartas de Fiança junto ao BNDES.

As operações foram iniciadas em janeiro de 2011.

(d) Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, a empresa Attend Ambiental S/A foi constituída com o objeto social de implantar e operar de uma estação de pré-tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e exterior.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da empresa era de R\$ 37.677, divididos em 37.677.245 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 45% de participação acionária e a Estre detém 55%.

As operações foram iniciadas em dezembro de 2014.

(e) Aquapolo Ambiental

Em 8 de outubro de 2009, a empresa Aquapolo Ambiental foi constituída com objeto social de produzir, fornecer e comercializar de água de reúso para a Quattor Química S/A; Quattor Petroquímica S/A; Quattor Participações S/A e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico de Capuava e da região do ABC paulista.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

A Companhia cede como garantia ao empréstimo adquirido por meio de emissão de debêntures, o penhor de 100% de sua participação nas ações da Aquapolo Ambiental S/A.

As operações foram iniciadas em outubro de 2012.

(f) Paulista Geradora de Energia

Em 13 de abril de 2015, a Companhia adquiriu ações da Empresa Paulista Geradora de Energia S/A, em sociedade com a Servtec Investimentos e Participações Ltda. (Servtec) e a Tecnipian Engenharia e Comércio Ltda. (Tecnipian), cujo objeto social é a implantação e exploração comercial de potenciais hidráulicos em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), localizadas na ETA Guaraú e Vertedouro Cascata.

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da empresa era de R\$ 8.679, divididos em 8.679.040 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 25% de participação acionária, a Servtec detém 37,5% e a Tecnipian detém 37,5%.

Saneaqua Mairinque

Em 14 de junho de 2010, a empresa Saneaqua Mairinque S/A foi constituída com prazo de duração indeterminado, cujo objeto é a exploração do serviço público de água e esgoto do município de Mairinque.

Em 20 de agosto de 2020, a investida Saneaqua Mairinque realizou Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 21.944, mediante a emissão de 17.178.988 ações. A SABESP renunciou ao seu direito de preferência na participação desse aumento de capital, de forma que as ações emitidas na data em função do aumento de capital foram todas subscritas pela acionista BRK Ambiental, resultando na diluição da participação da SABESP na investida. Dessa forma, a SABESP descontinuou o uso do método de equivalência patrimonial e considerou este ativo financeiro na data da transação pelo valor justo no montante de R\$ 5.734. Os valores relativos ao resultado da equivalência patrimonial foram contabilizados até julho de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da empresa era de R\$ 26.127, divididos em 20.320.227 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 4,6% de participação acionária e a BRK 95,4%.

A Companhia cede como garantia de financiamento obtido pela Saneaqua Mairinque, o penhor de 100% de sua participação nas ações referida empresa.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

O quadro a seguir apresenta o resumo das demonstrações financeiras das investidas nas quais a Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial:

	Patrimônio líquido		Dividendos distribuídos		Resultado do exercício	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	2020	2020	(*)	2019
Sesamm	51.514	45.923	(1.741)	7.332	-	4.418
Águas de Andradina	29.576	30.065	(1.267)	3.403	(2.625)	7.271
Águas de Castilho	8.533	7.242	(322)	1.600	13	1.767
Saneaqua Mairinque¹	4.013	4.783	-	(770)	-	(871)
Attend Ambiental	11.409	7.486	-	3.958	(35)	(18.217)
Aquapolo Ambiental	41.903	37.772	(15.000)	19.131	-	16.283
Paulista Geradora de Energia	6.692	7.144	-	(452)	-	(481)

	Investimentos		Dividendos distribuídos	Outros resultados abrangentes		Reclassificação	Resultado de equivalência patrimonial			Percentual de participação	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019		2020	2020		2020	(*)	2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Sesamm	18.546	16.533	(627)	-	-	-	2.640	-	1.591	36%	36%
Águas de Andradina	8.873	9.020	(380)	-	-	-	1.020	(787)	2.181	30%	30%
Águas de Castilho	2.560	2.172	(97)	-	-	-	481	4	529	30%	30%
Saneaqua Mairinque²	-	1.434	-	17	(1.203)	(248)	-	-	(262)	4,6%	30%
Attend Ambiental	5.134	3.369	-	-	-	1.781	(16)	-	(8.198)	45%	45%
Aquapolo Ambiental	20.532	18.508	(7.350)	-	-	9.374	-	-	7.979	49%	49%
Paulista Geradora de Energia	1.673	1.786	-	-	-	(113)	-	-	(119)	25%	25%
Total	57.318	52.822	(8.454)	17	(1.203)	14.935	(799)	3.701			
Outros investimentos	6.099	365									
Total geral	63.417	53.187									

(*) Os montantes apresentados se referem a movimentações no Patrimônio Líquido das investidas, em razão de suas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, terem sido divulgadas após a divulgação das demonstrações financeiras da SABESP.

(¹) Os dados apresentados relativos ao ano de 2020 referem-se a data de 31 de julho de 2020.

(²) Em 20 de agosto de 2020, a investida Saneaqua Mairinque realizou Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 21.944, mediante a emissão de 17.178.988 ações. A SABESP renunciou ao seu direito de preferência na participação desse aumento de capital, de forma que as ações emitidas na data em função do aumento de capital foram todas subscritas pela acionista BRK Ambiental, resultando na diluição da participação da SABESP na investida. Dessa forma, a SABESP descontinuou o uso do método de equivalência patrimonial e considerou este ativo financeiro na data da transação pelo valor justo no montante de R\$ 5.734 reconhecido na rubrica “Outros investimentos”. Os valores relativos ao resultado da equivalência patrimonial foram contabilizados até julho de 2020.

13 Propriedades para Investimento

	31 de dezembro de 2019	Transferência	Depreciação	31 de dezembro de 2020
Propriedades para investimento	47.562	(1.240)	(48)	46.274

	31 de dezembro de 2018	Transferência	Depreciação	31 de dezembro de 2019
Propriedades para investimento	47.620	(9)	(49)	47.562

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o valor de mercado destas propriedades era de aproximadamente R\$ 383.000 e R\$ 386.000, respectivamente.

14 Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPD 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo estiver na fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização. Para mais informações referentes à capitalização de juros e margem de

construção, registrados durante a fase de construção, vide Nota 15.

	31 de dezembro de 2019	Adições (i)	Transferências	Transferências de obras para o intangível (ii)	31 de dezembro de 2020 (iii)
Total Ativo de contrato	7.617.714	3.984.158	55.706	(3.688.414)	7.969.164

	31 de dezembro de 2018	Adições	Baixas	Transferências	Transferências de obras para o intangível	31 de dezembro de 2019
Total Ativo de contrato	7.407.948	3.532.283	(4.910)	10.710	(3.328.317)	7.617.714

(i) As maiores adições do período estão localizadas nos municípios de São Paulo, Praia Grande e São Bernardo do Campo nos montantes de R\$ 1.676 milhões, R\$ 284 milhões e R\$ 228 milhões, respectivamente.

(ii) As maiores transferências do período estão localizadas nos municípios de São Paulo, Guarulhos, Cotia e Praia Grande, nos montantes de R\$ 1.414 milhões, R\$ 173 milhões, R\$ 117 milhões e R\$ 115 milhões, respectivamente.

(iii) As maiores obras estão localizadas nos municípios de São Paulo, Praia Grande e São Bernardo do Campo, nos montantes de R\$ 3.727 milhões, R\$ 527 milhões e R\$ 496 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo de contrato incluía o montante de R\$ 276.893 reconhecido como arrendamento (R\$ 276.893 em 31 de dezembro de 2019). Os arrendamentos fazem parte do custo das obras, porém estas ainda se encontram em andamento.

15 Intangível

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão - valor patrimonial	671.904	(188.129)	483.775	2.066.459	(571.606)	1.494.853
Contratos de concessão - valor econômico	1.446.261	(711.596)	734.665	1.334.531	(621.679)	712.852
Contratos de programa	23.160.119	(6.799.812)	16.360.307	19.413.768	(5.594.068)	13.819.700
Contratos de programa - compromissos	1.709.757	(338.834)	1.370.923	1.651.434	(286.559)	1.364.875
Contrato de prestação de serviços - São Paulo	20.579.676	(5.707.072)	14.872.604	19.217.091	(4.826.328)	14.390.763
Licença de uso de software	978.085	(437.460)	540.625	829.739	(358.033)	471.706
Direito de uso - Outros ativos	141.782	(99.106)	42.676	113.233	(42.535)	70.698
Total	48.687.584	(14.282.009)	34.405.575	44.626.255	(12.300.808)	32.325.447

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2019	Adições	Renovação de contratos	Transferência de ativo de contrato	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2020
Intangíveis decorrentes de:								
Contratos de concessão - valor patrimonial (*)	1.494.853	1	(1.031.830)	47.154	1.440	(858)	(26.985)	483.775
Contratos de concessão - valor econômico	712.852	-	-	113.320	(1.403)	(42)	(90.062)	734.665
Contratos de programa (*)	13.819.700	303.472	1.031.830	2.075.268	(51.570)	(5.423)	(812.970)	16.360.307
Contratos de programa - compromissos	1.364.875	58.323	-	-	-	-	(52.275)	1.370.923
Contrato de prestação de serviços - São Paulo	14.390.763	20.940	-	1.382.656	(23.645)	(9.990)	(888.120)	14.872.604
Licença de uso de software	471.706	-	-	70.016	78.169	-	(79.266)	540.625
Direito de uso - Outros ativos	70.698	28.549	-	-	-	-	(56.571)	42.676
Total	32.325.447	411.285	-	3.688.414	2.991	(16.313)	(2.006.249)	34.405.575

(*) Em 31 de dezembro de 2020, as rubricas Contratos de concessão - valor patrimonial e Contratos de Programa, incluíam arrendamentos nos montantes de R\$ 76.454 e R\$ 193.107, respectivamente.

	31 de dezembro de 2018	Adoção inicial IFRS 16	Adições	Renovação de contratos	Transferência para indenização a receber	Transferência de ativo de contrato	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2019
Intangíveis decorrentes de:									
Contratos de concessão - valor patrimonial (*)	4.073.344	-	2	(2.690.660)	(4.345)	131.809	76.804	(83.790)	1.494.853
Contratos de concessão - valor econômico	1.232.009	-	2.034	(532.173)	-	89.041	1.956	(569)	712.852
Contratos de programa (*)	8.777.929	-	1.338.443	3.223.773	-	970.534	137.283	(10.312)	13.819.700
Contratos de programa - compromissos	1.079.551	-	331.328	-	-	-	-	-	1.364.875
Contrato de prestação de serviços - São Paulo	13.391.452	-	3.867	(940)	-	2.054.940	(228.583)	(20.739)	14.390.763
Licença de uso de software	458.175	-	-	-	-	81.993	(991)	-	471.706
Direito de uso - Outros ativos	-	64.955	48.278	-	-	-	-	-	70.698
Total	29.012.460	64.955	1.723.952	-	(4.345)	3.328.317	(13.531)	(39.931)	32.325.447

(*) Em 31 de dezembro de 2019, as rubricas Contratos de concessão - valor patrimonial e Contratos de Programa, incluíam arrendamentos nos montantes de R\$ 87.266 e R\$ 205.558, respectivamente.



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

- Em 2020 a Companhia renovou contrato de programa com os municípios de Bragança Paulista, Cubatão, Ilhabela, Jandira, Joanópolis, Lupércio, Meridiano, Paulínia, Pinhalzinho, Piracaia, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Ubatuba, Vargem Grande Paulista e Pedrinhas Paulista, sendo que todos esses contratos têm prazo por 30 anos.
- A Companhia assinou contrato com os municípios de Tapiratiba e Tejuapá em outubro de 2019 e março de 2020, e iniciou a operação em abril e setembro de 2020, pelo prazo de 30 e 40 anos, respectivamente.
- Além dos municípios mencionados acima, houve a assinatura do contrato com o município de Mauá em junho de 2020, pelo prazo de 40 anos, e iniciou a operação em novembro de 2020.
- Em 30 de junho de 2020, foi assinado contrato para a prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos e arrecadação de taxa do lixo no Município de Diadema pelo prazo de 40 anos. A prestação dos serviços de arrecadação da taxa do lixo nas contas de consumo de água e esgoto, teve início em 1º de janeiro de 2021. Os serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos estão em fase de estudo sobre o melhor formato para a operacionalização, estando condicionado, conforme previsão contratual a uma parceria entre a SABESP e um privado, a qual ocorrerá por meio de chamamento público.
- (c) **Intangíveis decorrentes de contratos de concessão**
- A Companhia opera contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em sua maioria, fundamentada em contratos que estabelecem direitos e deveres relativos à exploração dos bens relacionados à prestação de serviço público (ver Nota 3.8 (a)). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.
- Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia operava em 375 municípios no Estado de São Paulo (em 31 de dezembro de 2019 - 372). A maioria desses contratos tem duração de 30 anos, exceto os contratos com os municípios de Guarulhos, Mauá, Mogi das Cruzes, Santo André, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista e Tejuapá, que foram firmados pelo prazo de 40 anos.
- A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).
- Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:
- (i) Contratos de concessão - valor patrimonial
- Referem-se a municípios assumidos até o ano de 2006, exceto municípios assumidos pelo valor econômico, através de laudo de avaliação patrimonial efetuado por peritos independentes. A amortização dos ativos é calculada de acordo com o método linear, que considera a vida útil dos bens.
- (ii) Contratos de concessão - valor econômico
- No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas às novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.
- O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.
- A amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos ou pela vida útil dos bens adjacentes (dos dois o menor) de concessão pelo método linear.
- (iii) Contratos de programa
- Refere-se à renovação dos contratos antigamente denominados contratos de concessão, cujo objetivo é a prestação de serviços de saneamento. A amortização dos ativos adquiridos até as datas das assinaturas dos contratos de programa é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Os ativos adquiridos ou construídos após as datas das assinaturas dos contratos de programa são amortizados durante o período do contrato (em sua maioria por 30 anos) ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.
- (iv) Contratos de programa - Compromissos
- A partir do marco regulatório de 2007 as renovações dos contatos passaram a ser realizadas por meio de contratos de programa. Em alguns desses contratos de programa, a Companhia assumiu o compromisso de participar financeiramente em ações socioambientais. Os bens construídos e compromissos financeiros assumidos dentro dos contratos de programa são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa, os quais, em sua maioria são de 30 anos.
- Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os valores ainda não desembolsados estavam registrados na rubrica “Compromissos contratos de programa”, no passivo circulante, nos montantes de R\$ 162.541 e R\$ 273.932, respectivamente e no passivo não circulante, nos montantes de R\$ 68.939 e R\$ 103.321, respectivamente. Foi utilizada a taxa de 8,11% ao ano (WACC), para cálculo do ajuste a valor presente dos contratos assinados em 2020.
- (v) Contratos de prestação de serviços - Município de São Paulo
- Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou com o Estado e o Município de São Paulo um Contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.
- Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o Convênio entre o Estado e Município, com intervenção da SABESP e anuência da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), cujos principais aspectos são os seguintes:
1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de ser remunerada por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;
5. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos, no que tange à execução da SABESP, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal, e Metropolitano, quando for o caso. O Plano de Investimentos será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;
6. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição contratual. Este valor corresponde a 7,5% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e da inadimplência do período, reconhecido contabilmente no resultado, como custo operacional;
7. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e
8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.
- Com relação à recuperação, por meio de tarifa, mencionada no item 6 acima, do repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, a ARSESP editou em abril de 2013 a Deliberação nº 413, adiando a aplicação da Deliberação nº 407 e postergando, até a conclusão do processo de revisão tarifária, o repasse na fatura dos serviços os valores referentes aos encargos municipais que estava estipulado na Deliberação nº 407. O adiamento da aplicação da Deliberação nº 407 se deveu à solicitação do Estado de São Paulo para estudar, entre outras coisas, métodos de redução nos impactos aos consumidores.
- Em 18 de abril de 2014, foi publicada a Deliberação ARSESP nº 484 apresentando o resultado definitivo da Revisão Tarifária da SABESP, porém tanto a Prefeitura Municipal de São Paulo, através do Ofício nº 1.309/2014-SGM/GAB, como o Estado de São Paulo, por meio de requerimento apresentado pela Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, através do ofício ATG/Ofício nº 092/2014-CC, solicitaram a prorrogação dos efeitos da Deliberação ARSESP nº 413, publicada no DOE em 20 de março de 2013, até a conclusão da revisão do Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Estado de São Paulo e a SABESP.
- Por meio da Deliberação nº 488, de 7 de maio de 2014, a ARSESP manteve a suspensão da eficácia da Deliberação ARSESP nº 407, publicada em 22 de março de 2013, até serem conhecidos os resultados obtidos na revisão do Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Estado de São Paulo e a SABESP, postergando assim a autorização para o repasse na fatura dos serviços dos valores referentes aos encargos municipais, legalmente estabelecidos, que, por força dos Contratos de Programa e Contratos de Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, devem ser considerados na Revisão Tarifária.
- O contrato com o Município de São Paulo representa 44,58% da receita de serviços de saneamento da Companhia em 31 de dezembro de 2020 (44,48% em 31 de dezembro de 2019) o qual garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP.
- A Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes até a data da assinatura do Contrato, relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou as referidas contas, que estão reconhecidas nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.
- (d) **Capitalização de juros e demais encargos financeiros**
- Em 2020, a Companhia capitalizou juros e variação monetária e cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 238.330 (em 2019 - R\$ 233.251), durante o período de construção.
- (e) **Margem de construção**
- A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta.
- Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso, a margem implícita para cobrir os custos de administração e a assunção do risco primário, é menor. Em 2020 e 2019 a margem apurada foi de 2,3%.
- O valor da margem de construção para o ano de 2020 e de 2019 foi de R\$ 86.477 e R\$ 65.172, respectivamente.
- (f) **Desapropriações**
- Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.
- Os custos dessas desapropriações são registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. Em 2020, o total referente às desapropriações foi de R\$ 33.136 (em 2019 - R\$ 34.681).
- (g) **Parceria Público-Privada - PPP**
- A SABESP possui transações relacionadas às PPPs mencionadas a seguir. Estas transações e suas respectivas garantias e obrigações estão suportadas em contratos efetuados com base na Lei nº 11.079/2004.
- Sistema Produtor Alto Tietê**
- A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A (atual SPAT Saneamento S/A), formada pelas empresas Galvão Engenharia S/A e Companhia Águas do Brasil - CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.
- O contrato de prestação de serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou-se em outubro de 2011.
- Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor contábil registrado no intangível, relacionado a esta PPP, era de R\$ 287.645 e R\$ 348.586, respectivamente. Em 2020 e 2019 foi utilizada a taxa de desconto de 8,20% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato.

A SABESP cede mensalmente à sociedade de propósito específico CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S/A, recursos provenientes da arrecadação tarifária pela prestação dos serviços, no valor de R\$ 12.064, correspondente ao valor da remuneração mensal. O valor indicado acima é reajustado anualmente pelo IPC - FIPE e transita mensalmente em conta vinculada, conforme procedimento operacional constante nos contratos. No caso de não haver inadimplemento nas obrigações mensais da SABESP com a SPE, os recursos da conta vinculada são liberados para livre movimentação.

A garantia está efetiva desde o início da operação, e valerá até o término, rescisão, intervenção, encampação, caducidade da Concessão Administrativa, ou demais hipóteses de extinção previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável às concessões administrativas, inclusive na hipótese de falência ou extinção da SPE.

Sistema Produtor São Lourenço

A Companhia e a sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A, formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A, assinaram em agosto de 2013, os contratos de Parceria Público-Privada do Sistema Produtor São Lourenço.

Em maio de 2018, foi concluída a transferência da controladora acionária da sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A para a CGGC Construtora do Brasil Ltda., anteriormente formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A.

O contrato tem como objetivo: (i) a construção de um sistema produtor de água que consiste principalmente de uma adutora de água que interligará Ibiúna a Barueri e de estação de captação de água em Ibiúna, estação de tratamento de água em Vargem Grande Paulista e reservatórios de água; e (ii) a prestação de serviços com prazo de 25 anos, com o propósito de prestação de serviços de operação do sistema de desidratração, secagem e disposição final do lodo, manutenção e obras do Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço.

As obras foram iniciadas em abril de 2014 e a PPP - Sistema Produtor São Lourenço (SPSL) entrou em operação definitiva em 10 de julho de 2018.

Desde o início das operações, a Companhia cede mensalmente à sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A, recursos provenientes da arrecadação tarifária pela prestação dos serviços, no valor de R\$ 34.380, correspondente ao valor da remuneração mensal, acrescida de eventuais juros e encargos. Esse valor é reajustado anualmente pelo IPC - FIPE e transita mensalmente em conta vinculada, conforme procedimento operacional constante nos contratos. No caso de não haver inadimplemento nas obrigações mensais da Companhia com a SPE, os recursos da conta vinculada são liberados para livre movimentação.

A garantia passará a ser efetivada a partir do início da operação adequada do sistema contando com o devido aceite pela SABESP, e valerá até a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro: (i) data de pagamento original da última parcela de juros/amortização do financiamento principal que a SPE vier a contrair para a consecução das obras; (ii) término, rescisão, intervenção, encampação, caducidade da Concessão Administrativa, ou demais hipóteses de extinção previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável às concessões administrativas, inclusive na hipótese de falência ou extinção da SPE.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor contábil registrado no intangível, relacionado a esta PPP, era de R\$ 3.065.445 e R\$ 3.235.008, respectivamente. A contabilização do ativo intangível foi apropriada de acordo com a evolução física da obra e a contrapartida é a conta Parceria Público-Privada - PPP, no passivo. Em 2020 foi utilizada a taxa de desconto de 7,80% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato. As obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão demonstradas no quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo
Alto Tietê	59.429	149.726	209.155	44.003	208.217	252.220
São Lourenço	70.778	2.895.340	2.966.118	66.288	2.975.472	3.041.760
Total	130.207	3.045.066	3.175.273	110.291	3.183.689	3.293.980

- (h) **Amortização do Intangível**
- A taxa média de amortização foi de 4,7% e 4,2% em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente.
- (i) **Licença de uso de software**
- As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Foi implementado em 10 de abril de 2017, o Sistema Integrado de Gestão Empresarial (Enterprise Resource Planning - SAP ERP), que inclui o módulo administrativo/financeiro. A implantação do módulo comercial está em andamento.
- A implantação do módulo comercial, sistema Net@Suite, módulo comercial, está sendo executada em fases e teve início em agosto de 2019. Em 31 de dezembro de 2020 havia sido implantado em 17 municípios. A conclusão está prevista para dezembro de 2021.
- (j) **Direito de uso**
- A conta patrimonial de Direito de uso criada pela Companhia em 1º de janeiro de 2019, reflete a alteração exigida pela norma IFRS 16 / CPC 06 (R2), a qual requer que o arrendatário reconheça o ativo de direito de uso e o passivo dos arrendamentos, podendo não a aplicar aos de curto prazo e baixo valor. Para estes casos, a SABESP manteve em seu resultado, no período de janeiro a dezembro de 2020, os montantes de R\$ 3.157, R\$ 8.736 e R\$ 1.950 alocados em custos operacionais, despesas de vendas e despesas administrativas, respectivamente.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Natureza		
Arrendamentos - Ativo de Contrato	276.893	276.893
Arrendamentos - Contrato de Concessão e Programa		
Custo	405.426	405.426
Amortização acumulada	(135.865)	(112.602)
(=) Líquido	269.561	292.824
Outros ativos		
Veículos	115.208	91.709
Imóveis	15.508	13.309
Equipamentos	4.541	3.801
Outros ativos	6.525	4.414
Amortização acumulada	(99.106)	(42.535)
(=) Líquido	42.676	70.698
Direito de uso	589.130	640.415

O passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental sobre empréstimos. Vide informações sobre o passivo na Nota 17. A tabela a seguir demonstra o valor do impacto sobre o resultado da Companhia:

	Impacto sobre o resultado		
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	
Amortização do direito de uso	(79.834)	(42.535)	
Resultado financeiro - despesa de juros e variação monetária	(62.956)	(6.967)	
Despesas de arrendamentos de curto prazo e baixo valor	(13.845)	(51.855)	
Redução do lucro do exercício	(156.635)	(101.357)	

- (k) **Contratos de Performance**
- A SABESP possui contratos para construção de ativos no modelo de performance, nos quais a contratada é remunerada pela entrega de resultado e não somente pela execução de obras.
- Os contratos de performance possuem basicamente 3 fases: (i) implantação do escopo - construção do ativo; (ii) apuração da performance do ativo construído; e (iii) pagamento de parcelas fixas.
- A Sabesp acompanha a realização do contrato e reconhece os ativos no momento em que os benefícios econômicos futuros serão gerados à Companhia e os custos possam ser mensurados com confiabilidade. O valor da performance compõe o custo do ativo, pois entrega um desempenho melhor e consequentemente benefícios econômicos futuros adicionais para a Companhia.
- O limite a ser remunerado ao fornecedor é de 120% do valor base do contrato. Na maioria dos contratos, quando o percentual de performance mínima não é atingido, o valor a ser pago ao fornecedor será apenas dos materiais aplicados na construção dos ativos.
- Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos contábeis destes contratos registrados no ativo de contrato eram de R\$ 306.738 e R\$ 51.650 e no intangível de R\$ 265.940 e R\$ 127.410, respectivamente.

16 Imobilizado

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2020				31 de dezembro de 2019			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa média depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxa média depreciação
Terrenos	94.213	-	94.213	-	92.962	-	92.962	-
Edificações	86.860	(41.513)	45.347	2,1%	82.143	(40.438)	41.705	2,1%
Equipamentos	372.103	(271.087)	101.016	14,8%	402.850	(250.577)	152.273	16,3%
Equipamentos de transporte	10.319	(7.350)	2.969	9,9%	8.946	(6.962)	1.984	9,9%
Móveis								
e utensílios	31.232	(13.813)	17.419	6,7%	31.365	(13.146)	18.219	6,7%
Outros	7.618	(331)	7.287	4,9%	7.559	(309)	7.250	5,0%
Total	602.345	(334.094)	268.251	11,2%	625.825	(311.432)	314.393	12,5%

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2019	Adições	Transfe-rências	Baixas e alienações	Depre- ciação	31 de dezembro de 2020
Terrenos	92.962	-	1.251	-	-	94.213
Edificações	41.705	5.430	(713)	-	(1.075)	45.347
Equipamentos	152.273	26.055	(49.188)	(174)	(27.950)	101.016
Equipamentos de transporte	1.984	298	1.351	-	(664)	2.969
Móveis e utensílios	18.219	4.087	(3.712)	(103)	(1.072)	17.419
Outros	7.250	6.537	(6.446)	-	(54)	7.287
Total	314.393	42.407	(57.457)	(277)	(30.815)	268.251

	31 de dezembro de 2018	Adições	Transfe-rências	Baixas e alienações	Depre- ciação	31 de dezembro de 2019
Terrenos	92.979	-	(17)	-	-	92.962
Edificações	40.125	3.497	15	-	(1.932)	41.705
Equipamentos	116.086	63.216	3.149	(429)	(29.749)	152.273
Equipamentos de transporte	3.473	308	(1.117)	(2)	(678)	1.984
Móveis e utensílios	13.578	5.266	734	(162)	(1.197)	18.219
Outros	1.371	5.872	66	-	(59)	7.250
Total	267.612	78.159	2.830	(593)	(33.615)	314.393



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

17 Empréstimos e Financiamentos

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Não		Total	Não		Total
	Circulante	Circulante		Circulante	Circulante	
Instituição financeira						
Em moeda nacional						
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	41.021	-	41.021
Debêntures 12ª Emissão	45.450	158.425	203.875	45.450	203.829	249.279
Debêntures 14ª Emissão	51.873	24.205	76.078	41.940	63.012	104.952
Debêntures 17ª Emissão	91.850	183.335	275.185	289.211	263.226	552.437
Debêntures 18ª Emissão	45.918	135.105	181.023	34.239	133.679	167.918
Debêntures 21ª Emissão	175.000	174.769	349.769	150.000	349.660	499.660
Debêntures 22ª Emissão	99.969	678.149	778.118	-	765.689	765.689
Debêntures 23ª Emissão	-	864.678	864.678	-	864.603	864.603
Debêntures 24ª Emissão	-	414.994	414.994	-	395.855	395.855
Debêntures 25ª Emissão	1.442.610	-	1.442.610	-	-	-
Debêntures 26ª Emissão	-	1.047.767	1.047.767	-	-	-
Debêntures 27ª Emissão	-	997.000	997.000	-	-	-
Caixa Econômica Federal	90.382	1.324.459	1.414.841	83.519	1.341.660	1.425.179
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	13.185	20.247	33.432	11.184	27.854	39.038
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	7.159	37.447	44.606	6.990	40.685	47.675
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	4.851	25.470	30.321	3.913	24.457	28.370
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	26.751	86.809	113.560	23.704	100.582	124.286
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	86.823	542.519	629.342	52.874	383.191	436.065
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	33.558	454.126	487.684	31.712	460.646	492.358
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2014	5.143	23.017	28.160	4.659	25.411	30.070
Inter-American Development Bank - BID 2202	181.349	2.524.798	2.706.147	-	-	-
Inter-American Development Bank - BID INVEST	44.815	898.060	942.875	-	-	-

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
		Não			Não	
Instituição financeira	Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante	Total
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	28.847	399.896	428.743	27.314	432.357	459.671
Arrendamento Mercantil (Outros)	36.576	9.300	45.876	51.088	23.365	74.453
Outros	3.778	11.382	15.160	1.665	8.207	9.872
Juros e Demais Encargos	158.918	-	158.918	77.460	-	77.460
Total em moeda nacional	2.674.805	11.035.957	13.710.762	977.943	5.907.968	6.885.911

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
		Não			Não	
Instituição financeira	Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante	Total
Em moeda estrangeira						
Inter-American Development Bank - BID 1212 - US\$ 51.390 mil (dez/19 - US\$61.668 mil)	53.412	213.649	267.061	41.428	207.140	248.568
Inter-American Development Bank - BID 2202 - (dez/19 - US\$510.573 mil)	-	-	-	128.623	1.914.298	2.042.921
Inter-American Development Bank - BID 4623 - US\$ 10.220 mil	-	46.474	46.474	-	-	-
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRDs 7662 e 8906 - US\$ 82.792 mil (dez/19 - US\$88.871 mil)	31.594	393.949	425.543	24.505	330.898	355.403
Eurobônus - (dez/19 - US\$350.000 mil)	-	-	-	1.409.921	-	1.409.921
JICA 15 - lene 10.371.870 mil (dez/19 - lene 11.524.300 mil)	58.117	464.936	523.053	42.813	385.315	428.128
JICA 18 - lene 9.325.440 mil (dez/19 - lene 10.361.600 mil)	52.253	417.846	470.099	38.493	346.237	384.730
JICA 17 - lene 3.349.203 mil (dez/19 - lene 2.830.420 mil)	11.260	156.738	167.998	12.466	91.845	104.311
JICA 19 - lene 29.923.047 mil (dez/19 - lene 31.736.565 mil)	91.456	1.415.683	1.507.139	67.372	1.109.644	1.177.016
BID 1983AB - US\$ 23.077 mil (dez/19 - US\$40.769 mil)	39.975	78.943	118.918	71.312	91.521	162.833
Juros e Demais Encargos	21.577	-	21.577	44.967	-	44.967
Total em moeda estrangeira	359.644	3.188.218	3.547.862	1.881.900	4.476.898	6.358.798
Total dos empréstimos e financiamentos	3.034.449	14.224.175	17.258.624	2.859.843	10.384.866	13.244.709

Cotação de 31 de dezembro de 2020: US\$ - R\$ 5,1967; lene - R\$ 0,05043 (em 31 de dezembro de 2019: US\$ - R\$ 4,0307; lene - R\$ 0,03715).
Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos, captados durante o ano, com vencimento em até 12 meses.

Em moeda nacional	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Atualização monetária
Debêntures 10ª Emissão	Recursos próprios	2020	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,53% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 12ª Emissão	Recursos próprios	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 14ª Emissão	Recursos próprios	2022	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 17ª Emissão	Recursos próprios	2023	CDI + 0,75% (1ª série) e 4,5% (2ª série) e 4,75% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª séries)
Debêntures 18ª Emissão	Recursos próprios	2024	TJLP + 1,92 % (1ª e 3ª séries) e 8,25% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 21ª Emissão	Recursos próprios	2022	CDI + 0,60% (1ª série) e CDI+ 0,90% (2ª série)	
Debêntures 22ª Emissão	Recursos próprios	2025	CDI + 0,58% (1ª série) e CDI+ 0,90% (2ª série) e 6,0% (3ª série)	IPCA (3ª série)
Debêntures 23ª Emissão	Recursos próprios	2027	CDI + 0,49% (1ª série) e CDI+ 0,63% (2ª série)	
Debêntures 24ª Emissão	Recursos próprios	2029	3,20% (1ªsérie) e 3,37% (2ª série)	IPCA (1ª e 2ª séries)
Debêntures 25ª Emissão	Recursos próprios	2021	CDI + 3,30%	
Debêntures 26ª Emissão	Recursos próprios	2030	4,65%(1ª série) e 4,95% (2ª série)	IPCA (1ª e 2ª séries)
Debêntures 27ª Emissão	Recursos próprios	2027	CDI + 1,60% (1ª série) e CDI+ 1,80% (2ª série) e 2,25% (3ª série)	
Caixa Econômica Federal	Recursos próprios	2021/2042	5% a 9,5%	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	Recursos próprios	2023	TJLP + 1,82%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	Recursos próprios	2027	TJLP + 1,72%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	Recursos próprios	2025	TJLP + 1,92%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	Recursos próprios	2028	TJLP + 1,66%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	Recursos próprios	2035	TJLP + 2,18%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2014	Recursos próprios	2026	TJLP + 1,76%	
Inter-American Development Bank - BID 2202	Governo Federal	2035	CDI + 0,86%	
Inter-American Development Bank - BID INVEST	Recursos próprios	2034	CDI+ 1,90% e CDI 2,70%	
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)		2035	7,73% a 10,12%	IPC
Arrendamento Mercantil (Outros)		2023	4,24% a 9,29%	
Outros	Recursos próprios	2025	3% (FEHIDRO) TJLP + 1,5% (FINEP)	

Em moeda estrangeira	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Variação cambial
Inter-American Development Bank - BID 1212 - US\$51.390 mil	Governo Federal	2025	3,31% (*)	US\$
Inter-American Development Bank - BID 4623 - US\$10.220 mil	Governo Federal	2044	1,12% (*)	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRDs 7662 e 8906 - US\$82.792 mil	Governo Federal	2034	2,85% (*)	US\$
JICA 15 - lene 10.371.870 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	lene
JICA 18 - lene 9.325.440 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	lene
JICA 17 - lene 3.349.203 mil	Governo Federal	2035	1,2% e 0,01%	lene
JICA 19 - lene 29.923.047 mil	Governo Federal	2037	1,7% e 0,01%	lene
BID 1983AB - US\$23.077 mil	-	2023	2,08% a 2,38% (*)	US\$

(*) Taxas compostas pela LIBOR + *spread* definido contratualmente.

(i) Cronograma de liquidação - saldos contábeis em 31 de dezembro de 2020

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027 até 2044	TOTAL
EM MOEDA NACIONAL								
Debêntures	1.952.670	582.192	681.272	918.988	485.012	378.849	1.632.114	6.631.097
Caixa Econômica Federal	90.382	95.391	88.779	87.749	93.243	99.082	860.215	1.414.841
BNDES	177.470	177.472	171.350	164.288	144.093	134.841	397.591	1.367.105
BID 2202	181.349	181.349	181.349	181.349	181.349	181.349	1.618.053	2.706.147
BID INVEST	44.815	89.630	89.630	89.630	89.630	89.630	449.910	942.875
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	28.847	32.663	35.004	38.017	41.387	36.536	216.289	428.743
Arrendamento Mercantil (Outros)	36.576	8.892	408	-	-	-	-	45.876
Outros	3.778	4.038	3.977	1.757	1.610	-	-	15.160
Juros e Demais Encargos	158.918	-	-	-	-	-	-	158.918
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	2.674.805	1.171.627	1.251.769	1.481.778	1.036.324	920.287	5.174.172	13.710.762
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
BID	53.412	53.412	53.412	53.412	54.810	2.795	42.282	313.535
BIRD	31.594	31.594	31.594	31.594	31.594	31.594	235.979	425.543
JICA	213.086	213.086	213.086	213.086	213.086	213.086	1.389.773	2.668.289
BID 1983AB	39.975	39.975	38.968	-	-	-	-	118.918
Juros e Demais Encargos	21.577	-	-	-	-	-	-	21.577
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	359.644	338.067	337.060	298.092	299.490	247.475	1.668.034	3.547.862
Total Geral	3.034.449	1.509.694	1.588.829	1.779.870	1.335.814	1.167.762	6.842.206	17.258.624

(ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2019	Conversão moeda estrangeira / nacional	Adição - arrendamento	Captações	Custos de captações	Variações monetárias e cambiais	Atualização / Variação cambial e Juros incorporados - Capitalizado	Juros pagos	Amortizações	Juros provisionados	Provisão de juros e taxas - Capitalizado	Despesas com custos de captações	31 de dezembro de 2020
EM MOEDA NACIONAL													
Debêntures	3.711.228	-	-	3.507.640	(52.328)	86.939	- (161.494)	(572.871)	201.150	26.073	10.167	6.756.504	
Caixa Econômica Federal	1.429.250	-	-	74.485	-	-	- (111.601)	(84.821)	73.067	38.452	-	1.418.832	
BNDES	1.201.411	-	-	213.514	-	-	- (47.164)	(81.213)	47.668	36.427	259	1.370.902	
BID 2202	-	2.807.371	-	-	-	-	- (37.613)	(90.674)	22.668	27.886	557	2.730.195	
BID INVEST	-	-	-	950.000	(7.125)	-	-	-	1.638	-	-	944.513	
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	459.671	-	-	-	-	-	- (51.431)	(30.928)	51.431	-	-	428.743	
Arrendamento Mercantil (Outros)	74.453	-	28.549	-	-	-	- (9.108)	(56.571)	8.553	-	-	45.876	
Outros	9.898	-	-	7.250	-	-	- (671)	(1.962)	651	31	-	15.197	
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	6.885.911	2.807.371	28.549	4.752.889	(59.453)	86.939	- (419.082)	(919.040)	406.826	128.869	10.983	13.710.762	
EM MOEDA ESTRANGEIRA													
BIDs	2.316.190	(2.807.371)	-	52.141	(6.635)	845.246	48.246 (45.010)	(121.088)	10.490	24.695	398	317.302	
BIRD	357.880	-	-	-	(2.029)	102.029	1.217 (7.572)	(31.216)	5.659	752	140	426.860	
Eurobônus	1.413.956	-	-	-	-	457.931	- (104.170)	(1.868.676)	90.941	9.195	823	-	
JICA	2.106.908	-	-	40.830	(117)	715.956	17.841 (43.758)	(200.597)	40.172	6.897	189	2.684.321	
BID 1983AB	163.864	-	-	-	(152)	59.078	- (7.033)	(103.482)	5.843	618	643	119.379	
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	6.358.798	(2.807.371)	-	92.971	(8.933)	2.180.240	67.304 (207.543)	(2.325.059)	153.105	42.157	2.193	3.547.862	
Total Geral	13.244.709	-	28.549	4.845.860	(68.386)	2.267.179	67.304 (626.625)	(3.244.099)	559.931	171.026	13.176	17.258.624	



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

	31 de dezembro de 2018	Adição conforme IFRS 16	Captações	Custos de captações	Variações monetárias e cambiais	Atualização / Variação cambial e Juros incorporados - Capitalizado	Juros pagos	Amortizações provisionadas	Juros provisionados	Provisão de juros e taxas - Capitalizado	Despesas com custos de captações	31 de dezembro de 2019
EM MOEDA NACIONAL												
Debêntures	3.486.861	-	1.266.755	(11.814)	42.692	-	(234.307)	(1.055.623)	195.586	17.233	3.845	3.711.228
Caixa Econômica Federal	1.345.684	-	162.767	-	-	-	(109.128)	(79.404)	74.421	34.910	-	1.429.250
BNDES	1.072.605	-	256.981	(628)	2.082	826	(83.419)	(131.026)	60.644	23.112	234	1.201.411
Arrendamento Mercantil (Contrato de Concessão, Contratos de Programa e Ativo de Contrato)	568.666	-	-	-	1.765	3.761	(47.663)	(123.880)	49.160	7.862	-	459.671
Arrendamento Mercantil (Outros) (*)	-	113.233	-	-	-	-	(1.141)	(42.646)	5.007	-	-	74.453
Outros	9.571	-	1.683	-	28	-	(655)	(1.383)	652	2	-	9.898
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	6.483.387	113.233	1.688.186	(12.442)	46.567	4.587	(476.313)	(1.433.962)	385.470	83.119	4.079	6.885.911
EM MOEDA ESTRANGEIRA												
BID	2.399.985	-	-	-	40.594	49.387	(83.602)	(171.892)	26.332	54.431	955	2.316.190
BIRD	356.420	-	2.540	(2.540)	12.575	1.657	(10.627)	(12.273)	8.548	1.561	19	357.880
Deutsche Bank	292.872	-	-	-	13.255	-	(18.562)	(303.866)	12.929	1.240	2.132	-
Eurobônus	1.358.412	-	-	-	54.565	-	(102.883)	-	94.095	8.943	824	1.413.956
JICA	2.036.128	-	117.861	(112)	104.027	3.675	(35.001)	(155.064)	32.194	3.013	187	2.106.908
BID 1983AB	225.592	-	-	(105)	8.943	-	(10.338)	(71.141)	9.111	870	932	163.864
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	6.669.409	-	120.401	(2.757)	233.959	54.719	(261.013)	(714.236)	183.209	70.058	5.049	6.358.798
Total Geral	13.152.796	113.233	1.808.587	(15.199)	280.526	59.306	(737.326)	(2.148.198)	568.679	153.177	9.128	13.244.709

(*) O valor apresentado em captações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16) contempla R\$ 64.955 referente à adoção inicial da norma em 1º de janeiro de 2019, vide Nota 4.1.

(a) Principais eventos ocorridos no exercício de 2020

(i) Debêntures

Em janeiro de 2020 ocorreu a amortização da última parcela da 2ª série da 17ª emissão de debêntures no valor de R\$ 291,8 milhões.

Em abril de 2020 foi realizada a 25ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 1.450.000, da seguinte forma:

	Valor	Vencimento	Remuneração
Série única	R\$ 1.450.000	10/2021	CDI + 3,3% a.a.

Em julho de 2020 foi realizada a 26ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 1.045.000, da seguinte forma:

	Valor	Vencimento	Remuneração
1ª série	R\$ 600.000	07/2027	IPCA+ 4,65% a.a.
2ª série	R\$ 445.000	07/2030	IPCA+ 4,95% a.a.

Em dezembro de 2020 foi realizada a 27ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 1.000.000, da seguinte forma:

	Valor	Vencimento	Remuneração
1ª série	R\$ 300.000	12/2023	CDI+ 1,60% a.a.
2ª série	R\$ 400.000	12/2025	CDI+ 1,80% a.a.
3ª série	R\$ 300.000	12/2027	CDI+ 2,25% a.a.

• Os *covenants* pactuados para a 25ª, 26ª e 27ª Emissões de Debêntures são:
Calculados trimestralmente, quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser menor ou igual a 3,50;
- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 1,5;
- Alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência do contrato, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora. O não cumprimento das cláusulas de *covenants*, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses, levará ao vencimento antecipado do contrato (não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 dias).

Os contratos possuem cláusula de cross acceleration, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 155 milhões para as 25ª e 26ª Emissões e R\$ 160 milhões para a 27ª Emissão, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, constitui-se em evento de inadimplemento que pode levar ao vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

(ii) BID

Em maio de 2020 a Companhia realizou a troca de moeda estrangeira para moeda nacional do contrato BID 2202 no montante de R\$ 2.810.907 (US\$ 494.617 mil). A taxa de câmbio utilizada foi de R\$ 5,683 para a composição do saldo da dívida. A taxa de juros passou a ser CDI + 0,86% a.a., com pagamento semestral de principal e juros, o qual teve início em 3 de setembro de 2020.

Em dezembro de 2020 ocorreu a captação do BID INVEST, no montante de R\$ 950.000, da seguinte forma:

	Valor	Vencimento	Remuneração
Tranche - Médio Prazo	R\$ 442.000	08/2029	CDI+ 1,90% a.a.
Tranche - Longo Prazo	R\$ 508.000	08/2034	CDI+ 2,70% a.a.

• Os *covenants* pactuados para o BID INVEST são:
- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser igual ou inferior a 3,50;
- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 2,35;
Deverão ser mantidos durante 2 (dois) trimestres consecutivos ou não durante qualquer período de 4 (quatro) trimestres consecutivos.

(iii) Eurobônus

Em 30 de setembro de 2020 ocorreu a amortização integral antecipada do empréstimo, no valor de R\$ 1.910.124 (US\$ 357.763 mil), referente ao valor principal mais os encargos, cujo vencimento inicial era dezembro de 2020.

(b) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, os custos das obras são capitalizados ao ativo de contrato e o valor do arrendamento é registrado na mesma proporção.

Após a entrada em operação é iniciado o período de pagamento do arrendamento (240 parcelas mensais), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice de preços contratado.

Nesta rubrica também são registrados os valores a pagar pelos direitos de uso de ativos (Nota 15 (j)).

(c) Compromissos financeiros - Covenants

A tabela a seguir mostra as cláusulas mais restritivas em 31 de dezembro de 2020.

	Cláusulas restritivas
EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Ajustada	Igual ou superior a 2,80
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,80
Dívida Total Ajustada / EBITDA Ajustado	Inferior a 3,65
Outras Dívidas Onerosas ⁽¹⁾ / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 1,30
Liquidez Corrente Ajustada	Superior a 1,00
EBITDA / Despesa Financeira Paga	Igual ou superior a 2,35
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,50

(1) “Outras Dívidas Onerosas” é igual ao somatório das obrigações previdenciárias e plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(d) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

Agente	31 de dezembro de 2020 (em milhões de Reais ^(*))
Caixa Econômica Federal	1.485
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	708
Banco Japonês para Cooperação Internacional - JICA	85
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	1.506
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	1.296
Outros	51
TOTAL	5.131

(*) Utilizada cotação do Banco Central do Brasil de fechamento de venda na data de 31 de dezembro de 2020 (US\$ 1,00 = R\$ 5,1967; ¥ 1,00 = R\$ 0,05043).

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, sendo liberados para a execução de seus respectivos investimentos, de acordo com o andamento das obras.

18 Impostos e contribuições

(a) Ativo circulante

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Impostos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social	-	136.436
IRRF sobre aplicações financeiras	4.391	1.359
Outros tributos federais	18.281	3.471
Total	22.672	141.266

(b) Passivo circulante

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Impostos e contribuições a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	69.041	-
Cofins e Pasep	93.601	94.027
INSS	37.599	39.404
IRRF	21.287	69.932
Outros	45.291	46.955
Total	266.819	250.318

19 Impostos e contribuições diferidos

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Impostos diferidos ativo		
Provisões	436.445	366.673
Obrigações previdenciárias - G1	154.498	157.998
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	50.142	51.818
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	155.719	145.622
Outros	134.932	183.147
Total do ativo fiscal diferido	931.736	905.258
Impostos diferidos passivo		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(388.675)	(408.732)
Capitalização de custos de empréstimos	(390.211)	(409.236)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(356.513)	(372.289)
Ganho atuarial - Plano G1	(48.979)	(54.222)
Margem de construção	(48.843)	(83.399)
Custas de captação	(19.231)	(11.376)
Total do passivo fiscal diferido	(1.252.452)	(1.339.254)
Passivo fiscal diferido líquido	(320.716)	(433.996)

(b) Realização

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Impostos diferidos ativo		
a ser realizado em até 12 meses	263.580	189.740
a ser realizado depois de um ano	668.156	715.518
Total do ativo fiscal diferido	931.736	905.258
Impostos diferidos passivo		
a ser realizado em até 12 meses	(31.388)	(35.954)
a ser realizado depois de um ano	(1.221.064)	(1.303.300)
Total do passivo fiscal diferido	(1.252.452)	(1.339.254)
Passivo fiscal diferido	(320.716)	(433.996)

(c) Movimentação

	31 de dezembro de 2019	Variação líquida	31 de dezembro de 2020
Impostos diferidos ativo			
Provisões	366.673	69.772	436.445
Obrigações previdenciárias - G1	157.998	(3.500)	154.498
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	51.818	(1.676)	50.142
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	145.622	10.097	155.719
Outros	183.147	(48.215)	134.932
Total	905.258	26.478	931.736
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(408.732)	20.057	(388.675)
Capitalização de custos de empréstimos	(409.236)	19.025	(390.211)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(372.289)	15.776	(356.513)
Ganho atuarial - G1	(54.222)	5.243	(48.979)
Margem de construção	(83.399)	34.556	(48.843)
Custas de captação	(11.376)	(7.855)	(19.231)
Total	(1.339.254)	86.802	(1.252.452)
Passivo fiscal diferido líquido	(433.996)	113.280	(320.716)

	31 de dezembro de 2018	Variação líquida	31 de dezembro de 2019
Impostos diferidos ativo			
Provisões	337.833	28.840	366.673
Obrigações previdenciárias - G1	157.044	954	157.998
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	54.131	(2.313)	51.818
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	197.920	(52.298)	145.622
Outros	186.887	(3.740)	183.147
Total	933.815	(28.557)	905.258
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(433.842)	25.110	(408.732)
Capitalização de custos de empréstimos	(420.978)	11.742	(409.236)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(206.978)	(165.311)	(372.289)
Ganho atuarial - G1	(36.430)	(17.792)	(54.222)
Margem de construção	(86.164)	2.765	(83.399)
Custas de captação	(10.665)	(711)	(11.376)
Total	(1.195.057)	(144.197)	(1.339.254)
Passivo fiscal diferido líquido	(261.242)	(172.754)	(433.996)

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo inicial	(433.996)	(261.242)
Variação líquida no ano:		
- contrapartida na demonstração de resultado	108.037	(154.962)
- contrapartida em ajuste de avaliação patrimonial (Nota 21 (b))	5.243	(17.792)
Total da variação líquida	113.280	(172.754)
Saldo final	(320.716)	(433.996)

(d) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Lucro antes dos impostos	1.326.002	4.677.942
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(450.841)	(1.590.500)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	126.604	312.339
Diferenças permanentes		
Provisão Lei nº 4.819/1958 - G0 (i)	(37.675)	(44.426)
Doações	(8.672)	(19.888)
Outras diferenças	17.900	32.050
Imposto de renda e contribuição social	(352.684)	(1.310.425)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(460.721)	(1.155.463)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	108.037	(154.962)
Alíquota efetiva	27%	28%

(i) Diferença permanente relativa a provisão da obrigação atuarial (Nota 21 (b) (ii)).

20 Provisões

(a) Processos e ações que resultam em provisões

(I) Saldos patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais. A Administração reconhece provisões de forma consistente com os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidas na Nota 3.14. O prazo e os montantes dos pagamentos são determinados pelo resultado desses processos.

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Depósitos judiciais	Provisões vinculados	Provisões de depósitos	Depósitos judiciais	Provisões vinculados	Provisões de depósitos
Ações com clientes (i)	160.705	(10.553)	150.152	253.665	(9.973)	243.692
Ações com fornecedores (ii)	410.734	(358)	410.376	153.654	(298)	153.356
Outras questões cíveis (iii)	86.083	(2.505)	83.578	93.910	(16.496)	77.414
Ações tributárias (iv)	59.678	(2.410)	57.268	59.143	(3.518)	55.625
Ações trabalhistas (v)	316.880	(15.503)	301.377	325.129	(12.329)	312.800
Ações ambientais (vi)	249.582	(31)	249.551	192.950	(29)	192.921
Total	1.283.662	(31.360)	1.252.302	1.078.451	(42.643)	1.035.808
Circulante	760.209	-	760.209	550.247	-	550.247
Não circulante	523.453	(31.360)	492.093	528.204	(42.643)	485.561

(II) Movimentação

	31 de dezembro de 2019	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2020
Ações com clientes (i)	253.665	16.465	19.638	(78.640)	(50.423)	160.705
Ações com fornecedores (ii)	153.654	149.566	201.259	(68.801)	(24.944)	410.734
Outras questões cíveis (iii)	93.910	15.944	11.109	(23.009)	(11.871)	86.083
Ações tributárias (iv)	59.143	4.333	2.737	(1.875)	(4.660)	59.678
Ações trabalhistas (v)	325.129	61.782	35.541	(61.039)	(44.533)	316.880
Ações ambientais (vi)	192.950	35.392	27.718	-	(6.478)	249.582
Subtotal	1.078.451	283.482	298.002	(233.364)	(142.909)	1.283.662
Depósitos judiciais vinculados	(42.643)	(12.907)	(2.225)	18.675	7.740	(31.360)
Total	1.035.808	270.575	295.777	(214.689)	(135.169)	1.252.302

	31 de dezembro de 2018	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2019
Ações com clientes (i)	290.649	57.314	53.929	(99.379)	(48.848)	253.665
Ações com fornecedores (ii)	67.985	54.223	102.686	(42.948)	(28.292)	153.654
Outras questões cíveis (iii)	98.302	28.888	18.713	(9.766)	(42.227)	93.910
Ações tributárias (iv)	63.335	11.821	2.918	(4.982)	(13.949)	59.143
Ações trabalhistas (v)	302.935	167.995	61.483	(112.084)	(95.200)	325.129
Ações ambientais (vi)	170.419	42.198	24.358	(312)	(43.713)	192.950
Subtotal	993.625	362.439	264.087	(269.471)	(272.229)	1.078.451
Depósitos judiciais vinculados	(100.763)	(14.051)	(11.844)	19.191	64.824	(42.643)
Total	892.862	348.388	252.243	(250.280)	(207.405)	1.035.808

(b) Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Os passivos contingentes, líquidos de depósitos judiciais, estão assim representados:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ações com clientes (i)	110.508	86.061
Ações com fornecedores (ii)	1.350.308	1.986.736
Outras questões cíveis (iii)	758.800	679.623
Ações tributárias (iv)	1.253.636	1.184.811
Ações trabalhistas (v)	1.005.648	631.364
Ações ambientais (vi)	5.981.837	4.864.894
Total	10.460.737	9.433.489

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

(i) Ações com clientes

Aproximadamente 690 ações (em 31 de dezembro de 2019 - 680 ações) estavam ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores, 310 ações (em 31 de dezembro de 2019 - 320 ações) nas quais clientes pleiteavam a redução da tarifa de esgotos em função de perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia e 30 ações (em 31 de dezembro de 2019 - 30 ações) nas quais clientes pleiteiam a redução de tarifa, com o enquadramento na categoria Entidade de Assistência Social. O decréscimo de R\$ 93.540 ocorrido nas provisões de ações com clientes está relacionado, principalmente, às decisões favoráveis e revisões de expectativas decorrentes de decisões judiciais ocorridas no período.

(ii) Ações com fornecedores

Estas ações foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária e desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, e estão em tramitação nas diversas esferas judiciais. O acréscimo de R\$ 257.020 ocorrido nos processos provisionados está relacionado, principalmente, às revisões de expectativas decorrentes de decisões judiciais ocorridas no período. O decréscimo de R\$ 636.428 ocorrido nos processos considerados como passivos contingentes está relacionado, principalmente, às atualizações e revisões de estimativas de processos em andamento.

(iii) Outras questões cíveis

Referem-se, principalmente, às indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, tais como acidentes de veículos, sinistros, questionamentos sobre a metodologia de cobrança de tarifas, entre outros, que se encontram em diversas instâncias judiciais.

(iv) Ações Tributárias

Referem-se, principalmente, à cobrança de tributos e multas de postura geral, questionadas em virtude da discordância quanto a atuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia. O acréscimo de R\$ 68.825 ocorrido nos processos considerados como passivos contingentes está relacionado, principalmente, às atualizações e revisões de estimativas de processos em andamento.

O Município de São Paulo, por meio de lei, revogou a isenção do imposto sobre serviços que até então a Companhia detinha e, na sequência efetuou autuações relativas ao serviço de esgotamento sanitário e sobre atividades meio, em um montante atualizado de R\$ 731.809 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 664.669), que atualmente são objeto de três executivos fiscais. A SABESP impetrou mandado de segurança contra a revogação, que teve a segurança denegada. Ajuizou ainda medidas cautelares e ações anulatórias, visando a suspensão da exigibilidade dos créditos e a nulidade das autuações, por entender que, não obstante a revogação da isenção, as atividades relativas ao esgotamento sanitário e às atividades meio não estão no rol das atividades passíveis de serem tributadas pelo município. Houve recurso de apelação, cujo acórdão foi favorável à Companhia. Pendente recurso especial e extraordinário do Município. A Companhia considerou o processo como passivo contingente.

(v) Ações Trabalhistas

A Companhia está envolvida em diversas ações trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial, terceirização de serviços e outros pleitos, que se encontram em diversas instâncias judiciais. O acréscimo de R\$ 374.284 ocorrido nos processos considerados como passivos contingentes está relacionado, principalmente, às atualizações e revisões de estimativas de processos em andamento.

(vi) Ações Ambientais

Referem-se a diversos processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da imposição de indenizações por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. O acréscimo de R\$ 56.630 ocorrido nos processos provisionados está relacionado, principalmente, às revisões de expectativas decorrentes de decisões judiciais ocorridas no período. O acréscimo de R\$ 1.116.943 ocorrido nos processos considerados como passivos contingentes está relacionado, principalmente, às atualizações e revisões de estimativas de processos em andamento.

Os principais objetos nos quais a Companhia está envolvida são: a) lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento; b) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do município, sob pena de pagamento de multa; c) pagamento de indenização pelos danos ambientais; dentre outros.

(d) Outros processos relacionados às concessões

A Companhia é parte em processos relacionados às concessões, onde discute questões indenizatórias pela retomada dos serviços de saneamento por alguns municípios ou pelo direito de continuar explorando os referidos serviços.

O valor reconhecido em indenizações a receber, no ativo não circulante, referente aos municípios de Cajobi, Macatuba, Álvares Florence, Embaúba, Araçoiaba da Serra e Itapira era de R\$ 27.539 em 31 de dezembro de 2020 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 114.335, considerando também os municípios de Mauá e Tuiuti), sendo registradas perdas estimadas de montante integral. Nenhum dos municípios mencionados é operado pela Companhia. Quando algum município obtém êxito final na justiça lhe assegurando a reintegração de posse e operação dos serviços de saneamento, a legislação brasileira prevê a indenização dos investimentos efetuados pela Companhia.

(e) Processos Ambientais com Acordos firmados

A Companhia firmou, durante o exercício de 2020, acordo judicial no montante de R\$ 272.055. Desse valor, R\$ 270.505 está relacionado à execução de obras e R\$ 1.550 relacionados às compensações ambientais, este último, registrado como “outras obrigações”.

(f) Seguro garantia

A Companhia renovou seguro para emissão de apólice na modalidade de seguro judicial em 25 de maio de 2020, com vigência de 1 ano, no montante de R\$ 500.000. A finalidade desse seguro é a utilização em demandas judiciais uma vez que, ao invés do desembolso de numerário imediato por parte da Companhia, é utilizada a garantia dada pelo seguro até a conclusão desses processos judiciais, limitado ao período de até cinco anos.

Durante o ano de 2020, a Companhia utilizou o valor de R\$ 121.469 (R\$ 126.385 em 2019).

Do montante utilizado em 2020, R\$ 81.635 pertence ao contrato vigente, restando R\$ 418.365.

21 Benefícios a funcionários

(a) Plano de saúde - Assistência Médica

Desde 1º de agosto de 2019 estão em vigor os Planos de Saúde administrados pela Fundação CESP (VIVEST), em substituição aos anteriores administrados pela SABESPREV.

O benefício assistencial passou a ser na modalidade pós-pagamento, permanecendo a premissa de livre escolha, mantido por contribuições da patrocinadora e empregados. No ano de 2020 a Companhia participou em média com 7,79% da folha bruta de salários, totalizando R\$ 212.681 (no ano de 2019 foi 9,3% totalizando R\$ 237.898).

(b) Obrigações previdenciárias

A Companhia possui Planos de Benefício Pós-Emprego nas modalidades: Benefício Definido (BD) - G1 (i) e G0 (ii); e Contribuição Definida (CD) - Sabesprev Mais (iii) e VIVEST (iv). A conciliação dos custos e despesas com tais planos está demonstrada no item (v).

Demonstrações dos planos de benefício definido
Resumo das obrigações previdenciárias - Passivo

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Valor presente das obrigações de benefício definido	(3.112.980)	(2.549.541)	(5.662.521)	(3.067.094)	(3.046.255)	(6.113.349)
Valor justo dos ativos do plano	2.793.927	-	2.793.927	2.752.417	-	2.752.417
Total das obrigações previdenciárias (déficit)	(319.053)	(2.549.541)	(2.868.594)	(314.677)	(3.046.255)	(3.360.932)

Movimentação do Passivo

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019			
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Passivos do plano						
Obrigação de benefício definido, início do exercício	(3.067.094)	(3.046.255)	(6.113.349)	(2.532.338)	(2.606.107)	(5.138.445)
Custo do serviço corrente	(40.404)	-	(40.404)	(47.001)	(227.367)	(274.368)
Custo dos juros	(208.485)	(206.262)	(414.747)	(224.429)	-	(224.429)
Ganhos/(perdas) atuarias contabilizados como ajustes de avaliação patrimonial	64.637	521.331	585.968	(392.876)	(397.597)	(790.473)
Benefícios pagos	138.366	181.645	320.011	129.550	184.816	314.366
Obrigação de benefício definido, final do exercício	(3.112.980)	(2.549.541)	(5.662.521)	(3.067.094)	(3.046.255)	(6.113.349)
Ativos do plano						
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	2.752.417	-	2.752.417	2.168.436	-	2.168.436
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	187.317	-	187.317	192.965	-	192.965
Contribuições da Companhia	36.010	-	36.010	36.968	-	36.968
Contribuições dos participantes	36.608	-	36.608	38.391	-	38.391
Benefícios pagos	(138.366)	-	(138.366)	(129.549)	-	(129.549)
Ganhos/(perdas) atuarias contabilizados como ajustes de avaliação patrimonial	(80.059)	-	(80.059)	445.206	-	445.206
Valor justo dos ativos do plano, final do exercício	2.793.927	-	2.793.927	2.752.417	-	2.752.417
Total das obrigações previdenciárias (déficit)	(319.053)	(2.549.541)	(2.868.594)	(314.677)	(3.046.255)	(3.360.932)

Movimentação do patrimônio líquido - Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia, em atendimento ao CPC33 (R1) e à IAS19, reconhece os ganhos/(perdas) decorrentes de alterações de premissas atuariais no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2020			Em 31 de dezembro de 2019		
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	64.637	521.331	585.968	(392.876)	(397.597)	(790.473)
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	(80.059)	-	(80.059)	445.206	-	445.206
Total dos ganhos/(perdas)	(15.422)	521.331	505.909	52.330	(397.597)	(345.267)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.243	-	5.243	(17.792)	-	(17.792)
Ajuste de avaliação patrimonial	(10.179)	521.331	511.152	34.538	(397.597)	(363.059)

Movimentação do resultado do exercício

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019			
	Plano G1	Plano G0	Total	Plano G1	Plano G0	Total
Custo do serviço líquido	4.608	-	4.608	8.609	227.367	235.976
Custo dos juros	208.485	206.262	414.747	224.429	-	224.429
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	(187.317)	-	(187.317)	(192.965)	-	(192.965)
Valor recebido do Estado de São Paulo (incontroverso)	-	(95.452)	(95.452)	-	(97.300)	(97.300)
Total dos gastos	25.776	110.810	136.586	40.073	130.067	170.140

Perfil de vencimento das obrigações

	31 de dezembro de 2020		
	Plano G1	Plano G0	
Pagamento de benefícios esperados em 2021	177.347		169.178
Pagamento de benefícios esperados em 2022	172.477		167.263
Pagamento de benefícios esperados em 2023	167.906		164.426
Pagamento de benefícios esperados em 2024	162.648		160.721
Pagamento de benefícios esperados em 2025 ou posterior	2.432.602		1.887.953
Total	3.112.980		2.549.541
Duration	11,88 anos		9,40 anos

Premissas atuariais utilizadas

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019			
	Plano G1	Plano G0	Plano G1	Plano G0		
Taxa de desconto real (NTN-B)	3,44% a.a.	3,07% a.a.	3,37% a.a.	3,36% a.a.		
Taxa de inflação	3,25% a.a.	3,25% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.		
Taxa nominal de crescimento salarial	5,32% a.a.	5,32% a.a.	5,57% a.a.	5,57% a.a.		
	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000		
	(Segregado por sexo)	(Segregado por sexo)	(Segregado por sexo)	(Segregado por sexo)		
Tábua de mortalidade						

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade às mudanças nas principais premissas ponderadas do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2020, é:

		Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido	
Premissa	Alteração na premissa	G1	G0
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 322.111	Redução de R\$ 214.482
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 388.571	Aumento de R\$ 249.611
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 83.576	Aumento de R\$ 135.263
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 75.824	Redução de R\$ 118.909
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 29.598	Aumento de R\$ 310.103
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 25.173	Redução de R\$ 271.853

(i) Plano G1

Administrado pela SABESPREV, este plano de benefício definido financiado (“Plano G1”), fechado para novas adesões desde julho de 2010, recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da SABESPREV, sendo:

- 0,99% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
 - 8,39% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.
- Em 31 de dezembro de 2020, o número de participantes ativos era de 3.512 (3.758 em 31 de dezembro de 2019) e o de inativos era de



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

As contribuições da Companhia e dos participantes ao Plano G1 em 2020 foram de R\$ 36.009 (em 2019 - R\$ 36.968) e R\$ 36.608 (em 2019 - R\$ 38.391), respectivamente. Deste montante, no exercício de 2020, a Companhia e os participantes efetuaram pagamentos referentes ao déficit atuarial ao Plano G1 no valor de R\$ 26.326 e R\$ 26.895, respectivamente.

Gastos previstos para o exercício seguinte	2021
Custo do serviço líquido	2.226
Custo dos juros	205.707
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(184.687)
Gasto a ser reconhecido pelo empregador	23.246

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo obter retornos condizentes e reduzir os riscos associados à utilização de ativos financeiros disponíveis no Mercado de Capitais por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e a natureza de longo prazo do passivo do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local e internacional, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela legislação. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de seu gerenciamento são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela SABESPREV e de consultores financeiros independentes:

	31 de dezembro de 2020	%	31 de dezembro de 2019	%
Total renda fixa	1.811.164	64,8	1.795.554	65,2
Total renda variável	311.958	11,2	301.707	11,0
Total investimentos estruturados	575.943	20,6	630.933	22,9
Outros	94.862	3,4	24.223	0,9
Valor justo dos ativos do plano	2.793.927	100	2.752.417	100

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal são:

- i) papéis securitizados pelo Tesouro Nacional;
- ii) instrumentos derivativos só devem ser utilizados para proteção.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são:

- i) operações de *day-trade*;
- ii) venda de ações a descoberto;
- iii) operações de *swap* sem garantia;
- iv) não será permitida a alavancagem, operações com derivativos que representam uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.

Em 31 de dezembro de 2020, a SABESPREV não possuía ativos financeiros emitidos pela Companhia em sua carteira própria; contudo, poderia haver tais ativos na carteira dos fundos de investimentos investidos pela Fundação. Os imóveis mantidos em carteira não são usados pela Companhia.

(ii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4.819/1958, funcionários que iniciaram a prestação de serviço antes de maio de 1974 e se aposentaram como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Estado de São Paulo e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Estado de São Paulo. O número de participantes ativos do Plano G0 em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era de 10 e o número de participantes assistidos e pensionistas em 31 de dezembro de 2020 era de 1.862 (de 1.960 em 31 de dezembro de 2019).

Gastos previstos para o exercício seguinte

	2021
Custo dos juros	158.214
Despesa a ser reconhecida	158.214

(iii) Plano Sabesprev Mais

Administrado pela SABESPREV, em 31 de dezembro de 2020, este Plano de Contribuição Definida tinha 9.587 participantes entre ativos e assistidos (em 31 de dezembro de 2019 - 9.774). As contribuições da patrocinadora correspondem ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

(iv) VIVEST

O Plano Sabesprev Mais foi fechado para novas adesões em 31 de dezembro de 2019 e desde 1º de janeiro de 2020 os empregados admitidos têm a opção de aderir ao Plano de Contribuição Definida da Fundação CESP (VIVEST), assim como aqueles empregados não optantes pelo Plano Sabesprev Mais. Em 31 de dezembro de 2020 o número de participantes era de 24.

(v) Conciliação dos gastos com obrigações previdenciárias

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Plano G1	25.776	40.073
Plano G0	110.810	130.067
Plano Sabesprev Mais	21.700	22.461
Plano VIVEST	58	-
Subtotal	158.344	192.601
Gastos capitalizados ao ativo	(4.904)	(6.022)
Outros	5.841	8.040
Obrigações Previdenciárias (Nota 29)	159.281	194.619

(c) Participação nos resultados

Com base nas negociações realizadas com as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas considerando o período de janeiro a dezembro, com previsão de pagamento em abril do ano subsequente. Foram provisionados na rubrica “Salários, encargos e contribuições sociais”, no passivo circulante, no período de janeiro a dezembro de 2020 e de 2019, os montantes de R\$ 90.980 e R\$ 93.486, respectivamente.

22 Serviços a pagar

Nessa rubrica são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias, entre outros. Também são registrados os valores a pagar do repasse de 7,5% da receita do Município de São Paulo para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (Nota 15 (c) (v) (6)). Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 eram de R\$ 453.750 e R\$ 474.078, respectivamente.

23 Programa de Retenção do Conhecimento (PRC)

Em junho de 2018 foi implantado o PRC, com previsão de término em dezembro de 2020, visando oferecer condições para o planejamento de pessoal e atenuar o impacto com a saída dos empregados que possuem conhecimento estratégico adquirido ao longo do tempo.

Para os inscritos fica garantido o cumprimento das cláusulas contidas em Acordo Coletivo de Trabalho vigente na data de seu desligamento e será concedido incentivo indenizatório proporcional ao tempo de serviço na SABESP, equivalente ao percentual do saldo do FGTS, para fins rescisórios, na data do desligamento.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total era de R\$ 3.975 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 153.377), registrado na rubrica “Salários, encargos e contribuições sociais”, no passivo circulante, referente a empregados afastados que serão desligados oportunamente.

24 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social autorizado, subscrito e integralizado, no montante de R\$ 15.000.000 era composto de 683.509.869 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas.

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Estado de São Paulo ⁽¹⁾	343.507.729	50,3	343.524.285	50,3
Outros acionistas				
No país ⁽²⁾	254.868.646	37,3	236.161.929	34,5
No exterior ^{(3) (4)}	85.133.494	12,4	103.823.655	15,2
Total	683.509.869	100,0	683.509.869	100,0

- Está em trâmite na 7ª Vara da Fazenda de São Paulo - Capital a ação ordinária com pedido de obrigação de fazer atuada sob nº 1051534-40.2019.8.26.0053, cujo objeto é a antijuridicidade da alienação de ações de titularidade da Fazenda do Estado de São Paulo, por iniciativa do Banco Bradesco S.A., agente custodiante e escriturador das ações desta Companhia, a terceiros.
- Em 31 de dezembro de 2020, as ações ordinárias negociadas no Brasil eram detidas por 40.399 acionistas. Inclui 6 ações detidas pela Cia Paulista de Parcerias - CPP, empresa controlada pelo Estado de São Paulo.
- Ações negociadas na forma de American Depositary Receipts (ADR) na Bolsa de Valores de Nova York, por meio do The Bank New York Mellon, banco depositário dos ADRs da Companhia.
- Cada ADR equivale a uma ação.

(b) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	973.318	3.367.517
(-) Reserva legal - 5%	48.666	168.376
	924.652	3.199.141
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	231.163	799.785
Dividendo por ação	0,33820	1,17012

A Assembleia Geral de Acionistas aprovou em 28 de abril de 2020, a distribuição de dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 141.203, relativo ao exercício de 2019. Dessa forma, o valor de R\$ 80.973, relativo à parcela excedente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, estabelecido no estatuto social, registrado no patrimônio líquido de 2019 na rubrica “Dividendos adicionais propostos” foi transferido para o passivo circulante. O pagamento teve início em maio de 2020.

A Companhia propôs *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas de 2021, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 231.163 (R\$ 799.785 em 2019) e dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 40.806 (R\$ 141.203 em 2019), perfazendo um total de R\$ 271.969 (R\$ 940.988 em 2019), correspondentes a R\$ 0,3979 por ação ordinária (R\$ 1,3767 em 2019), a serem referendados na Assembleia Geral em 29 de abril de 2021. O montante de R\$ 40.806 (R\$ 141.203 em 2019) foi reclassificado dentro do Patrimônio Líquido para a conta de “Dividendo adicional proposto”, neste montante está considerado o valor do imposto de renda na fonte de R\$ 14.430 (R\$ 60.230 em 2019).

A Companhia imputou os juros sobre o capital próprio ao dividendo mínimo, pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte. O valor de R\$ 14.430 (R\$ 60.230 em 2019) referente ao imposto de renda na fonte foi reconhecido no passivo circulante, para cumprir com as obrigações fiscais relativas ao crédito dos juros sobre o capital próprio.

O saldo a pagar de juros sobre o capital próprio, em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 231.611 (R\$ 800.352 em 2019), refere-se ao valor declarado em 2020 de R\$ 231.163 (R\$ 799.785 em 2019), líquido do imposto de renda retido na fonte e de R\$ 448 declarados em exercícios anteriores (R\$ 567 em 2019).

(c) Reserva legal

Reserva de lucros - reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital e não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

(d) Reserva de investimentos

Reserva de lucros - reserva de investimentos: é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo da reserva de investimentos era de R\$ 6.751.258 e R\$ 6.098.575, respectivamente.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do Artigo 49 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá aos seguintes critérios:

- I - seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;
- II - a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:
 - a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
 - c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e
 - d) na incorporação ao capital social.

(e) Destinação do lucro do exercício

	2020
Lucro líquido	
(+) Lucro do exercício	973.318
(-) Reserva legal - 5%	48.666
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	231.163
(-) Dividendos adicionais propostos	40.806
Reserva de investimentos	652.683

A Administração encaminhará para aprovação da Assembleia Geral proposta para a transferência dos saldos de lucros acumulados, no valor de R\$ 652.683 para a conta de Reserva de Investimentos, para fazer face às necessidades de investimentos previstas no Orçamento de Capital.

(f) Lucros acumulados

O saldo estatutário desta conta é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

(g) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social. Ver na Nota 21 (b) a divulgação da composição dos valores contabilizados em 2020 e 2019.

	Plano G1	Plano G0	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	105.254	(1.017.408)	(912.154)
Ganhos/(perdas) atuariais do exercício (Nota 21 (b))	(10.179)	521.331	511.152
Saldo em 31 de dezembro de 2020	95.075	(496.077)	(401.002)

25 Lucro por ação Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	2020	2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	973.318	3.367.517
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	683.509.869	683.509.869
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	1,42	4,93

26 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu o segmento operacional utilizado para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviços de saneamento.

	2020		2019
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	15.157.780	3.716.616	18.874.396
Deduções da receita bruta	(1.076.855)	-	(1.076.855)
Receita operacional líquida	14.080.925	3.716.616	17.797.541
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(9.796.821)	(3.630.139)	(13.426.960)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	4.284.104	86.477	4.370.581
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas			107.656
Equivalência patrimonial			14.136
Resultado financeiro, líquido			(3.166.371)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			1.326.002
Depreciação e amortização	(2.037.112)		(2.037.112)

	2019		2019
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado (ii)	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	16.134.032	2.946.566	19.080.598
Deduções da receita bruta	(1.096.944)	-	(1.096.944)
Receita operacional líquida	15.037.088	2.946.566	17.983.654
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(9.375.590)	(2.881.394)	(12.256.984)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	5.661.498	65.172	5.726.670
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas			(18.748)
Equivalência patrimonial			3.701
Resultado financeiro, líquido			(1.033.681)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			4.677.942
Depreciação e amortização	(1.780.094)		(1.780.094)

- Vide Nota 33 para mais informações sobre itens não monetários, exceto depreciação e amortização que afetam os resultados por segmento, e informações adicionais de ativos de longa duração.
- Receita de construção e custos relacionados não são analisados pelo principal gestor das decisões operacionais da Companhia. A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e com o CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Vide mais detalhes na Nota 15 (e).



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros que cobrem, entre outros, incêndio e demais danos aos bens, edifícios de escritórios e seguro de responsabilidade contra terceiros. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil para conselheiros e diretores (“seguro D&O”) e seguro garantia judicial (conforme descrito na Nota 20 (f)) e seguro garantia tradicional. Os seguros são contratados por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras brasileiras e internacionais que operam no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria da demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros da Companhia era a seguinte:

	Importância Segurada
Riscos nomeados - incêndio	2.185.827
Riscos de engenharia	2.764.278
Seguro garantia judicial	500.000
Seguro garantia tradicional	100.000
Responsabilidade civil - D&O (<i>Directors and Officers</i>)	100.000
Responsabilidade civil - obras	136.010
Responsabilidade civil - operacional	10.000
Outros	15
Total	5.796.130

28 Receitas operacionais

(a) Receita de serviços de saneamento:

	2020	2019
Região Metropolitana de São Paulo	10.722.384	11.849.776
Sistemas Regionais	4.435.396	4.284.256
Total	15.157.780	16.134.032

(b) Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:

	2020	2019
Receita de serviços de saneamento (i)	15.157.780	16.134.032
Receita de construção	3.716.616	2.946.566
Impostos sobre vendas	(1.009.358)	(1.035.051)
Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização (TRCF)	(67.497)	(61.893)
Receita líquida	17.797.541	17.983.654

(i) Inclui o montante de R\$ 72.962 referente a TRCF cobrada dos clientes em 2020 (R\$ 70.122 em 2019), referentes aos municípios regulados pela ARSESP.

29 Custos e despesas operacionais

	2020	2019
Custos operacionais		
Salários, encargos e benefícios	(1.958.395)	(1.938.265)
Obrigações previdenciárias	(37.281)	(49.564)
Custos de construção (Nota 26)	(3.630.139)	(2.881.394)
Materiais gerais	(244.054)	(259.401)
Materiais de tratamento	(338.756)	(310.380)
Serviços de terceiros	(1.251.839)	(1.250.890)
Energia elétrica	(1.214.831)	(1.140.160)
Despesas gerais	(622.113)	(647.804)
Depreciação e amortização	(1.882.259)	(1.659.779)
	(11.179.667)	(10.137.637)
Despesas com vendas		
Salários, encargos e benefícios	(271.565)	(270.549)
Obrigações previdenciárias	(5.059)	(6.848)
Materiais gerais	(5.471)	(10.332)
Serviços de terceiros	(290.512)	(360.190)
Energia elétrica	(1.200)	(1.333)
Despesas gerais	(118.278)	(122.503)
Depreciação e amortização	(59.201)	(31.649)
	(751.286)	(803.404)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (c))	(444.826)	(128.099)
Despesas administrativas		
Salários, encargos e benefícios	(257.829)	(278.507)
Obrigações previdenciárias	(116.941)	(138.207)
Materiais gerais	(14.237)	(3.216)
Serviços de terceiros	(230.054)	(197.357)
Energia elétrica	(1.359)	(1.436)
Despesas gerais	(257.693)	(407.250)
Depreciação e amortização	(95.652)	(88.666)
Despesas fiscais	(77.416)	(73.205)
	(1.051.181)	(1.187.844)
Custos e despesas operacionais		
Salários, encargos e benefícios	(2.487.789)	(2.487.321)
Obrigações previdenciárias	(159.281)	(194.619)
Custos de construção (Nota 26)	(3.630.139)	(2.881.394)
Materiais gerais	(263.762)	(272.949)
Materiais de tratamento	(338.756)	(310.380)
Serviços de terceiros	(1.772.405)	(1.808.437)
Energia elétrica	(1.217.390)	(1.142.929)
Despesas gerais	(998.084)	(1.177.557)
Depreciação e amortização	(2.037.112)	(1.780.094)
Despesas fiscais	(77.416)	(73.205)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (c))	(444.826)	(128.099)
	(13.426.960)	(12.256.984)

30 Receitas e despesas financeiras

	2020	2019
Despesas financeiras		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(348.050)	(331.367)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(136.257)	(165.421)
Outras despesas financeiras	(328.413)	(344.508)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(15.134)	(17.650)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(86.938)	(44.802)
Outras variações monetárias	(142.313)	(107.584)
Juros e variações monetárias sobre provisões (i)	(267.654)	(162.093)
Total de despesas financeiras	(1.324.759)	(1.173.425)
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	120.957	91.180
Rendimento de aplicações financeiras	75.522	151.622
Juros ativos	162.576	150.054
Cofins e Pasep	(22.328)	(20.028)
Outras	4	14
Total de receitas financeiras	336.731	372.842
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	(988.028)	(800.583)
Variações cambiais		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (ii)	(2.180.241)	(233.960)
Variação cambial sobre ativos	1.894	863
Outras variações cambiais	4	(1)
Variações cambiais, líquidas	(2.178.343)	(233.098)
Financeiras líquidas	(3.166.371)	(1.033.681)

- (i) Acréscimo de R\$ 105,6 milhões, decorrente do maior reconhecimento de juros e variações monetárias sobre processos judiciais.
- (ii) Acréscimo de R\$ 1.946,3 milhões, em função da maior valorização do dólar e do iene frente ao real em 2020 (28,9% e 35,8%, respectivamente), quando comparada à valorização de 2019 (4,0% e 5,3%, respectivamente).

31 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2020	2019
Outras receitas operacionais, líquidas	70.288	75.667
Outras despesas operacionais	37.368	(94.415)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	107.656	(18.748)

As outras receitas operacionais compõem-se de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, venda de direito de energia elétrica, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reúso, projetos e serviços do PURA e estão apresentadas líquidas de Cofins e Pasep.

As outras despesas operacionais compõem-se da baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perdas do ativo imobilizado e constituições e reversões de perdas estimadas com indenização de ativos, tendo como principal impacto neste exercício o acordo com o município de Mauá.

32 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. A seguir são apresentados os principais valores compromissados, não reconhecidos, em 31 de dezembro de 2020:

	1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações contratuais - Despesas	1.301.725	633.296	142.484	684.761	2.762.266
Obrigações contratuais - Investimentos	2.211.198	1.642.792	2.103.935	174.115	6.132.040
Total	3.512.923	2.276.088	2.246.419	858.876	8.894.306

33 Informações suplementares aos fluxos de caixa

	2020	2019
Total das adições de ativo de contrato (Nota 14)	3.984.158	3.532.283
Total das adições do intangível (Nota 15 (b))	411.285	1.788.907
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	(1.095.786)	(2.125.943)
Total das adições no intangível e ativo de contrato conforme demonstração do fluxo de caixa	3.299.657	3.195.247
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:		
Juros capitalizados no exercício (Nota 15 (d))	238.330	233.251
Empreiteiros a pagar	142.514	252.675
Compromissos de contratos de programas	4.422	35.817
Parceria Público-Privada - PPP São Lourenço (Nota 15 (g))	-	10.591
Contrato de performance	314.720	78.296
Arrendamento mercantil	28.549	113.233
Margem de construção (Nota 26)	86.477	65.172
Acordo com o município de Mauá (Nota 10 (a))	280.774	-
Acordo com o município de Santo André	-	1.336.908
Total	1.095.786	2.125.943

34 Eventos subsequentes

- COVID-19 - suspensão de cortes e renegociação de débitos**
Em 3 de fevereiro de 2021, a Companhia decidiu: (i) suspender cortes e renegociar débitos de clientes comerciais e de serviços dos municípios operados que estejam nas fases laranja e vermelha do Plano São Paulo / COVID-19; (ii) o período de vigência será de 3 de fevereiro de 2021 até 31 de março de 2021; (iii) Os débitos existentes, incluindo os acordos firmados durante o período da pandemia, serão renegociados sem aplicação de multa e juros, apenas correção monetária conforme política e procedimento da Companhia; (iv) o prazo para parcelamento será de 12 meses, a partir da repactuação dos saldos em aberto; (v) não haverá nenhuma ação de negativação por débitos até 31 de março de 2021; e (vi) os estabelecimentos que eventualmente tenham sido negativedos durante a pandemia terão os efeitos suspensos imediatamente após a repactuação dos débitos com a SABESP.
Em 16 de março de 2021, a Companhia prorrogou de 31 de março para 30 de abril de 2021, as medidas para minimização dos impactos econômicos da pandemia em estabelecimentos comerciais e de serviços, citados acima.
- Novo Marco Legal do Saneamento - reconhecimento de ativo financeiro**
A Companhia vem mantendo os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovação de concessões e, portanto, da continuidade da prestação de serviços, pois, embora a Lei nº 14.026/2020, Novo Marco Legal do Saneamento, tivesse sido aprovada pelo Presidente da República com vetos, inclusive sobre a prorrogação dos contratos de programa, esses vetos ainda seriam votados no Congresso Federal, por este motivo a Companhia manteve para a data-base 31 de dezembro de 2020, a apresentação dos investimentos feitos nas concessões, como ativo intangível.
Entretanto, no dia 17 de março de 2021, a Câmara dos Deputados votou por manter a restrição quanto a prorrogação dos contratos de programa, ou seja, os poderes concedentes não poderão mais contratar diretamente e terão que realizar licitações para a prestação dos serviços. Desta forma, a Sabesp está avaliando os possíveis impactos, de reconhecer um ativo financeiro que poderá ser reclassificado do ativo intangível, referente aos direitos contratuais de receber caixa (indenizações), no final dos contratos, correspondente aos investimentos realizados e não recuperados ao longo da prestação dos serviços.

DIRETORIA

BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JUNIOR	Diretor-Presidente
RUI DE BRITTO ÁLVARES AFFONSO	Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
ADRIANO CANDIDO STRINGHINI	Diretor de Gestão Corporativa
ALCEU SEGAMARCHI JUNIOR	Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente
RICARDO DARUIZ BORSARI	Diretor Metropolitano
MONICA FERREIRA DO AMARAL PORTO	Diretora de Sistemas Regionais

CONTADOR

MARCELO MIYAGUI	CRC 1 SP 244.972/O-0 - Superintendente de Contabilidade
-----------------	---

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARIO ENGLER PINTO JUNIOR	Presidente
BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JUNIOR	Conselheiro
CLAUDIA POLTO DA CUNHA	Conselheira
EDUARDO DE FREITAS TEIXEIRA	Conselheiro Independente* e Coordenador do Comitê de Auditoria
FRANCISCO LUIZ SIBUT GOMIDE	Conselheiro Independente*
FRANCISCO VIDAL LUNA	Conselheiro Independente* e membro do Comitê de Auditoria
LUÍS EDUARDO ALVES DE ASSIS	Conselheiro Independente*
REINALDO GUERREIRO	Conselheiro Independente* e Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria
WALTER LUÍS BERNARDES ALBERTONI	Conselheiro Independente* indicado pelos acionistas minoritários
WILSON NEWTON DE MELLO NETO	Conselheiro

* Esses Conselheiros atendem aos requisitos e independência estabelecidos nas regras da B3 para o Novo Mercado

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que: Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 25 de março de 2021.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

/s/ Benedito Pinto Ferreira Braga Junior	/s/ Alceu Segamarchi Junior
Diretor Presidente	Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente
/s/ Rui de Britto Álvares Affonso	/s/ Ricardo Daruiz Borsari
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores	Diretor Metropolitano
/s/ Adriano Candido Stringhini	/s/ Monica Ferreira do Amaral Porto
Diretor de Gestão Corporativa	Diretora de Sistemas Regionais

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que: Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 25 de março de 2021.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

/s/ Benedito Pinto Ferreira Braga Junior	/s/ Alceu Segamarchi Junior
Diretor Presidente	Diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente
/s/ Rui de Britto Álvares Affonso	/s/ Ricardo Daruiz Borsari
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores	Diretor Metropolitano
/s/ Adriano Candido Stringhini	/s/ Monica Ferreira do Amaral Porto
Diretor de Gestão Corporativa	Diretora de Sistemas Regionais



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP**, pela totalidade dos seus membros abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Resultado, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e, com base em análises efetuadas pela Administração e pelo Comitê de Auditoria, considerando ainda, o Relatório da *Grant Thornton* Auditores Independentes emitido sem ressalvas, datado de 25 de março de 2021, os Conselheiros Fiscais opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 25 de março de 2021.

ÂNGELO LUIZ MOREIRA GROSSI

EDSON TOMAZ DE LIMA FILHO

ERNESTO MASCELLANI NETO

FÁBIO BERNACCHI MAIA

REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2020

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (Comitê) da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, criado na reunião do Conselho de Administração de 26 de junho de 2006, é composto por três Conselheiros de Administração Independente. Em atendimento à *U.S. Securities and Exchange Commission - SEC*, o Comitê desempenha a função de *Audit Committee* da Sabesp, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*. O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento. Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2018, os Srs. Ernesto Rubens Gelbcke e Lucas Navarro Prado foram eleitos membros Independentes do Conselho de Administração e o Sr. Luís Eduardo Alves de Assis foi eleito pelos acionistas minoritários, em votação em separado, membro Independentes do Conselho de Administração. Na Reunião do Conselho de Administração de 21 de junho de 2018 foram eleitos membros do Comitê de Auditoria Estatutário, sendo que o Sr. Ernesto Rubens Gelbcke foi indicado como membro especialista financeiro e coordenador do Comitê. O mandato dos citados membros encerrou-se em 13 de maio de 2020. Na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2020, os Srs. Eduardo de Freitas Teixeira, Francisco Vidal Luna e Reinaldo Guerreiro foram eleitos membros Independentes do Conselho de Administração. Na Reunião do Conselho de Administração de 14 de maio de 2020 foram eleitos membros do Comitê de Auditoria Estatutário

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 27/03/2020 a 25/03/2021, o Comitê realizou 25 reuniões formais com os diretores, superintendentes, gerentes, demais empregados, auditores internos e auditores independentes bem como eventuais convidados. As principais atividades desempenhadas pelo Comitê foram as seguintes:

- Revisão, aprovação e supervisão do plano anual de trabalho da Auditoria Interna;
- Monitoramento das provisões e contingências judiciais;
- Acompanhamento da gestão de riscos corporativos;
- Acompanhamento das atividades de conformidade;
- Avaliação e monitoramento da eficácia dos Controles Internos;
- Canal de Denúncias: Acompanhamento das averiguações e das denúncias;
- Supervisão da atuação dos auditores independentes;
- Acompanhamento das atividades da Comissão de Ética;
- Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;
- Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações;
- Revisão do Relatório de Sustentabilidade;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras; e
- Revisão das Informações Trimestrais - ITRs, do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras, do Formulário de Referência, do Form 20-F e do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa
- Além disso, o Comitê convocou representantes de diversas áreas para acompanhar os seguintes itens: (i) Contas a Receber (partes relacionadas); (ii) trabalhos da Comissão Permanente para Avaliação de Valores Envolvidos em Contingências Ambientais; (iii) Sabesprev - Planos Previdenciários; (iv) Projeto SiiS - Sistema Integrado de Informações Sabesp (Implantação do Net@ - Sistema Comercial); (v) Segurança da informação; (vi) Sociedades de Propósito Específico - SPEs (partes relacionadas); entre outros.

Adicionalmente, foram realizados contatos por teleconferência ou por outros meios de comunicação entre os membros do Comitê, os Administradores da Companhia e Auditoria Interna e Auditoria Independente, para discussão de aspectos específicos pertinentes às responsabilidades do Comitê.

3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas diversas recomendações de ações de aprimoramento para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações propostas são devidamente registrados em atas. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A metodologia adotada pela Sabesp para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), e com a *Lei Sarbanes-Oxley*.

A Administração da Sabesp é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Sabesp, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES E INTERNA

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos. O contrato de prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras firmado com a KPMG Auditores Independentes encerrou-se com os trabalhos das informações trimestrais - ITR do 2º Trimestre de 2020. A partir do 3º Trimestre de 2020, a Grant Thornton Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*), emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. O Comitê acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

6. ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA E ORÇAMENTO DA AUDITORIA INTERNA

O Comitê de Auditoria avaliou a estrutura e orçamento da Auditoria Interna que foram considerados suficientes ao desempenho de suas funções.

7. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Sabesp, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e, por ser listada na *The New York Stock Exchange - NYSE*, das normas emitidas pela *U.S. Securities and Exchange Commission - SEC* e *Lei Sarbanes-Oxley*. O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e às normas emitidas pela *SEC* e *Lei Sarbanes-Oxley*.

8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Durante a condução dos trabalhos, o Comitê não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da Grant Thornton com relação à Sabesp. Dessa forma, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, este informa ao Conselho de Administração que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a Grant Thornton e a Sabesp que possa ter afetado sua independência na execução dos trabalhos da auditoria independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020. Registra-se, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Sabesp, os Auditores Independentes da Grant Thornton e o próprio Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela Sabesp, em particular dos Administradores, das Superintendências de Contabilidade, Jurídica, Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Conformidade, e demais superintendências, além dos Auditores Independentes. Neste sentido, o Comitê julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

São Paulo, 25 de março de 2021.

Eduardo de Freitas Teixeira
Coordenador

Francisco Vidal Luna
Membro

Reinaldo Guerreiro
Especialista Financeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À atenção dos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. **1. Ativos de contrato e intangíveis – Reconhecimento do custo no período (Notas explicativas nos 3.8, 6.2 (b), 14 e 15): Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia registra como ativos intangíveis e ativos de contrato os gastos decorrentes de contrato de concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível ou ativo de contrato da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. As adições dos gastos realizados nestas rubricas no exercício de 2020 impactam na apuração do custo de construção e, consequentemente, na determinação da receita de construção. A mensuração destes gastos também é afetada por elementos subjetivos devido à natureza diversa dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível e do ativo de contrato. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e do intangível como uma área crítica em nossa abordagem de auditoria. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela administração para novas adições de infraestrutura e gerenciamento dos contratos de concessões; • Avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; • Teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; • Avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes; • Avaliação das transferências de ativos em construção classificados como ativo de contrato para operação (intangível); • Recálculo e análise de taxas para os juros capitalizados e recálculo da margem de construção; • Análise sobre a consistência das divulgações requeridas em notas explicativas nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis os critérios utilizados pela Companhia para capitalizar os gastos ao ativo de contratos e intangível, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras. **2. Provisões para riscos ambientais (Notas explicativas nos 3.14, 6.2 (e) e 20): Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza ambiental, decorrentes do curso normal de suas operações, relativos a multas aplicadas pelos órgãos públicos e competentes sobre potenciais danos ambientais causados pela Companhia nos municípios onde essa opera. Esta área exige julgamentos e avaliações críticas efetuadas pela administração, suportada por seus consultores jurídicos, na determinação das estimativas relacionadas ao reconhecimento dos passivos, mensuração dos valores envolvidos, avaliação da probabilidade de perda nas diversas discussões e divulgação apropriada dos processos e contenciosos existentes (passivos contingentes), tendo em vista a relevância dos mesmos em relação às demonstrações financeiras. O valor dos processos ambientais classificados como prováveis de perda e passíveis de provisão registrado nas demonstrações financeiras montava em aproximadamente R\$ 250 milhões em 31 de dezembro de 2020. O montante de passivos ambientais contingentes, portanto não sujeitos ao registro de provisão segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, era de aproximadamente R\$ 6 bilhões em 31 de dezembro de 2020. Determinadas leis e regulamentos no Brasil têm grau de complexidade elevados e, portanto, a mensuração, reconhecimento, classificação e divulgação relacionadas à estas ações judiciais requerem determinado nível de julgamento por parte da administração da Companhia para registro das estimativas de perdas e divulgações nas suas demonstrações financeiras e, por este motivo, consideramos este assunto como uma área crítica em nossa abordagem de auditoria. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela administração para identificar, mensurar e divulgar os valores dos processos de natureza ambiental; • Avaliação e desafio dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando dados e informações históricas, bem como avaliação das confirmações recebidas dos assessores jurídicos da Companhia; • Discussões e reuniões com os consultores jurídicos internos da Companhia, para tratar dos processos, controles, procedimentos e processos de mensuração sobre os prognósticos das demandas ambientais; • Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras quanto à aderência às regras aplicáveis e ao fornecimento de informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relacionadas aos processos de natureza ambiental em que a Companhia está envolvida. Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados e evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro das provisões para riscos ambientais e divulgações correlatas estão adequados no contexto das demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes referentes ao exercício comparativo:** O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 26 de março de 2020. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade

da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão concluídas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBCTG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2021

Nelson Fernandes Barreto Filho
CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1



BALANÇO ANUAL 2020

 **sabesp**



| Secretaria de
Infraestrutura e Meio Ambiente